



**UFRJ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

**COTIDIANO E PRÁXIS: particularidades e desafios cotidianos das/os assistentes  
sociais da Política de Assistência Social.**

**FERNANDA SISINNO RIBEIRO**

Rio de Janeiro

2021

FERNANDA SISINNO RIBEIRO

COTIDIANO E PRÁXIS: PARTICULARIDADES E DESAFIOS COTIDIANOS  
DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Serviço Social do Centro de  
Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do  
Rio de Janeiro.

**Orientadora:** Prof. Marina Machado de Magalhães  
Gouvea

**Rio de Janeiro, RJ**

**2021**



UFRJ

COTIDIANO E PRÁXIS: particularidades e desafios cotidianos das/os assistentes  
sociais da Política de Assistência Social.

**Fernanda Sisino Ribeiro**

**Orientadora:** Prof. Marina Machado de Magalhães Gouvea

**BANCA EXAMINADORA**

---

Marina Machado de Magalhães Gouvea

---

Tatiana Brettas

---

Ana Izabel Moura de Carvalho Moreira

Rio de Janeiro

Abril de 2021

## AGRADECIMENTOS

É necessário que eu inicie esse espaço de agradecimento afirmando que jamais imaginei que meu processo de formação aconteceria em tempos de tanto caos no mundo. É inexplicável esse sentimento de estar encerrando um dos ciclos mais importantes da minha vida num contexto social de pandemia, mas que ainda assim a felicidade de estar finalizando esta etapa toma conta do meu corpo de uma forma única.

Preciso agradecer de coração à minha mãe Simone por me abraçar e me confortar diariamente, ao meu pai Fernando por ser sempre esse exemplo de fortaleza, e aos dois por acreditarem e depositarem toda coragem nas minhas escolhas, além do intenso apoio psicológico, financeiro e afetivo essencial para me manter forte durante este momento. Ao meu irmão Lucas, agradeço pelas trocas pessoais e intelectuais, e pelo som do violão tocado nas madrugadas no quarto ao lado me fazendo dormir mais feliz e tranquila. À minha gata Zoé, agradeço por ser linda e macia, e dar os miados de apoio mais sinceros quando precisei. Aos meus tios Sheila e Berto, agradeço pelas palavras de carinho que me fizeram acreditar que eu passaria firme por essa fase.

Agradeço muito às minhas eternas amigas Aline Fernandes, Marcela Toledo e Nyandra Fernandes (meus presentes da UFRJ pra vida), que me fizeram não desistir desse curso que hoje me formo com muito orgulho.

À Giulia Flores e a Natália Fernandes por serem tanto minhas parceiras de soneca no ônibus de Niterói até o campus da Praia Vermelha, quanto minhas companheiras de disciplina, trabalhos, conquistas, perrengues e almoços no bandeirão.

É com muito carinho que agradeço a toda equipe do CRAS – Morro do Céu, em especial à minha supervisora de campo Suiane Pinheiro por toda atenção, observação e aprendizado absorvido. Foi um enorme prazer realizar minha maior experiência prática da profissão, enquanto estagiária da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos - SASDH de Niterói, em um local com tantas demandas e atendimentos que me abriram os olhos e mentes para intensas reflexões e pesquisas.

À Professora Fátima Valéria por me selecionar enquanto aluna bolsista integrante do Projeto de Extensão “Assistência Social e Serviço Social: Parceria no aprimoramento do SUAS” junto às colegas Eliane Fernandes, Lúcia Braga e Natália Fernandes, que estiveram ao meu lado para muitos estudos e debates ao longo dos anos.

Agradecer à Professora Ana Izabel por toda amizade, inspiração e apoio, além da participação em diversos momentos acadêmicos que vivenciei. Principalmente por ter

lecionado o Núcleo Temático “Cotidiano e prática profissional dos assistentes sociais” o qual participei, instigando ainda mais minha curiosidade para a realização da pesquisa deste trabalho, além de aceitar o convite para compor a banca de avaliação do mesmo.

Meu gigantesco agradecimento à Marina Gouvea, pelo enorme o prazer de tê-la como professora em mais de uma disciplina ao longo da graduação, e a grande honra de tê-la como minha orientadora tecendo comentários e considerações importantíssimas diante da construção do meu TCC, além de passarmos por esse momento difícil atual nos apoiando e nos fortalecendo juntas. Não diferente, agradeço demais à Tatiana Brettas por toda ajuda realizada quando topou embarcar nesse processo de finalização do meu trabalho, e também compondo brilhantemente a banca de avaliação.

À minha amiga Vitoria de Castro Silva, dedico esse espaço de agradecimento por toda força e apoio que recebi, além de acolhimento em sua casa todas terças feiras à noite com muitas das risadas e quartas de manhã com muito café da manhã e carinho.

Minha enorme gratidão às minhas melhores amigas e companheiras de vida, Belisa Bittencourt, Andreza Bonan, Larissa Nalon, Júlia Camacho e Erica Ribeiro por me escutarem, me acalmarem, secarem minhas lágrimas e confiarem que esse momento chegaria e valeria a pena cada esforço. À Beatriz Manso e Bruna Bentes, muito obrigada por acreditarem em mim e por todo momento de alegria e distração que me fizeram manter a calma para essa caminhada que chegou ao fim – ou apenas acabou de começar.

Quero agradecer a todas minhas professoras e professores que me inspiraram durante minha trajetória na UFRJ. A todas as/os assistentes sociais que tive o prazer de conhecer na minha jornada. A todas/os as/os usuárias/os da Política de Assistência Social com quem tive contato e me fizeram entender o real sentido da profissão.

## RESUMO

Através de uma perspectiva ética, a reflexão acerca do cotidiano e seus desdobramentos é um importante tema para ajudar no entendimento da práxis profissional quando se trata da atuação no Serviço Social. De acordo com as transformações que ocorreram no mundo do trabalho, a contemporaneidade é marcada por muitos casos onde as/os assistentes sociais enfrentam intensas adversidades que as/os colocam submersas/os em seu cotidiano. Compreender quem são as/os profissionais que compõem a Política de Assistência Social exige traçar uma linha de pensamento a partir de análises do materialismo histórico-dialético, para conseguirmos identificá-las/os analisando a sociedade brasileira capitalista dependente. A partir de pesquisas teóricas, o presente trabalho de conclusão de curso pretende apresentar estudos e conceitos já existentes com intuito de explorar, através de perspectivas e vivências pessoais como estagiária no CRAS – Morro do Céu, as diversas contradições existentes na vida cotidiana de quem trabalha nos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

**Palavras chave:** Cotidiano; Serviço Social; Práxis profissional; Capitalismo Dependente; Assistência Social; SUAS; CRAS.

## ABSTRACT

Through an ethical perspective, reflection on daily life and its consequences is an important topic to help understand professional praxis when it comes to working in Social Work. According to the transformations that have occurred in the world of work, contemporaneity is marked by many cases where social workers face intense adversities that put them submerged in their daily lives. Understanding who are the professionals who make up the Social Assistance Policy requires drawing a line of thought based on analysis of historical-dialectical materialism, in order to identify them by analyzing the dependent capitalist Brazilian society. Based on theoretical research, the present course conclusion paper aims to present studies and concepts that already exist in order to explore, through personal perspectives and experiences as an intern at CRAS - Morro do Céu, the various contradictions that exist in the daily life of those who work in the equipment of the Unified Social Assistance System - SUAS.

**Keywords:** Daily life; Social service; Professional praxis; Dependent Capitalism; Social assistance; SUAS; CRAS.

## **LISTA DE ABREVIACOES**

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CF - Constituição Federal

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializada da Assistência Social

CRESS - Conselhos Regionais de Serviço Social

GESDI - Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Gneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LGBTQI+ - Lésbicas, Gays, Transexuais/Travestis, Queer, Intersexuais e +

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate  Fome

NOB-RH- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

PNAS - Política Nacional da Assistência Social

PNE - Política Nacional de Estágio

PSB - Proteção Social Básica

PSE - Proteção Social Especial

SASDH - Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos

SUAS - Sistema nico da Assistência Social

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. O DEBATE ACERCA DO COTIDIANO NUMA PERSPECTIVA ÉTICA E ALGUMAS CONTRADIÇÕES E POTENCIALIDADES DO FAZER PROFISSIONAL .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Contradições da práxis: conceituando e contextualizando .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 Centralidade do trabalho e a relação entre cotidiano e práxis da/o assistente social no capitalismo .....</b>	<b>20</b>
<b>2.3 Brevíssimo histórico da trajetória recente da Assistência Social .....</b>	<b>29</b>
<b>2.4 Considerações iniciais sobre as limitações e possibilidades da prática cotidiana das/os assistentes sociais na Assistência Social .....</b>	<b>34</b>
<b>3. A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO E PARTICULARIDADES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>36</b>
<b>3.1 Determinações do capitalismo dependente, universalidade e particularidade .....</b>	<b>36</b>
<b>3.2 A relação da escravização e a transição para o trabalho assalariado .....</b>	<b>42</b>
<b>3.3 Estado Social no capitalismo dependente, conquista de direitos e contradições da Política Social .....</b>	<b>48</b>
<b>4. DESAFIOS COTIDIANOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>57</b>
<b>4.1 Transformações no capitalismo e particularidades na Política de Assistência Social e no trabalho das assistentes sociais .....</b>	<b>57</b>
<b>4.2 Desafios estruturantes e cotidianos .....</b>	<b>68</b>
<b>4.2.1 Observações cotidianas no CRAS - Morro do Céu .....</b>	<b>69</b>
<b>4.2.2 Dimensão territorial e a Assistência Social .....</b>	<b>71</b>
<b>4.2.3 Estágio supervisionado e vínculos com universidades .....</b>	<b>74</b>
<b>4.2.4 Jornada atual de trabalho .....</b>	<b>77</b>
<b>4.2.5 A importância do debate sobre LGBTfobia nos equipamentos da Assistência Social .....</b>	<b>80</b>
<b>4.2.6 A ampla necessidade de capacitações para técnicos do SUAS .....</b>	<b>83</b>
<b>4.3 O debate da racialização e a Política de Assistência Social .....</b>	<b>85</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>89</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>922</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como objetivo problematizar e refletir sobre a relação entre o cotidiano e a reprodução social, a partir de reflexões motivadas pela atuação como estagiária no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) Morro do Céu<sup>1</sup>, localizado na cidade de Niterói. Faz, assim, uma primeira apreensão sobre a relação entre a prática profissional e uma perspectiva ética compatível com o projeto ético-político do Serviço Social, bem como sobre as muitas contradições e dificuldades enfrentadas na cotidianidade.

É importante aprofundar o entendimento a respeito do cotidiano das/os trabalhadoras/es, e, principalmente, posicionar quem são estas/es no contexto Brasil. A partir dessa compreensão, é necessário enxergar as conquistas de direitos a partir de um cenário de muitas lutas e movimentos sociais. E, mediante determinações particulares e universais, apropriar-se de conceitos e estudos já realizados anteriormente, que por sua vez motivam novas reflexões. Se analisarmos o próprio Serviço Social no contexto da divisão social do trabalho, pode-se afirmar que a história da profissão, também passou por diversas transformações.

Neste trabalho teceremos reflexões especificamente sobre a atuação profissional no âmbito da Política de Assistência Social. Para tanto, recorreremos à fontes bibliográficas e ao levantamento de informações durante a experiência de estágio, antes mencionada. Isso trouxe para o trabalho um viés crítico e comparativo através das diversas leituras que foram realizadas. A partir da pesquisa exploratória foi possível aprofundar ainda mais as pautas levantadas como principais para a construção deste trabalho. Vale ressaltar que o assunto é abordado sem a pretensão de esgotá-lo, até porque seria inviável em se tratando de um tema de tamanha dimensão.

O enfoque no Brasil enquanto país dependente foi o ponto de partida para as discussões que serão realizadas ao longo dos capítulos. Vale ressaltar que este tema não é abordado com a pretensão de compreensão ou definição exaustivas da dependência latino-americana e caribenha, mas sim de ocasionar indagações a respeito de como é vivido e sentido o cotidiano dos/as assistentes sociais, podendo ainda gerar reflexões

---

<sup>1</sup> O estágio no CRAS - Morro do Céu foi realizado entre os anos de 2017 e 2019. Durante este período, diversas experiências e questionamentos em campo foram aparecendo, o que tornou tal vivência no equipamento da SASDH - Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura de Niterói o principal motivo para o desenvolvimento da pesquisa do presente trabalho.

sobre a relação entre cotidianidade e reprodução social para o conjunto da classe trabalhadora.

O pressuposto central da discussão que dialoga com o problema inicialmente abarcado consiste em refletir que, mesmo diante das adversidades encontradas ao longo da vida cotidiana, as/os assistentes sociais devem compreender sua práxis profissional como um fator que reflete diretamente na vida da população usuária. Junto a isso, compreender a realidade a partir dessas contradições cotidianas traz consigo a importância da não superação das mesmas no plano das ideias, visto que, tais desafios só serão superados de maneira coletiva através da superação da própria realidade.

Assim, no primeiro capítulo serão discutidos pontos importantes que contribuem para o entendimento da conceituação de práxis, na perspectiva teórica, levando para a dimensão real da cotidianidade, entendendo que é lá onde ela se expressa. Além disso, compreendendo que o capitalismo se manifesta a partir da centralidade no trabalho, será neste capítulo que discussões acerca da política social cuja pesquisa deste trabalho tem enfoque (Assistência Social) começam a ser brevemente desenvolvidas.

O segundo capítulo será percorrido através das expressões da ‘questão social’ visíveis no capitalismo brasileiro dependente. Junto a isso, interpretações a respeito da *formação da/o trabalhador/a* aparecerão por meio de conceitos históricos e análises da sociedade diante do processo transição do trabalho escravizado até a constituição do trabalhador enquanto categoria. Isto posto, veremos que o debate acerca da existência do Estado Social traz consigo possibilidades de críticas embasadas na criação das políticas sociais como uma ‘salvação’ à desigualdade social, compreendendo essa contradição a partir da necessidade da existência dessa marcante característica para que o sistema capitalista se mantenha.

O terceiro capítulo, por sua vez, tem o objetivo de sinalizar, a partir da Política de Assistência Social e das transformações do capitalismo, as adversidades encontradas no cotidiano das/os assistentes sociais. A partir das particularidades determinadas pela atuação no Sistema Único de Assistência Social - SUAS, os desafios serão desenvolvidos e baseados em reflexões fundamentadas pela experiência de estágio no CRAS Morro do Céu. Dessa maneira, cabe ressaltar a existência de inúmeras outras contradições, mas que serão postas as entendidas como mais relevantes para o momento em que estamos vivendo no cotidiano das/os profissionais daquele território.

## **2. O DEBATE ACERCA DO COTIDIANO NUMA PERSPECTIVA ÉTICA E ALGUMAS CONTRADIÇÕES E POTENCIALIDADES DO FAZER PROFISSIONAL**

Neste primeiro capítulo, trataremos de desenvolver reflexões que irão permear os conceitos da práxis profissional, através da perspectiva marxista. Adolfo Sánchez Vázquez – com sua obra *Filosofia da Práxis*<sup>2</sup> – será utilizado como principal teórico e, ao longo do texto, servirá como apoio para reflexões iniciais sobre a práxis no cotidiano e na reprodução da vida das/os assistentes sociais.

A partir desta apreensão inicial sobre a própria noção de práxis, indicaremos como as múltiplas possibilidades de acontecimentos no cotidiano do Serviço Social estão relacionadas à centralidade do trabalho na reprodução humana e às particularidades dos processos de trabalho existentes no sistema capitalista. Isto é, as adversidades e condições de trabalho das/os assistentes sociais não devem ser compreendidas de maneira isolada, mas sim levando em consideração a existência desse ser social enquanto trabalhador/a. Assim, neste primeiro capítulo, serão pontuadas algumas características importantes a serem consideradas quando pensamos na atuação profissional nos campos das políticas públicas no Brasil contemporâneo, em particular no campo da Política de Assistência Social, no qual pudemos realizar nossa prática de estágio obrigatório supervisionado.

Desse modo, tecemos aqui considerações iniciais sobre as especificidades da atuação profissional na Política de Assistência Social. Nos debruçaremos ainda sobre o significado que os enfrentamentos da vida cotidiana, somados às mudanças do *trabalho* na sociabilidade brasileira, têm sobre a práxis específica das/os assistentes sociais, frisando a importância de reafirmar o Serviço Social como uma categoria profissional que deve unificar a produção teórica e a prática.

---

<sup>2</sup> Trechos da *Filosofia da práxis* são tomados no presente trabalho como bibliografia base na compreensão da categoria ‘práxis’. Adolfo Sánchez Vázquez (1915- 2011) escreveu esta obra em 1967, e o debate da práxis no cotidiano profissional nunca foi tão atual - de acordo com o cenário em que vivemos. O livro entende a práxis em uma perspectiva marxista e visa a compreender como o contexto social, político, econômico e cultural tem impacto direto no fazer cotidiano e na construção da história. Utilizamos esta contribuição para refletir sobre a prática profissional. Dessa forma, a leitura dos trechos selecionados mesmo traz um gigante arcabouço teórico para embasar reflexões sobre nossa temática.

## 2.1 Contradições da práxis: conceituando e contextualizando

A partir da dimensão marxista, conceitua-se práxis como um processo informado pela teoria que impacta na transformação da realidade, de forma que a teoria também é abalada. Ou seja, a práxis compreende a prática, que confronta contradições e se resolve a partir de atitudes individuais e coletivas e sempre em conjunto às reflexões e à percepção teórica; é uma “categoria central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação”, como define Sánchez Vázquez ([1967] 1977, p. 5).

Compreendendo que “a vida cotidiana não está, fora da história, mas dentro do acontecer histórico” (Heller, 2014, p. 34), é possível refletir através da perspectiva marxista que os indivíduos não estão desconectados do conhecimento adquirido ao longo de sua vida. Ao contrário, são necessariamente condicionados pela própria realidade social na qual estão inseridos.

A experiência social é continuamente realizada por meio das condições materiais existentes, e Marx afirma que “não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas sua existência social que determina sua consciência” ([1859] 2008)<sup>3</sup>. Nota-se que a interpretação desse processo:

[...] adquire especial relevância sob a forma da “autocrítica” como elemento indispensável à práxis revolucionária e na unidade entre teoria e práxis (apontada por Sánchez Vázquez como uma categoria central para a compreensão do marxismo como filosofia da práxis). (GOUVEA, 2016, p. 114-15).

De acordo com as reflexões de Heller (2014) em sua obra, podemos afirmar que a vida cotidiana é constituída a partir da existência de todos os indivíduos que a compõem. Na esfera do ser social, estes indivíduos apropriam-se de meios de comunicação (linguagem, objetos, instrumentos, etc.), assim como utilizam costumes específicos de sua sociedade. Isso quer dizer que compreender determinados conceitos reivindicados no marxismo como “filosofia da práxis” requer reconsiderar

---

<sup>3</sup> Trecho de Marx em: “Contribuição à crítica da economia política”, 2008.

continuadamente os conteúdos destes conceitos e os elementos reais então existentes, para compreensão da real ontologia do ser social<sup>4</sup>.

Gouvea (2016) reafirma a necessidade de que os “homens – e mulheres – ‘estejam vivos’ para ‘fazer história’”. Dessa maneira, fica clara a necessidade da reprodução material da vida no desenvolver de seu cotidiano (determinado pelo sistema capitalista), entendendo as condições necessárias para essa reprodução. Isto é, a própria reprodução individual das nossas vidas reproduz as relações sociais de produção existentes na sociedade, ou seja, em cada momento da história as relações de produção têm caráter essencial na reprodução da práxis humana.

Ao nascermos, a sociedade já existe. Passamos a entendê-la como externa a nós, como conjunto de fatos dados e condicionantes. No espelhamento imediato da realidade a partir de sua aparência fenomênica, este caráter de ‘objetividade acabada’ esconde a processualidade e a historicidade, reificando o real. (GOUVÊA, 2016, p. 134).

Para contextualizar, a partir de tal afirmação compreende-se que a/o assistente social em sua vida cotidiana é um indivíduo particular, com formação em ensino superior específica, e que exercerá sua práxis e lidará com as demandas que chegarão até ela/e. Cumpre, portanto, um papel específico na divisão social do trabalho. Isso confirma que a processualidade e historicidade, como disse Gouvêa, estão sempre presentes. São particularizadas a partir da esfera em que se inserem as distintas demandas e possibilidades de atuação, a depender do contexto, localidade, momento, etc..

A caracterização da práxis no sentido filosófico do conceito (como processo teleológico de transformação da realidade<sup>5</sup>) se direciona para um entendimento do

---

<sup>4</sup> Friedrich Engels em sua Carta para Joseph Bloch”, de 21-22 de Setembro de 1890, discorreu sobre o materialismo histórico: “De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante *final* na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o *único* determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma.” ([1890] 1978, p. 760)

sujeito através de sua existência histórica. O desenvolvimento das ideias acerca dos componentes dessa práxis social corrobora na reprodução da própria existência material, pressupondo uma existência concreta do ser.

A práxis dos sujeitos concretos (individuais ou coletivos) não pode jamais evadir as determinações existentes, mas apenas utilizá-las (não se pode, por exemplo, evadir o vento, mas utilizá-lo, para construir um barco à vela; não se pode evadir as determinações de um modo de produção em seu desenrolar histórico, mas sim utilizar-se de sua contraditoriedade para superá-lo). (GOUVEA, 2016, p. 115)

É necessário compreender a mutabilidade da realidade e as consequências diretas dessa afirmativa na vida de todos. O ‘inesperado’ designa as determinações necessárias para se lidar com a realidade de maneira adversa, indicando que os possíveis caminhos a serem seguidos na vida material concreta são diversos.

Gouvea (2016) afirma em sua obra que em contraposição às ideias empiristas e idealistas, o marxismo traz em seu entendimento novas visões sobre a compreensão do próprio conhecimento. Em uma apreensão marxista, o conhecimento não reflete exclusivamente o que é sentido imediatamente pelo indivíduo, mas também toda a experiência social vivida através da concretude das condições materiais de reprodução da vida. Ou seja, a herança social já existente de quando se chega ao mundo tem influência naquilo que será formado através da vivência dos seres humanos como ser social.

A partir das reflexões postas é possível afirmar que:

O homem já nasce inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão. É o adulto capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade. (HELLER, 2014, p.33)

---

<sup>5</sup> O trecho do segundo volume de *Para uma ontologia do ser social*, de György Lukács ([1986] 2013), explicita de maneira clara o que queremos retratar neste momento: “A referência que fazemos às religiões está fundada na constituição da teleologia enquanto categoria ontológica objetiva. Vale dizer que, enquanto a causalidade é um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio e mantém esse caráter mesmo quando uma cadeia causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência, a teleologia, em sua essência, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins.” (p. 30)

Historicamente, é indispensável à vida humana a criação de meios sociais de sobrevivência. E é através de modificações na natureza (da qual nós mesmos/as fazemos parte) que esse processo se desenrola. Tais mudanças trazem novas maneiras de produzir e reproduzir os meios necessários à sobrevivência humana. Engels (1890, p. 01) afirma que “nós mesmos é que fazemos a história, mas o fazemos sob condições e suposições definidas”, e isso caracteriza exatamente o ponto que está sendo abordado no presente capítulo.

As relações de classe também se reafirmam cotidianamente, portanto. As ideias que fazemos de nós mesmas/os não vêm do acaso, mas sim, condicionadas pelas condições materiais existentes, marcadas justamente pelas experiências vividas em sociedade e em nossa relação com os meios de produção.

É através da práxis que se vive o cotidiano, reproduzindo a sociedade existente e vivenciando as contradições que permitem pensar e atuar para transformá-la. Para a classe trabalhadora, a práxis cotidiana se dá através de uma luta contínua.

É fato de que a única prioridade ontológica concretamente existente na reprodução histórica do ser social é a própria reprodução material da vida, uma vez que os homens – e mulheres – “devem estar em condições de viver para 'fazer história'”. (GOUVÊA, 2016, p. 121)

O extenso debate a respeito da práxis profissional da/o assistente social insere-se no contexto geral sobre o papel da práxis cotidiana na reprodução social. Abre espaço para diferentes reflexões sobre como essa/esse profissional lidará com a realização de sua vida cotidiana, no trabalho. A configuração societária incide diretamente no fazer profissional desse/a trabalhador/a, determinando que a/o mesma/o nem sempre se enxergue como trabalhador/a inserido/a no modelo de produção capitalista-neoliberal. Esta consciência, conquistada historicamente pelas lutas da categoria e cuja renovação é sempre necessária, é imprescindível para a reflexão crítica sobre as problemáticas encontradas ao longo da jornada de trabalho das/os assistentes sociais.

Nesse contexto, é necessário mencionar o movimento de repensar a categoria profissional das/os assistentes sociais, tendo a valorização da liberdade como principal valor ético da profissão<sup>6</sup>, ainda que em sua práxis isto seja refletido de forma

---

<sup>6</sup> Através do trecho do Código de Ética (1993) podemos afirmar o: “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”. (BRASIL, 2012, p. 23)



incompleta. As dificuldades encontradas ao longo do caminho profissional interferem na práxis, o que significa dizer que, ainda assim, a práxis é caracterizada pela crítica da realidade e autocrítica (GOUVEA, 2016) do profissional em questão, tendo como possível desfecho um comportamento considerado não apenas como reiterativo da sociedade existente e que possa aportar à consciência de classe.

Compreendemos aqui a práxis como toda atividade desamarrada, generalizada, produtiva e auto-criativa que ‘o homem’ reproduz/cria por meio de transformações no seu próprio mundo.

A práxis reiterativa é caracterizada por Sanchez Vázquez ([1967] 1977) como aquela práxis marcada pela repetição de uma situação já existente, ou seja, há uma relativa quebra entre a expressão da realidade pensada, e o que de fato é posto em prática – de modo subjetivo e objetivo. O que ocorre na práxis reiterativa é consequência daquilo que já existiu como conclusão no conjunto da *práxis criadora*, que lhe antecede na relação ‘prática+teoria’.

A práxis criadora tem seu diferencial demonstrado na noção de ‘consciência’. Se pensarmos a prática profissional de forma ampla, destaca-se a possibilidade do maior diálogo, problematização e capacidade de intervenção da própria ação enquanto profissional, embora possamos afirmar que toda prática profissional tem dimensões reiterativas da sociedade existente – pois existe nela e por ela é condicionada.

A práxis predominantemente reiterativa é caracterizada por um viés conservador, pela isenção dessas possibilidades; ou seja, a dimensão da consciência é perdida no momento em que a atividade do trabalho se torna mais mecanizada/automática.

No curso concreto de experiência de Estágio, foi esta relação que nos motivou a entender a práxis do/a assistente social na Política de Assistência Social como um fator importante frente ao cenário da Política Social no Brasil, buscando compreender algumas dimensões de seu condicionamento pelas particularidades do capitalismo dependente.

Distintas argumentações existem diante dos impactos na realidade social e na compreensão sobre as relações produtivas na sociedade. Algumas remetem ao ideário utópico de uma sociedade igualitária que é impedida de existir a partir do momento que

o modo de produção capitalista segue firmemente instaurado<sup>7</sup>. A dominação oriunda da própria reprodução social se reflete na necessidade de novas formas de pensar a prática profissional (não só) das/os assistentes sociais.

Ressalta-se que a vida humana decorre de forma dinâmica e inovadora – entendendo a possibilidade de novos acontecimentos a todo tempo. A prática profissional necessita ser reconhecida como incidente sobre a criação/produção de conhecimento. A partir dela se transforma não só a comunidade, mas também a trajetória da vida dos indivíduos. Guerra e Forti (2010) afirmam isso quando dizem que:

[...] é possível percebermos que para compreensão do real e sua elaboração para produção de conhecimento, a prática é referência da teoria. Não se desconhece que faz parte da teoria social crítica o entendimento da prática como critério de verdade. Contudo, isso comporta determinada concepção de prática. Ou seja, a concepção na qual a prática não é mera atividade irrefletida, reiterativa, tradução do (certo) automatismo típico das experiências cotidianas dos indivíduos, modos de os mesmos operarem rotineiramente as tarefas simples da vida. (p. 6)

A noção emancipadora da práxis que Sánchez Vázquez ([1967] 1977) debate em sua obra caminha junto à perspectiva marxista, defendendo a necessidade da existência de uma dimensão crítica. A prática é necessária ao alcance e elaboração da teoria e caracteriza a expressão necessária do desejo por ‘mudança’ através da comunicação, revolução e:

[...] consciência, tal como ela se insere no processo prático, atuando ou interpretando no seu transcurso, para transformar um resultado ideal em real. [...] A essa consciência que se volta sobre si mesma, e sobre a atividade material em que se plasma, podemos chamar de consciência da práxis. (VÁZQUEZ, [1967], 1977, p. 283).

É necessário que as/os assistentes sociais reflitam sobre o potencial criador e as condicionalidades da práxis individual em seu cotidiano. A ausência dessa compreensão pode implicar num certo idealismo em relação aos direitos sociais no capitalismo (especificamente no Estado Social, que será debatido mais a frente). Teoria e prática são unidades indissociáveis na práxis humana, entendendo o reconhecimento de relações

---

<sup>7</sup> Foi possível chegar nessa reflexão a partir da experiência em campo de estágio e também através dos debates realizados nas disciplinas ao longo do curso de Serviço Social.

exteriores à vida individual/pessoal como o ponto chave de toda a concepção materialista abordada.

A práxis é compreendida a partir da noção de um desempenho prático com finalidades objetivas – desejo de mutabilidade ou conservação de algo. Frente a isso, Sánchez Vázquez menciona a *ação intencional* que resulta em efeitos, de certa forma, imediatos; podendo, a longo prazo, se transformar em consequências inesperadas. Exemplifica-se esta relação através da experiência de resolubilidade ao atendimento às demandas trazidas pelos usuários SUAS, onde em primeiro plano o serviço será “apenas” realizado, mas se ele for efetuado de maneira consciente à sua intencionalidade, os resultados futuros serão ainda mais positivos para as/os usuários/as e suas famílias. Portanto, contribuindo assim, para a construção coletiva de consciência por parte da classe trabalhadora sobre seu papel no conjunto da reprodução social.

Do mesmo modo, a ideia de revolução da práxis remete a um espaço no futuro. Embora toda práxis transforme sua realidade imediata, em termos societários, a práxis revolucionária remete a desejos e reflexões com enfoque na melhoria do amanhã da humanidade. O ideal revolucionário marxista carrega um caráter ético, positivo, circunstancialmente ligado ao ‘agir por melhorias’; isso comprova a importância das reflexões quando se determina a perspectiva da luta coletiva.

Sánchez Vázquez encontra em obras de Marx e Engels, como *O Manifesto do Partido Comunista* e as *Teses sobre Feurbach*<sup>8</sup> fundamentos para suas reflexões. A partir disso, problematiza a noção de ‘indivíduo’:

O social não é um produto dos indivíduos; pelo contrário, os indivíduos é que são um produto social. A individualidade – do ponto-de-vista histórico-social – não é ponto de partida; é algo que o homem conquistou – e enriqueceu – num processo histórico-social. A individualidade e as formas de os indivíduos se relacionarem estão condicionadas histórica e socialmente. O modo pelo que produzem ou se inserem no processo de produção, sua vinculação com os órgãos do poder, sua maneira de amar e de enfrentar a morte, seus gostos e preferências, estão condicionadas socialmente (VÁZQUEZ, [1967] 1977, p. 331).

Portanto, assevera-se que a história é composta de pessoas e as pessoas são compostas pela história. As análises de Sánchez Vázquez expostas até aqui nos fazem

---

<sup>8</sup> Estas obras são consideradas, até hoje, algumas das mais importantes, escritas nos anos de 1844 a 1848 por Marx e Engels, e utilizadas como fonte para diversos estudos e pesquisas que debatam a temática abordada.

concluir que a humanidade necessita manter a práxis revolucionária em ascensão – o que não se restringe apenas à prática profissional; pois a práxis revolucionária, em termos societários, necessita de movimentos das diversas categorias existentes para de fato acontecer e, para além disso, necessita da mobilização do conjunto da classe trabalhadora.

## **2.2 Centralidade do trabalho e a relação entre cotidiano e práxis da/o assistente social no capitalismo**

Compreender o significado de *trabalho* no cotidiano requer, portanto, o conhecimento de que o mesmo apresenta-se como eixo central e estruturante para toda experiência social. E não é diferente na sociabilidade capitalista. O trabalho é a forma mais essencial da práxis humana. A importância da venda da força de trabalho - para a obtenção de dinheiro e para a aquisição de mercadorias necessárias à reprodução da vida - muitas vezes aliena a/o trabalhador/a de reflexões acerca de sua própria vida como trabalhador/a assalariada/o.

Não obstante, na sociedade contemporânea todas as vidas são dependentes do trabalho. É necessário que haja a venda da força de trabalho para a plena reprodução da sociedade capitalista. Em contrapartida, a sociedade só existirá com a reprodução dessas pessoas dispostas a vender sua força de trabalho. Essa concomitância carrega consigo a importância da valorização do “emprego” nos dias de hoje, enxergando nessa afirmativa uma enorme contradição a partir da existência dos altos níveis de desemprego, que voltaremos a mencionar mais adiante neste trabalho.

Marx afirma que o trabalho útil – dimensão do trabalho como produtor de valor de uso –, é indispensável à vivência humana em qualquer que seja a forma de sociedade. Por assim dizer, é “uma necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 2012, p. 25).

As condições do processo de trabalho estão sempre ligadas à historicidade das mesmas, e no capitalismo estão sempre subordinadas à dimensão do trabalho como trabalho abstrato, como produtor de valor de troca e de mais-valia. Frente a isso, entende-se que:

O lucro capitalista tem seu cerne na exploração da força de trabalho e na extração intensa, em tempos de capital fetiche, da mais-valia relativa, produzindo concomitantemente à exploração o fenômeno da alienação. Como afirma Marx (2010), o/a trabalhador/a aliena-se em três vias: perante o processo produtivo, diante do produto produzido e ante o gênero humano. (COSTA, 2014, p. 367)

As condições e relações de trabalho existentes, para algumas profissões específicas, tendem a ser mais precárias no cenário contemporâneo em que se vive no Brasil. A partir dessa afirmativa, para discorrer sobre a problemática da atuação profissional da/o assistente social junto das barreiras que são encontradas em campo, é necessário reconhecer as circunstâncias e possibilidades predispostas para execução de sua práxis profissional.

Os dilemas encontrados na atualidade estão marcados pelo cenário de desemprego, subemprego, emprego informal e precarização nos campos de trabalho. A categoria dos/as assistentes sociais sofre diretamente com os novos modelos de empregabilidade, com a instituição das Organizações Sociais e com a precarização das relações de trabalho.

A partir das novas configurações das relações de trabalho, a práxis profissional sofre bruscos impactos, resultando em mudanças na estrutura e desenvolvimento do trabalho antes exercido<sup>9</sup>. O contexto histórico do modelo capitalista de produção define as formas de sociabilidade, pois é a partir das relações capitalistas que se estabelecem as relações interpessoais das/os indivíduos trabalhadoras/es. Por exemplo, entender a dinâmica do capital em contextos de crise exige refletir diretamente sobre o cotidiano das/os trabalhadoras/es, pois o entendimento acerca da esfera da vida do trabalho – e também da vida pessoal dos mesmos – reflete demais nas condições de existência social, configurando ambiente propício ao conservadorismo.

Desse modo, na obra de Mota e Rodrigues (2020) afirma-se que:

[...] a funcionalidade desse conservadorismo na dinâmica do capitalismo contemporâneo requer analisar os fios que ligam seus elementos internos estruturantes (seus componentes ideológicos centrais) aos antagonismos das classes fundamentais, em disputa num cenário de aprofundamento da crise

---

<sup>9</sup> Entender a lógica do capital requer compreensão a respeito da intensa extração da mais-valia. A reestruturação produtiva é também uma característica marcante e traz como consequências a escala crescente das terceirizações, as mais variadas formas de contratação (subcontratos), baixos salários e trabalho precarizado. Sendo assim, o Serviço Social como categoria profissional se encaixa perfeitamente nesse contexto e nos moldes capitalistas de contratação, sendo ainda mais importante usufruir da dimensão crítica da profissão.

estrutural do capital, mediado, ainda, pelas injunções econômicas e políticas particulares de cada formação social. (p. 203)

Se recuperar de um contexto de crise também exige da sociedade uma movimentação de superação do cotidiano, onde o Estado se reordena em prol da recuperação do ciclo produtivo capitalista. No momento atual, por meio das privatizações, desmonte das políticas sociais e contra reformas, a maneira de superação das crises é determinada na luta de classes e aprofunda as contradições capitalistas. “O Estado, que em épocas anteriores se mostrou ativo, no que se refere à proteção social aos/as trabalhadores, retrocede ao se desresponsabilizar progressivamente em relação aos direitos sociais e trabalhistas” (COSTA, 2014).

Refletindo diante da ideia de um sistema cujo foco é o acúmulo de capital, é preciso que a/o trabalhador/a esteja ciente de sua inserção dentro deste movimento exploratório. Seus impactos no cotidiano dos/as mesmos/as acabam sendo intensos, tornando-os/as profissionais sufocados/as pelo excesso de atividades. A desvalorização da classe trabalhadora se aprofunda no contexto neoliberal e traz consigo variadas contradições e precarizações. Impacta-se a categoria das/os assistentes sociais a partir destes processos.

É no cotidiano que a/o assistente social desenvolve a sua capacidade de lidar com as expressões da ‘questão social’, ou seja: “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no centro do acontecer histórico, é a verdadeira essência da substância social”. (Heller, 2004)

A vida cotidiana resume-se a um espaço de emancipação e alienação da população explorada, no qual cabe à/ao profissional em Serviço Social: a) por um lado, trabalhar diretamente com pessoas que compõem a classe trabalhadora, focando sempre no avanço social – de acordo com o Código de Ética Profissional<sup>10</sup>; e b) reproduzir,

---

<sup>10</sup> “O decurso histórico dos Códigos de Ética do Assistente Social é marcado por mudanças, assim como os valores e os fundamentos que legitimaram cada código em seu determinado tempo. É válido considerar uma breve análise da trajetória das mudanças obtendo os Códigos de Ética do Serviço Social de 1947, 1965, 1975 e 1986 como parâmetros metodológicos para assim, visualizar o cenário atual, de predominância dos valores do Código de Ética de 1993, dando destaque à liberdade, e, como se constitui o projeto profissional contemporâneo do Serviço Social. Os Códigos de Ética da categoria profissional do Serviço Social não interpretam apenas aspectos normativos e deveres profissionais, mas também valores que identificam o projeto societário defendido pela categoria profissional em cada tempo. Assim, a trajetória do projeto profissional do Serviço Social no Brasil é destacada historicamente em dois momentos: o primeiro defendia um projeto societário de perspectiva conservadora, e, o segundo, e atual, expõe uma perspectiva teórico-crítica da sociedade de classe.” (SILVA, 2015, p 01).

ela/o mesma/o as contradições entre emancipação e alienação, como trabalhador/a assalariado/a.

O Movimento de Reconceituação teve maior impacto a partir dos anos de 1970 e 1980 no Brasil, emergindo com novos ideais de ruptura com o conservadorismo. Freitas e Ribeiro (2014) reiteram essas mudanças em sua obra quando dizem:

[...] Dessa forma, o movimento teve como causa maior o aumento das contradições e, como resposta, a necessidade de qualificação profissional de acordo com as demandas brasileiras, posto que toda a fundamentação teórica do Serviço Social era concebida de forma a reproduzir manuais e vinda de outros países com realidades distintas. Assim, o modelo de Serviço Social tradicionalista ou conservador, pautado nos ideais neotomistas, positivistas e funcionais ao sistema capitalista, à exploração da classe trabalhadora pela classe dominante, foi questionado e, tomados pelos ideais marxistas, os assistentes sociais começaram um movimento em prol de mudanças de conceitos (teóricos, metodológicos e operacionais). (p. 44-45)

As condições de precarização da vida das/os assistentes sociais em particular desencadeiam desafios para os avanços na consolidação do Projeto ético-político profissional (cuja plena consolidação talvez esteja em contradição com a própria sociedade capitalista).

Levando em consideração a atual conjuntura político-econômica brasileira e relacionando-a aos princípios norteadores do projeto profissional, nota-se uma considerável discordância no que diz respeito à defesa dos direitos e da cidadania, na íntegra.

Compreender as condições objetivas da realização do trabalho na sociabilidade atual, trazendo essas análises para o seio do Serviço Social e fazendo uma articulação com a materialização do Projeto Ético-Político (PEP) é um desafio necessário e uma reflexão importante aos/às profissionais que estão no cotidiano da intervenção. O projeto profissional se constituiu historicamente na contradição entre ser instrumental ao projeto burguês e se rebelar contra esta identidade ao se atrelar a um projeto emancipatório de sociedade desde seu processo de reconceituação. (COSTA, 2014, p. 368)

O processo de repensar a profissão a partir do PEP requer elucidação de três principais elementos que o articulam e o constituem. Primeiramente, é importante discorrer sobre a produção de conhecimento no interior do Serviço Social, no que tange aos processos reflexivos sobre seu cotidiano e a práxis profissional. Além disso, é importante o debate sobre as instâncias organizativas/entidades representativas da categoria da profissão, e também da dimensão jurídico-política, que caracteriza a grande

quantidade de normativas<sup>11</sup> profissionais que o Serviço Social possui. A expressão ‘trabalhar na ponta’, quando se discute a Assistência Social, refere-se às funções assumidas pelos/as assistentes sociais que estão lidando diretamente com os/as usuários. Há também a possibilidade de trabalhar na gestão do SUAS, ocupando funções mais organizativas do que quem está diretamente lidando diretamente com a população usuária desta política social.

O cotidiano torna-se sinônimo de alienação quando sua dinâmica impede os homens de se apropriarem da genericidade para-si, quando o indivíduo está preso ao reino daquelas necessidades materiais e psíquicas estritamente indispensáveis para reproduzir-se como indivíduo. Sendo que em nossa sociedade de classes isso significa, na maioria das vezes, estar preso ao que é necessário para sua sobrevivência quase que exclusivamente física, isto é, orgânica. (ROSSLER, 2004 p. 112)

Pensar nas intervenções profissionais da vida cotidiana das/os assistentes sociais na contemporaneidade requer também entender as dificuldades diárias enfrentadas pelas/os mesmas/os, pois a/o profissional necessita criar possibilidades de sair do engessamento institucional no qual se insere. Desse modo, refletir sobre a efetivação plena do PEP no sistema capitalista brasileiro faz afirmar a dificuldade nas ações profissionais das/os trabalhadoras/es da categoria.

Ressalta-se que “mais do que conhecer é preciso agir de modo competente, crítico, qualificado teoricamente e ainda mais é preciso também muita coragem para lutar contra os obstáculos que se interpõem em nossa caminhada” (Martinelli. 2006, p. 13). Em seu cotidiano profissional, a/o assistente social coloca-se em uma posição de armadura para suportar todas as falhas e ameaças do sistema. Sua capacidade crítica deve ir além do campo de trabalho, onde a/o mesma/o tem a necessidade de compreender que as dificuldades vão estar ali presentes, e que o seu fazer profissional também vai precisar existir.

Ou seja, as/os assistentes sociais além de sofrerem inúmeras situações que enfrentam cotidianamente (na esfera particular), também sofrem as determinações

---

<sup>11</sup> Ao pensar as normativas de regulamentação da profissão existentes dentro da categoria do Serviço Social, faz-se necessário entender que as políticas sociais que compõem o tripé da Seguridade Social possuem suas especificidades internas. Para, além disso, “O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).” (CFESS, 2020).



universais à classe trabalhadora em seu conjunto. Mas o ponto principal dessa reflexão é entender que a/o profissional, enquanto categoria, pode se colocar na posição de agente que luta junto e pelas/os trabalhadoras, para que sua ação profissional não caia em práticas fatalistas, messiânicas, individualistas, e sim, que rompa com as visões já pré-determinadas.

É necessário enxergar que tais problemas em relação à precarização do trabalho profissional ocasionam sofrimentos físicos e psicológicos às/aos assistentes sociais, que convivem em locais de trabalho às vezes inaptos e insalubres para o exercício profissional. É preocupante essa reflexão, pois se entende a ação profissional da/o assistente social como um reflexo de sua formação acadêmica, somada aos vários fatores de apreensão da realidade, podendo, infelizmente, obter resultados negativos no que diz respeito à prática profissional.

Quando pensamos nas/nos trabalhadoras/as do SUAS que atuam diretamente na ponta, nota-se que as/os mesmas/os estão submetidas/os a um sistema de metas quantitativas a ser cumprido e exigido pelas Secretarias de Assistência Social das prefeituras dos municípios onde trabalham. Sabe-se que quando profissionais lidam com intensas pressões vindas de seu campo de trabalho acabam desenvolvendo distintos problemas de saúde causados por esse modelo de cotidiano exaustivo.

Em função da Revolução Técnico-Científica-Informacional<sup>12</sup>, a contemporaneidade é marcada ainda pela continuidade do trabalho para além das paredes institucionais e da jornada oficial, ou seja, o/a assistente social acaba se mantendo logado<sup>13</sup> mesmo quando a sua jornada de trabalho diária termina.

Assim, afirma-se que a condição de trabalho é um importante determinante para um fazer profissional qualificado. Para que este movimento aconteça é necessário que o/a próprio/a profissional esteja saudável física e mentalmente. Sem isso, possivelmente gerará um ‘mal estar social’ a partir do sofrimento psíquico e até o

---

<sup>12</sup> A partir da chamada *Terceira Revolução Industrial*, há inúmeras mudanças e avanços tecnológicos, principalmente a partir da década de 1970. Transformações estas que implicaram diretamente no mundo do trabalho, com aumento no mundo contemporâneo da flexibilização da força de trabalho e um aceleramento no fluxo de informações, capitais e mercadorias.

<sup>13</sup> Significa dizer que o trabalhador não se desliga da vida no trabalho mesmo quando não está em ambiente de trabalho. Ou seja, sua jornada se expande para além das horas de trabalho estabelecidas previamente.

adocimento dessa/e trabalhador/a, o que poderá causar também, diversos problemas para instituição a qual ele se insere. Assim,

[...] as consequências das profundas alterações nas condições de trabalho, na forma de contrato da força de trabalho ocupada e na gestão da força de trabalho excedente, determinam e atingem o trabalho do assistente social e a forma de contratação de sua força de trabalho, pois não há possibilidade de o trato da 'questão social' ser aviltada e de, ao mesmo tempo, existirem condições generosas interferindo nesse processo. (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 162)

É necessário e bem importante para a categoria entender a real função da práxis social, e refletir também sobre o local que se ocupa na produção e reprodução da vida material. A atuação cotidiana em tempos neoliberais é caracterizada por todas as dificuldades postas até aqui, e esse desafio não pode ser colocado como uma única problemática a ser resolvida, pois durante toda sua vida no trabalho a/o assistente social irá encarar desafios.

Esse desafio não pode ser tomado como missão primeira e única da categoria dos/as assistentes sociais, mas sim deve se articular com um projeto societário que lute pela emancipação humana em prol de uma sociedade sem exploração e dominação de classe, raça/etnia, gênero e diversidade sexual. Ou seja, é necessária a articulação com um projeto societário que lute pela emancipação humana em prol de uma sociedade sem exploração e dominação de classe, raça/etnia, gênero e diversidade sexual. (COSTA; MADEIRA, 2013, p. 109)

A atuação profissional é direcionada por interesses antagônicos – contradição entre capital-trabalho – e a/o profissional encontra-se em meio a essa situação, o que faz com que o/a mesmo/a, compreenda que as suas decisões não devem ser pensadas de forma individual, mas sim coletiva. Tal escolha é bastante importante para fortalecer a classe trabalhadora, e contém um caráter que atravessa a singularidade dos/as indivíduos/as profissionais da categoria.

É preciso que o/a profissional entenda que a partir da venda da sua força de trabalho ele/a já é parte da parcela de indivíduos que está empregado/a. A partir disso, o fazer profissional da/o assistente social consiste não só no atendimento às demandas dos usuários, mas também – e principalmente – na luta pelos direitos da/os trabalhadoras/es em seu conjunto. A/o mesma/o não deve limitar-se apenas ao exercício profissional engessado e rotineiro. É importante visualizar a práxis para além da realidade do trabalho alienado, identificando contradições através das quais seu trabalho poderá contribuir para compreensão de uma reprodução predominantemente reiterativa.

O Serviço Social contemporâneo tem um marco no ‘não imediatismo’. A práxis social possui objetivo de inserção na realidade das/os usuários (ou seja, a demanda das/os mesmas/os atendida no momento), porém para o fazer profissional ser de fato concretizado a/o assistente social necessita refletir e agir pensando nas mudanças sociais que isso poderá causar.

Foi discutida, até o momento, a importância do trabalho na sociabilidade brasileira junto às relações cotidianas que existem no grupo de trabalhadores e trabalhadoras. O sistema capitalista reproduz a lógica da exploração e opressão à classe e, unindo o projeto profissional dos assistentes sociais nessa discussão, conclui-se que o Serviço Social é uma profissão que pode atuar na contracorrente da ordem do capital. Para que a ação profissional seja exercida neste sentido é necessário um arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo condizente.

Tal necessidade é baseada na visão de ruptura com a prática imediatista e fundamentada apenas no que se encontra na esfera aparente, para que não haja um retrocesso profissional. As práticas das/os assistentes sociais serão, assim, consideradas ‘renovadas’ pela categoria, ratificando o engessamento da profissão como algo ultrapassado e não mais possível de acontecer. Assim, é importante afirmar que:

O Serviço Social é uma profissão que se consolidou como especialização do trabalho coletivo na maturação da sociedade capitalista, tendo por objeto interventivo as múltiplas expressões da questão social. Sua formação e materialização são perpassadas por uma historicidade que deve ser analisada e problematizada, pautando seus desafios históricos e sociais e a constituição teórica e interventiva, sem perder de vista a articulação com a totalidade social fundamentada na teoria crítica. (COSTA; MADEIRA, 2013, p. 08)

O debate acerca da relevância do trabalho do/a assistente social como um intelectual da classe trabalhadora é bastante importante para que a categoria se reconheça como tal. A chamada função educativa<sup>14</sup> dos assistentes sociais faz parte do momento de elaboração de uma reflexão própria, desenvolvida por essa categoria, como elemento constitutivo de processos de transformação. É nesse pensamento que se encaixa a ideia de um compromisso consciente com um projeto de sociedade que atenda aos interesses das classes mais baixas, enxergando que as demandas se posicionam em

---

<sup>14</sup> Conceição (2010) define a função educativa do Serviço Social nos seguintes trechos: “A função educativa do assistente social concretiza em todos os espaços ocupacionais. O perfil pedagógico dessa prática advém da intervenção direta desse profissional na maneira de agir e pensar, ou seja, sua ação incide diretamente na formação da cultura [...] A ação educativa do Serviço Social, quando pensada numa perspectiva que desmistifique a ideologia dominante e resgate e sistematize o potencial existente no cotidiano das classes trabalhadoras por meio da crítica ao senso comum, torna-se um novo caminho a ser percorrido na busca pela superação e transformação”.

primeiro plano e que o movimento de reflexão redimensiona toda a práxis social em prol da luta pela emancipação da classe trabalhadora sem se dissociar destas demandas.

Desta forma, o que se espera dos assistentes sociais é uma atuação voltada a descortinar as problemáticas do mundo contemporâneo, de forma crítica e posicionado em prol dos sujeitos sociais, defendendo os direitos, reconhecendo-os como protagonistas das relações sociais. Outra questão que merece destaque é o desenvolvimento da pesquisa no âmbito do Serviço Social, está é capaz de subsidiar uma prática de qualidade, posto que, possibilita a produção do conhecimento, bem como, abrir caminhos para descortinar a realidade caótica, favorecendo a prática profissional. (LIMA, 2012, p. 27)

O ponto principal de tudo que foi debatido até o momento é a compreensão sobre a expressão da prática profissional como agente de modificação social que revela o verdadeiro significado de como o/a assistente social se portará diante do cenário em que trabalha. Ou seja, construção de respostas às demandas da classe trabalhadora é o que faz a práxis ser efetivada de forma a contribuir para “superação” das barreiras do capital, sempre focando na perspectiva da emancipação social dos indivíduos, embora seja inevitável também reproduzir a sociedade capitalista.

A/o assistente social, principalmente através do Projeto ético-político, das Diretrizes Curriculares<sup>15</sup> e do Código de Ética, coloca-se em posição de interpretação das demandas com valores humanistas e com noções de direitos sociais. Ademais, sua atuação pode ser refletida numa melhoria de acesso e usufruto das conquistas da classe trabalhadora, entrando em confronto com os interesses capitalistas em determinados períodos.

Diante da perspectiva de desigualdade onde as/os usuárias/os das políticas sociais estão à margem da sociedade, a atuação da/o assistente social deve tomar como ponto de partida uma reflexão e atuação político-crítica. Esse embasamento existe para que o resultado seja uma ação profissional desenvolvida e consciente, entendendo que

É fato que a maioria dos assistentes sociais está, no cotidiano da prática, realizando atividades educativo-assistenciais, junto aos diferentes segmentos da classe trabalhadora, é nesse complexo campo da luta de classes que os intelectuais, e dentre eles o assistente social, tomando projetos anticapitalistas e emancipatórios como referência, ao se objetivarem como intelectuais num processo de autoformação permanente na sociedade do capital, podem dar uma modesta contribuição para que a “teoria penetre as massas” e, dessa forma, a teoria podendo se transformar em “força material”, o que só pode se dar através de uma práxis, radicalmente crítica, criativa, consciente. (VASCONCELOS, 2015, p. 85-86)

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>

O tão falado compromisso ético-político com os sujeitos coletivos, no cotidiano profissional da categoria, vai depender de uma intensa ruptura dos limites da alienação, das ‘noções de achismo’, da rotina engessada e superficial, do trefismo, dos valores morais enraizados, liberais e conservadores, acoplados ao senso comum. Desse jeito, o resultado esperado a partir dessa quebra com a ação profissional acrítica é, novamente, a descontinuidade com o pensamento opressor, burguês e capitalista, embora esta nunca possa se dar plenamente no interior da própria sociedade capitalista.

A partir disso, os mecanismos práticos usados pelas/os profissionais em sua práxis cotidiana devem ser livres de discursos assistencialistas, conservadores, buscando alguma consciência sobre a reprodução do que chamamos de subordinação da vida social ao capital, que, como já foi mencionado, movimenta e reproduz o sistema capitalista.

É necessário que os/as assistentes sociais se abasteçam de referências e conhecimentos que lhes dêem a possibilidade da operacionalização concreta da política social à qual estão conectadas/os, entendendo que é necessário ir além do “fazer profissional” para realizar mudanças concretas. Portanto, é coletivamente que se consegue efetivar a mudança da realidade nublada, oprimida e amarga que se vive, e assim poder fazer com que a fragilidade da vida humana não seja mais um empecilho nessa jornada.

Esta transformação coletiva sobrepassa os limites da prática profissional cotidiana, mas ao mesmo tempo dialoga inevitavelmente com esta.

### **2.3 Brevíssimo histórico da trajetória recente da Assistência Social**

A história da Assistência Social percorre momentos específicos em sua trajetória até chegar aos dias atuais. Nota-se que a assistência de hoje em dia não é mais reconhecida como o velho assistencialismo recheado de filantropia e doações realizadas pelas chamadas damas de caridade<sup>16</sup>. Ainda assim, existem dificuldades por parte de muitas/os assistentes sociais para reconhecer a necessidade do desprendimento total da

---

<sup>16</sup> “As damas de caridade eram senhoras católicas esposas e filhas de burgueses ou políticos que destinavam uma parcela do seu tempo para dedicar-se a obras de caridade destinadas aos pobres e desvalidos. Estas mulheres foram mobilizadas para a manutenção do sistema político-econômico da época sob um forte apelo de gênero e moral-religioso. Assim, foram educadas não apenas para o exercício das tarefas domésticas, como também para dedicarem-se a causas sociais.” (MEDEIROS; FROTA, 2011, p. 8)

ideia caritativa e reforçar a Assistência Social que hoje conhecemos como uma política pública<sup>17</sup>.

Como principal ideal da política assistencial enxerga-se a noção de direito para todos os cidadãos, como foi posto na Constituição Federal de 1988. Entendendo que o conjunto da Seguridade Social – Assistência Social, Saúde e Previdência Social – é um novo avanço do acesso aos direitos da população. Especificamente na CF/88, os artigos 203 e 204 prevêem que a Assistência Social é uma política que será destinada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social.

A operacionalização da política social em questão se baseia na garantia de direitos, como dito anteriormente, através da prevenção/redução de situações de risco dos cidadãos, da proteção das pessoas e famílias em vulnerabilidade e, também, através da criação de possibilidades de ressocialização e inclusão social, como posto nas normativas existentes.

Sendo assim, após a aprovação da Constituição, mobilizações sociais terminaram por conquistar a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que consiste em uma legislação específica para a Política de Assistência Social, efetivando este caráter da mesma. Com essa nova legislação, percebeu-se um maior envolvimento de instituições públicas com o foco em alcançar um padrão social dito como mais democrático, e conquistando maior espaço para novos debates. Em termos legislativos (formais), agora, o/a brasileiro(a) é posto como cidadão de direitos sem distinção de classe, raça, idade, gênero, sexualidade etc. Outras normativas foram criadas nesse mesmo contexto, como por exemplo o próprio Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão dos Assistentes Sociais. Ou seja, os/as assistentes sociais:

[...] debruçam-se “ganhando forças” e argumentos na garantia e defesa .intransigente dos direitos humanos e na recusa do arbítrio e do autoritarismo; na ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos das classes trabalhadoras; na defesa da radicalização da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; no posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegurem universalidade de acesso aos bens e serviços, bem como sua gestão democrática; e no

---

<sup>17</sup> “Em um contexto de grande mobilização democrática e exigência de práticas inovadoras na área social, tem início uma intensa discussão para a formulação de uma política pública de Assistência Social, constitucionalmente assegurada. Para tanto, faz-se necessária a elaboração de diagnósticos, estudos e propostas, promovidas pelo Estado, categorias profissionais e organizações da sociedade civil, compreendendo o significado político e o vínculo de tal área com os setores populares.” (LONARDONI; GIMENES; SANTOS; NOZABIELLI, 2006, p.03)

empenho para a eliminação de todas as formas de preconceito. (SANTOS, 2012, p. 45)

O rompimento com as ditas práticas do favor e com a nova institucionalização da política de Assistência Social define a mesma como a política social que tem o objetivo de garantir os direitos de quem não tem como prover sua própria existência. Junto a isso, é necessário entender os três entes federativos (União, estados e municípios) como responsáveis pelo desenvolvimento da política através da implementação dos programas, projetos e benefícios, resultando nas diretrizes assistenciais.

São claros os limites ao reconhecimento e efetivação deste conjunto de direitos em meio à sociabilidade capitalista e a partir da função do Estado capitalista. Esta contradição perpassa todas as políticas sociais e se reflete na esfera do real através de muitas contradições – algumas das quais mencionaremos nos capítulos a seguir.

Na operação da política de Assistência Social, a dimensão dos municípios é responsável pela execução dos serviços existentes, respeitando a descentralização político-administrativa. A participação social é fundamental para que a política social em questão cumpra seu compromisso com a população, entendendo a importância da opinião popular – mesmo que de forma prática isso não ocorra efetivamente.

A LOAS determina também instâncias responsáveis pela criação e administração de fundos da assistência social, que indica formalmente recursos específicos de política para realização de um trabalho de *qualidade*. Segundo o Tribunal de Contas da União, a gestão financeira se debruça sobre a instituição que caracteriza uma forma de gestão transparente e racionalizadora de recursos, que contribui para o funcionamento e visibilidade da Assistência Social, bem como para o controle social da execução financeira (TCU, 2020). Assim, afirma-se que no:

Art. 3º da LOAS estabelece como condição de repasse de recursos do FNAS para os fundos estaduais e municipais, a constituição do conselho, a elaboração do plano plurianual e a instituição e funcionamento dos fundos, com alocação de recursos próprios do tesouro em seu orçamento. (TCU, 2020)

Desde a CF 1988, o Estado passou a assumir a responsabilidade pela Assistência Social como política pública e adotou medidas concretizantes importantes, “o que certamente contribuiu na melhora das condições financeiras das pessoas e na redução da desigualdade econômica e social de nosso país”, (BICCA, 2011). Sendo assim, é

importante refletir sobre o cenário da população brasileira usuária da política de Assistência Social, em um cenário de crescente desigualdade social.

Os ideais da Assistência Social seguem focados na defesa de uma vida digna e autônoma para população, resultando assim na criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em 2005, onde estes ideais puderam ser postos em prática de forma mais organizada, de acordo com as especificidades existentes em cada território. Traz-se para debate se realmente as normativas do SUAS facilitaram na dimensão organizativa, e se realmente são colocadas em prática no cotidiano, visto que os reflexos, tanto nos usuários quanto nos profissionais, são nitidamente existentes.

O SUAS representa uma nova forma de gerir e organizar a Assistência Social brasileira. Planejado e executado pelos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipal, em estreita parceria com a sociedade civil, garante a Assistência Social a milhões de brasileiros, em todas as faixas etárias. Assim, entende-se o Brasil como um país lotado de problemáticas envolvendo o social em questão, e, nesse momento da história, possui um sistema específico para realização de trabalhos em defesa de um possível avanço comunitário.

É possível confirmar a ideia supracitada com uma fala de Silva (2012), onde afirma que:

[...] a política de Assistência Social impacta diretamente o cotidiano profissional, tensionando as dimensões das competências e atribuições privativas do assistente social que postula um profissional crítico vinculado às demandas coletivas de usuários, ao acesso aos direitos, e as demandas institucionais que vêm exigindo um profissional com um perfil mais tecnicista, cuja tendência é de fortalecimento das bases conservadoras do Serviço Social, e, portanto, de mero controle de parcelas da classe trabalhadora usuária desta política. (p.156)

Sendo assim, o entendimento a respeito do que ocorre no dia a dia das/os assistentes sociais trabalhadoras/es da Assistência Social revela uma intensificação do trabalho que pode ser considerada como principal causadora de uma rotina exaustiva, que possivelmente desenvolverá outros problemas.

A atuação nessas diversas dimensões é carregada de possibilidades para o assistente social atuar numa perspectiva crítica no SUAS e pode se desdobrar em diversas estratégias e procedimentos específicos que serão abordados de acordo com os eixos gestão, controle social e financiamento da Política de Assistência Social. (SILVA, 2012, p.174)



A Assistência Social, além do que foi dito anteriormente, possui a sua divisão demonstrada através das proteções sociais (básica e especial de média ou alta complexidade), o que caracteriza uma especificidade quando se trata do trabalho destinado a essa população.

No campo das políticas públicas são marcadas diversas consequências das estratégias do capital aplicadas na prática do trabalho desta categoria a qual se discute. O assistente social da política de assistência necessita de um domínio acerca do saber profissional específico das proteções sociais supracitadas, sabendo de fato articular a rede socioassistencial<sup>18</sup> para realização de uma prática composta de amplos conhecimentos e possíveis encaminhamentos em seu atendimento às demandas.

Enxerga-se ainda a Política de Assistência Social com um olhar voltado para a “ajuda”, pois se entende a mesma como aquela que se dispõe ao oferecimento, por exemplo, dos programas e benefícios de transferência de renda, causando assim esta sensação e a não a identificação como uma política social institucionalizada. Por isso, pode-se afirmar no trecho a seguir, que como profissional do Serviço Social deve-se enxergar:

Como um dos trabalhadores do serviço público, temos que buscar alianças constantes com os demais servidores públicos, com os usuários, com as entidades organizadas da sociedade civil, na busca coletiva de espaços de equidade, de universalização de direitos e da não mercantilização das políticas públicas e, no caso da Assistência Social, da não somente focalização dos programas sociais. Temos que radicalizar em democracia e em cidadania, enquanto ações estratégicas. (SILVA, 2012, p. 187)

Outro ponto a ser discutido, não só, mas principalmente na Política de Assistência Social, é a capacitação e educação continuada/permanente dos/as trabalhadores/as que a compõem. Isso caracteriza um importante processo de fortalecimento da autonomia profissional, contribuindo para torná-los/as assistentes sociais capacitados/as e informado/as do que compete a si, e também conhecedores das redes socioassistenciais. Não entraremos muito no debate desta contradição agora, porém a mesma será retomada de forma mais aprofundada no terceiro capítulo.

---

<sup>18</sup> Compreende-se o conceito *rede socioassistencial* como um conjunto de programas, projetos, e benefícios da própria Política de Assistência Social, visando articular as proteções sociais, básica e especial, que se encontram diferenciadas na mesma, facilitando o trabalho do/a profissional desta área. Ou seja, a rede garantirá um complemento do atendimento às demandas trazidas pela população, focando em um maior acesso aos direitos sociais dessa parcela, tal como uma maior facilidade de enfrentamento das expressões da questão social.

Pensando na Assistência Social, a partir de sua legitimação como política pública em 1993, com a aprovação da LOAS, a mesma possuía o objetivo de ampliar os mecanismos de democracia e cidadania na sociedade. Hoje em dia, mais de trinta anos depois, encontram-se visíveis mudanças no cenário da política, o que não significa dizer que os avanços foram muitos, entretanto, é preciso destacar que a Assistência Social se desenvolveu como política, empenhando-se em estabelecer resultados positivos relativamente à proteção à família e aos cidadãos. Sempre existiu a necessidade de que houvesse uma promoção da qualidade de vida frente às demandas sociais postas pelos usuários, colocando-a numa posição de política responsável por isso – o que gerou consideráveis contradições na vida cotidiana das/os trabalhadoras/es do SUAS.

#### **2.4 Considerações iniciais sobre as limitações e possibilidades da prática cotidiana das/os assistentes sociais na Assistência Social**

O estudo elaborado neste capítulo nos permite realizar breves considerações sobre a necessidade de compreender determinações da própria reprodução capitalista – em particular do capitalismo dependente – para reanalisar as contradições inerentes à própria práxis profissional das/os assistentes sociais, desdobrada em seu fazer cotidiano.

Historicamente, a existência efetiva de direitos era limitada na sociedade capitalista, confrontando a garantia da igualdade formal e do direito à igualdade como conquistas contrapostas à efetiva desigualdade social – inerente ao sistema capitalista de produção. Porém, ao passo em que conquistas pelos direitos sociais são marcos da luta da classe trabalhadora, também, não podemos deixar de sinalizar a legitimação da Política de Assistência Social como um enorme marco neste processo.

Por isso, muitos estudos fazem questão de diferenciar as conquistas da categoria, de maneira geral, e da Política de Assistência Social, especificamente. Boschetti (2015) afirma isso dizendo que:

A assistência social é e deve ser defendida como uma política de seguridade social. Ela pode e deve compor um sistema de proteção social, mas não deve ser confundida com a proteção social em si mesma e nem deve ser defendida como a política por excelência de enfrentamento da miséria e da desigualdade social. (p. 10)

Em complementação a isso, podemos citar brevemente a dificuldade que a população tem em diferenciar o nome da profissão *Serviço Social* e do profissional

*assistente social*. Comumente, pessoas chamam a profissão de Assistência Social, tanto por associação ao nome da/o profissional, quanto pela intensa representatividade que essa política tem dentro da própria categoria.

Diante desses pensamentos, há necessidade de considerar o cenário do *desmonte da seguridade social*<sup>19</sup> para compreender que os efeitos na Política de Assistência aparecem de forma branda no cotidiano profissional das/os assistentes sociais dessa política. Isto posto, cabe nesse momento destrinchar ideias estabelecidas a respeito das condições de trabalho na Assistência Social.

Para enumerar algumas manifestações sistemáticas analisadas do processo cotidiano, podemos usar Boschetti (2015) que mergulha em possíveis obstáculos encontrados. Dentre eles: a redução de salários, o que obriga muitos profissionais a se disporem à duplos ou triplos contratos de trabalho; a falta de condições técnicas/materiais como ausência de espaços e equipamentos ou de equipamentos para realização do trabalho, a exemplo de carros para visitas domiciliares, computadores com internet; a intensificação das rotinas de trabalho, em decorrência do aumento das demandas e incompatibilidade com o quadro de trabalhadores; o desconhecimento, desvalorização e desqualificação profissional, provocando demandas de trabalho estranhas às competências e atribuições profissionais; a desregulamentação dos direitos, endurecimento dos processos de trabalho e fragmentação das tarefas, o que leva a um processo de diluição das particularidades e especificidades profissionais: o assistente social é chamado a fazer tudo e qualquer coisa, o que dificulta, inclusive, o trabalho interdisciplinar.

Dessa maneira, no próximo capítulo, trataremos de levantar um breve estudo sobre as particularidades do capitalismo dependente no que se refere à conquista e acesso aos direitos. Além disso, criaremos uma relação entre os aspectos supracitados por Boschetti (2015) e a reprodução cotidiana do próprio capitalismo, para assim,

---

<sup>19</sup> “O contexto que desafia o Serviço Social a pensar a Seguridade Social no tempo presente é o do desmonte do Estado brasileiro, que ataca direitos humanos e sociais numa agenda ultraneoliberal, conservadora e anti direitos, em que as medidas centrais de desmonte das políticas sociais públicas se efetivam, como é o caso da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congela por 20 anos os gastos primários e impõe uma corrosão ao financiamento para as políticas sociais públicas.[...] Tendo como base a emancipação política e o horizonte a emancipação humana, o Serviço Social deve reafirmar seu projeto radicalmente democrático e comprometido com direitos humanos e sociais, além de reafirmar sua luta juntamente com os diversos atores e movimentos sociais na construção de uma sociedade emancipada” (Araújo, 2019, p. 1)

portanto, poder relacionar o impacto do desdobramento das contradições inerentes à prática profissional cotidiana das/os assistentes sociais, no terceiro capítulo.

### **3. A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO E PARTICULARIDADES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Neste capítulo, trataremos de discorrer brevemente sobre as determinações particulares da dependência latino-americana e caribenha, sobre o processo de transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado no Brasil, (indicando como a divisão racial do trabalho impacta a vida da população negra brasileira e a composição da classe trabalhadora até os dias de hoje) e algumas linhas gerais da constituição do assim denominado ‘Estado social’ no Brasil. Estes elementos, mesmo que tratados de maneira incipiente, são fundamentais para uma reflexão crítica acerca das particularidades da Assistência Social e da prática profissional em Assistência Social em nosso país. Bem como sobre os desafios impostos cotidianamente a esta prática profissional desde o ponto de vista da construção ética na própria reprodução social, da qual as/os assistentes sociais participam de maneira específica.

Refletindo sobre estas temáticas, apontaremos no presente capítulo que, mesmo com mudanças significativas na conquista de direitos, segue existindo a intensa presença de preconceitos enraizados na formação social brasileira, a profunda racialização da divisão do trabalho e o caráter estrutural do racismo. Há, portanto, uma exclusão da população negra no reconhecimento de direitos, que se relaciona à plena inclusão desta população na reprodução capitalista. Reflete-se, ainda, que as particularidades da reprodução capitalista dependente impactam a conformação da Política de Assistência Social e o cotidiano das/os profissionais que atuam nesta área.

#### **3.1 Determinações do capitalismo dependente, universalidade e particularidade**

O capitalismo dependente é determinado por uma forma particular da dominação burguesa que tem relação com as particularidades do desenvolvimento capitalista nestas regiões e reproduz a profunda desigualdade nos países latino-americanos, embora não signifique uma ausência de desenvolvimento capitalista, pelo contrário.

Entendendo a América Latina como parte da unidade mundial capitalista, elucidada-se como a produção de mais valor nestes países foi importante para a

movimentação do ciclo de reprodução do capital em seu conjunto. Ou seja, a exploração da força de trabalho – antes escravizado, agora assalariado – em nossa região é um pilar para compreender a dependência, a desvalorização e a superexploração da força de trabalho.

Cabe afirmar que na realidade concreta da vida a universalidade e a particularidade não se dissociam. Com essa afirmativa, entende-se que o desenvolvimento do capitalismo em sua forma real/universal está sempre unificado com o que é posto como determinações particulares do capitalismo dependente.

As particularidades existem e sempre existirão também nos países centrais. Dessa maneira, entende-se que:

[...] o singular, o específico (o concreto) só existe na necessária associação entre forma e conteúdo, entre determinações mais essenciais e mais circunstanciais, entre universal e particular. Isto é: o capitalismo central também tem particularidades. Impôs-se como modelo universal e universalizante por sua própria historicidade, que se confunde à historicidade do capitalismo em geral, subvertendo todas as demais formas de existência ao seu modo de (re) produção da vida. (GOUVÊA, 2020, p. 1)

A compreensão da dimensão universal se dá através do entendimento de que o essencial para a reprodução da vida humana tende a se universalizar, mas nem sempre o que é notado como universal se expressa na dimensão essencial para a existência. Isto é, compreender o que é predominante como necessidade existencial requer uma reflexão do por que determinadas ‘coisas’ são indispensáveis para a sobrevivência.

Ademais, reconhecer a *universalidade* das determinações históricas requer um processo de abstração teleologicamente orientado (ENGELS, [1890] 1978) para que, de fato, as necessidades mais essenciais à reprodução da vida dos indivíduos possam ser apreendidas. Ao olharmos para as condições de vida particulares, reconhece-se que os conjuntos destas condições singulares, de uma determinada época histórica, correspondem ao grau de desenvolvimento das forças produtivas e às relações sociais de produção predominantes.

Isto posto, é fundamental enfatizar que a *mercantilização* é o momento predominante da reprodução no capitalismo, onde entende-se a diferenciação do aparentemente universal e do mais essencial, de fato ‘universalizante’. É possível afirmar que uma perspectiva de *totalidade* precisa reconhecer que:

Teoria e metodologia na análise marxiana partem da realidade social para captar as múltiplas determinações, que se elevam na elaboração de um todo pensado que relaciona particularidade, singularidade e totalidade, apreendendo a essência e a aparência do objeto, com o objetivo de criticar as relações opressivas e contrárias e propor a transformação das relações sociais. (SILVA, 2019, p. 50)

São os indivíduos que compõem a sociedade que fazem a história acontecer e a vida se reproduzir, através das múltiplas características existentes que marcam as épocas históricas. Então, pode-se afirmar que a realidade, no marxismo, é entendida como “atividade humana sensível” (MARX, 1845). Com isso, a compreensão carrega consigo a indispensabilidade de vincular e entender teoria e prática, e de entender o real significado dos elementos essenciais para existência da vida.

A *totalidade* deve ser compreendida “como uma interação continuada entre as determinações mais universais e as determinações mais particulares, [que] forma a existência singular em cada momento, em cada região e em seu conjunto enquanto totalidade” (Gouvea, 2020b). Desse modo, é necessário depreender as determinações mais específicas de um dado momento histórico como um marco *singular* para a reprodução da vida neste tempo definido.

A capacidade teleológica do indivíduo sobre suas próprias decisões está relacionada com a capacidade organizacional do agrupamento da vida social, não se esquecendo de mencionar que quem detém os meios de produção segue sendo a burguesia/classe dominante, o que influencia diretamente sobre essa capacidade de organizar o conjunto da reprodução da vida social. Assim, deve-se:

[...] começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e esse é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX e ENGELS, 1987, p. 39)

Aprofundar-se no debate sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil requer refletir sobre um cenário onde a classe trabalhadora é continuamente subordinada aos grandes proprietários/grande burguesia (como no capitalismo em geral), mas com as particularidades da superexploração em países dependentes que dependem em grande medida da racialização e generificação da classe trabalhadora. A relação entre o capital

nacional e estrangeiro também foi objeto de grandes debates sobre a relação de dependência existente até hoje entre os países latino-americanos e as grandes potências.

As marcas do capitalismo dependente estão atreladas diretamente à sobreposição da:

[...] ascensão de uma burguesia que se incluía ainda em grande medida no movimento popular; na era do imperialismo, na qual vivemos hoje, todo movimento autenticamente burguês é antipopular e, como tal, contrarrevolucionário. (MARINI, [1968] 2013, p. 29)

A dependência capitalista é determinada na própria reprodução da vida nos países dependentes dentro do capitalismo.

Assim, os métodos que configuram o modo de produção evidenciado na exploração destes trabalhadores, podem ser identificados através da “a intensificação do trabalho, da prolongação da jornada de trabalho e da expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (Marini, 2013). Os três pontos mencionados ajudam a compreender as relações de trabalho em países latino-americanos e caribenhos dependentes, e como as condições do trabalho assalariado formam parte das expressões da questão social no Brasil.

Entende-se que neste momento as condições de trabalho necessárias à própria reprodução da força de trabalho são muitas vezes recusadas às/aos trabalhadoras/es dos países dependentes (e das/os trabalhadoras/es migrantes nos países centrais), o que significa afirmar que a força de trabalho é explorada à exaustão, em função da intensificação e aumento recorrentes da jornada de trabalho. Portanto, levando em consideração as adversidades debatidas em relação a classe trabalhadora,

[...] podemos então ter claro que a busca por enfrentar e superar os graves dilemas da realidade brasileira (desemprego, violência, miséria, precarização do trabalho, discriminação, etc.), bem como a busca pelo cumprimento das próprias tarefas nacionais e democráticas que nos países centrais foram cumpridas em suas revoluções burguesas (emancipação nacional, reforma agrária, reforma urbana, desenvolvimento industrial autônomo, etc.) são tarefas que só poderão ser cumpridas – tendo em vista que o capitalismo dependente é o único capitalismo no Brasil – em um processo de luta dentro da ordem que se desencadeie ao mesmo tempo numa luta contra a ordem capitalista e contra o bloco de poder dominante, unindo-se desde o início à construção da revolução socialista. (PEREZ, 2013, p. 9)

Não é possível neste trabalho incluir uma ampla caracterização da dependência. Entendendo que o Brasil é um país dependente, contudo, primeiramente caracterizamos

a dependência como a forma pela qual os países ditos ‘não centrais’ se reproduzem na contemporaneidade. Do ponto de vista econômico, político, social, cultural, etc. é preciso enxergar que a dependência está enraizada a partir da própria sociedade capitalista, ou seja, o país capitalista (dependente ou não) tem foco no trabalho assalariado com produção de valor excedente e isso se dá em condições particulares no capitalismo dependente. Não podemos deixar de mencionar também que a diferenciação e/ou as particularidades que demarcam os países dependentes têm raiz na própria constituição do mercado mundial e nos fatores que caracterizaram os processos de colonização e de escravização na formação e reprodução capitalistas.

Para caracterizar o capitalismo dependente é importante citar três traços fundamentais: 1) transferência de valor de dentro para fora do país; 2) a superexploração da força de trabalho; 3) e a forma específica do ciclo do capital nas economias dependentes (GOUVÊA, 2020b). O primeiro ponto pode ser caracterizado de forma mais visível quando se debate a produção de mercadorias para exportação, mas a compreensão vai além disso. Para entender a transferência de valor é necessário compreender que ela se dá na determinação dos preços de produção da indústria instalada dentro das fronteiras nacionais. Deve-se considerar também a produtividade dentro e fora do país, tal como também as transferências de lucros comerciais, bancários, renda da terra, propriedade intelectual e outros.

Já o segundo ponto mencionado, a superexploração da força de trabalho, requer relacionar as condições de trabalho, a venda da capacidade de trabalhar (força de trabalho) e o valor recebido e produzido pela venda direta desta força de trabalho, para entender que para se reproduzir em uma sociedade capitalista o salário mínimo existencial é notoriamente considerado um valor ‘insuficiente’ para a massa trabalhadora. Desse modo, a grande superexploração nos países dependentes, especificamente, faz com que ocorra ainda uma diminuição relativa dos salários, ou seja, nesses países tende-se a receber um valor ainda menor do que o valor da força de trabalho. É possível identificar a superexploração através do desgaste dos trabalhadores, que acabam por muitas vezes tendo que trabalhar muito mais para ter o dinheiro necessário para a sua reprodução.

Os salários nos países dependentes são relativamente menores do que nos países centrais, o que significa dizer que o interesse em imigrar aumenta para uma parcela da



população no mundo contemporâneo, que está em busca de melhores condições de vida. Mas, a partir do momento que você é tratado como um imigrante sem direitos sociais e sem ser reconhecido como cidadão, as possibilidades de uma melhoria na vida são ainda mais difíceis. Desse modo, pode-se dizer que é ‘interessante’ para os países centrais terem esses imigrantes ilegais, caracterizando uma possibilidade de mão de obra mais barata, também com base na racialização. Em contrapartida, é necessário entender que este processo se incrementa no momento atual de crise capitalista.

Inserimos aqui também uma reflexão a respeito das/os trabalhadoras/es que estão inseridas/os em relações de exploração, seja na esfera privada ou junto ao próprio Estado: as/os trabalhadoras/es consideradas/os ‘funcionários públicos’ (muitas vezes o caso das/os assistentes sociais) são vistas/os como protegidas/os nessa classificação, pois a quase total ausência de direitos trabalhistas faz com que estes sejam muitas vezes vistos por outras/os trabalhadoras/es com ‘privilégios’ (Gouvea, 2020b).

Já o debate sobre o terceiro aspecto mencionado como determinação particular da reprodução capitalista dependente – as particularidades no ciclo do capitalismo dependente – é, de certa forma, o ponto que criou reflexões mais intensas no processo de elaboração deste trabalho de conclusão de curso. Isto porque implica reconhecer que a dependência existente no Brasil está primordialmente relacionada às expressões da questão social que aqui são identificadas, e que ela mesma é indissociável da própria reprodução capitalista. Ou seja, é necessário compreender que a reprodução do sistema capitalista traz consigo o aprofundamento de uma sociedade desigual.

Desse modo, para compreender o capitalismo dependente estruturado na contemporaneidade – e na região que ocupam os países latino-americanos e caribenhos – necessita-se reconhecer também que a própria dependência se reconfigura e que o novo momento da reprodução do capital trouxe elementos importantes a esta discussão, acarretando numa reconfiguração das esferas da vida social. Um elemento que consideramos fundamental é pensar no aprofundamento da mercantilização, que traz para a vida social e das/os trabalhadoras/es problemas ainda maiores, com maior possibilidade de se ter um ‘trabalho’ que não necessariamente é um ‘emprego’ de fato. As consequências disso ficam nítidas quando se pensa no contexto da *uberização*, junto ao qual uma série de espaços antes conquistados como direitos sociais tornam-se mercadorias, impactando no empobrecimento ainda maior da população.

A matriz de reprodução da vida e a matriz de reprodução do capital não podem ser colocadas como duas coisas dissemelhantes, mas sim como condições reais e obrigatórias da vida de uma pessoa que mora em um país capitalista – dependente ou não. Isso pode ser representado a partir da situação em que para suprir uma necessidade particular/pessoal da vida, como se alimentar, por exemplo, é preciso que você tenha dinheiro para comprar comida, e que para se ter dinheiro, socialmente, foi necessária a venda pessoal da força de trabalho. A própria reprodução cotidiana da vida reproduz, portanto, o capitalismo, ao mesmo tempo em que permite o contato com as contradições que podem levar ao processo de consciência necessário para coletivamente superá-lo.

Dada a importância da racialização para a reprodução capitalista dependente e para a reflexão sobre a constituição do Estado social no Brasil, estudaremos brevemente a seguir algumas das características da transição entre escravização e trabalho assalariado no Brasil.

### **3.2 A relação da escravização e a transição para o trabalho assalariado**

A formação da classe trabalhadora se dá nas trajetórias percorridas ao longo da história da luta de classes, indissociável da racialização, da generificação e de todas as dimensões da divisão do trabalho e da reprodução da vida individual e coletiva. Certos enfrentamentos resultaram a favor da população negra, com conquistas fundamentais. Mas não se pode deixar de enxergar que no decorrer desse processo inúmeras dificuldades foram e são encontradas pelas pessoas negras.

A história da população racializada como negra no Brasil se confunde com a história da colonização, pois a mesma foi caçada, escravizada, desterrada e trazida forçosamente para este território. Isso caracteriza a escravização do/a negro/a africano/a em território brasileiro, bem como o processo de trabalho escravizado, que perdurou por no mínimo quatro séculos.

Dessa maneira, afirma-se que as/os negras/os escravizadas/os construíram em grande medida a economia em movimento do país, mas em contrapartida não foram inseridos/as na apropriação das riquezas acumuladas, tornando-as/os desde o início subalternizadas/os na divisão social do trabalho. Pensando para além da movimentação econômica supracitada, as populações de origem africana trouxeram para o Brasil suas

culturas e ancestralidades, que caracterizam a reprodução material da vida no Brasil, e demarcaram profundos núcleos de resistência e de luta, como, por exemplo, os grupos quilombolas.

O trabalho escravizado permeou a economia de produção açucareira, mineira, cafeeira, etc. Todo o lucro gerado através das produções não chegava nem perto de ser repassado para a população em questão, ou seja,

“O negro nessa fase é o grande povoador, aquele que chega em ondas sucessivas para preencher os vastos espaços demográficos. Enquanto o reino vinha para a aventura da colonização pensando em um breve regresso, deixando muitas vezes a família em Portugal, o negro africano sabia que sua viagem era definitiva e que as possibilidades de voltar não existiam.” (MOURA, [1959] 1989, p. 08)

O ano de 1850 foi marcado pela Lei Eusébio de Queiróz, que trouxe uma modificação na legislação escravista brasileira. A mesma proibia o tráfico de escravos para o Brasil, sendo vista como um avanço no que diz respeito à abolição da escravização negra. Tal avanço se deu, contudo, em conjunto com a promulgação da Lei de Terras, que fixava a propriedade branca e latifundiária da terra, preparando terreno para a manutenção de uma divisão racial do trabalho mesmo sob a conquista da abolição. O fim da entrada de novos/as negros/as escravizados/as no país reflete uma crise do sistema escravista motivada em grande medida pela resistência negra. Destacando o fato de que o/a escravo/a, além de trabalhar incessantemente, também podia ser vendido como mercadoria dentro do próprio país - o que se acirra a partir do cenário de ascensão da produção do café no sudeste, que fez com que muitos/as negros/as das províncias do nordeste fossem deslocados/as para trabalhar.

Segundo Clóvis Moura, o fato de que os povos negros escravizados já não constituíssem mercadorias substituíveis, baratas e de fácil acesso, causou uma mudança brusca no que se entendia como ‘valor’ do escravo na sociedade, levando à criação de leis e fazendo do/a escravidão/a antes procurado, agora um ‘protegido por lei’. A partir de 1871, começa a existir um movimento abolicionista formal, de alguma maneira herdeiro de todas as lutas anteriores.

Em 1888, através daquela que foi ironicamente denominada como Lei Áurea<sup>20</sup>, o Império brasileiro determinou o fim da escravização dentro do território nacional. Ainda segundo Clóvis Moura:

[...] inicia-se, com a extinção do tráfico, uma nova etapa na luta sustentada pelos abolicionistas em várias frentes, tendo de enfrentar ainda um período de árduas labutas. (MOURA, 1981, p. 41).

[...] uma conjuntura econômico-política delicada e complexa que se apresentava ante os olhos da Regente: uma economia em decomposição e uma opinião pública que, na sua quase totalidade, condenava o sistema de trabalho que predominava ainda na agricultura. (MOURA, 1981, p. 50).

Refletindo diante da contemporaneidade é possível afirmar que a classe dominante elitista e racista se coloca em posição de superioridade quando se trata da população negra trabalhadora brasileira. Isso demonstra que os/as negro/as seguem ocupando as mais baixas posições sociais, o que significa dizer que o racismo estrutural segue sendo mantido socialmente, impedindo que a mobilidade social seja algo facilmente atingível para a população em questão<sup>21</sup>.

Em decorrência do que está sendo debatido, as/os negra/os e a população reconhecida como originária no Brasil sentem diariamente os impactos de uma sociedade ‘ex escravista’, bem como da divisão racial do trabalho contemporânea. A marginalização e a criminalização dessa população são marcantes e visíveis na sociedade atual, e a perda (ou a ausência histórica) de direitos sociais por esta parcela da população responde a uma racialização inferiorizada como a apenas ‘existirem’ enquanto negros/as que perpassa toda sua existência socialmente.

O racismo estrutural e a reprodução de preconceitos a partir da cor da pele de uma pessoa dificultam sua vida no convívio e sociocultural. “Esse preconceito atua como elemento restritivo das possibilidades de um negro na sociedade brasileira” (MOURA, [1959] 1989) e contribuirá para a reprodução da divisão racial do trabalho mesmo após

---

<sup>20</sup> A palavra “áurea” vem do latim *áureo*, que significa cor de ouro, dourado, feito de ouro. No dia 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a tão conhecida Lei Áurea, cujo nome provém da caneta de ouro utilizada na assinatura. Lembremos que a exploração do ouro foi realizada majoritariamente com trabalho escravizado e foi sempre impulsionada pela Coroa, durante a Colônia e o Império.

<sup>21</sup> Utilizamos aqui o termo ‘racismo estrutural’ no mesmo sentido proposto por ALMEIDA, 2018, em seu sua excelente obra *O que é racismo estrutura?*.

a abolição, para além da caracterização de uma burguesia racista elitista que, de forma consciente ou não, aprofunda a ideologia da marginalização da população negra.

O entendimento sobre a passagem do trabalho escravizado para o trabalho livre esteve por vezes relacionado a interpretações que nem sempre reconheceram as/os escravizadas/os como produtores de valor na sociedade, ou seja, como trabalhadores. Pode haver também uma exageração relativa das contradições, de tipo “econômico”, internas ao desenvolvimento capitalista e uma diminuição do papel das lutas das/os próprias/os escravizadas/os. Em muitas interpretações, a imigração e a abolição são consideradas movimentos contrários ao trabalho escravizado.

A relação entre a mercantilização da vida e a transição para o trabalho assalariado da população negra é, contudo, um fator importante. Segundo Octavio Ianni:

[...] a sociedade brasileira está apoiada numa economia produtora de mercadorias para o mercado internacional com fundamento na utilização predominante do trabalhador escravizado. Essa é uma contradição que se tornará progressivamente insuportável, até sua superação. (IANNI, 1987, p. 24).

Na visão de Ianni, o modo de produção capitalista, que se expandia neste período no Brasil, requeria a adequação do trabalho escravizado aos padrões de mão-de-obra necessária para o sistema.

Ao fazer isto [negar o material socialmente, solapando o tipo de trabalho que existia e dinamizava a estratificação social existente], sem conscientização embora, criava as premissas para a projeção de um regime novo no qual o trabalho seria exercido pelo homem livre e que não era mais simples mercadoria, mas vendedor de uma: sua força de trabalho. (MOURA, 1981, p. 247).

Outros autores, como Leonardi e Hardmann (1982), por exemplo, destacam a convivência entre trabalho assalariado imigrante e trabalho escravizado negro no próprio início da manufatura no Brasil. De toda maneira, foi-se consolidando, com a Abolição, uma divisão racial da venda da força de trabalho que mantém a subalternização da população negra.

Nesse sentido, Clóvis Moura (1981) nos indica que encontram-se novas questões enfrentadas pela população negra frente a uma sociedade estruturalmente racista. Mesmo com a abolição.

Entendendo que a organização da economia nacional tinha como foco a produção de lucro, Octavio Ianni afirmaria que:

Em outras palavras, a mão de obra, simplesmente, transforma-se em força de trabalho, no sentido de fator adequado à produção de lucro. Ao transformar o escravo em trabalhador livre, o que ocorre é a libertação da empresa dos ônus da propriedade de um fator do qual agora só interessa a sua capacidade de produzir valor. (IANNI, 1987, p.29/30)

Determinadas mudanças nas atividades produtivas acarretaram transformações que ajudaram os imigrantes a se colocarem como trabalhadores livres nas fábricas da época, o que acabou colocando os negros ex-escravos ou descendentes de escravos como uma segunda opção de ‘contratação’. Em decorrência disso, a necessidade da formalização da situação dos cidadãos brasileiros obrigou a existência de uma lei que fizesse desses imigrantes, de fato, cidadãos para que pudessem continuar trabalhando em terras brasileiras. Desse modo, “estava em curso a formalização do mercado e trabalho, processo esse a ser complementado por uma legislação trabalhista especial”. (IANNI, 1989, p. 45). Destaquemos uma vez mais, sem prejuízo desta análise, o atual processo de desformalização da compra e venda de força de trabalho que está em curso no Brasil com o conjunto de contrarreformas trabalhistas.

É necessário frisar que a pessoa escravizada, na sociedade escravocrata, era entendida como meio de produção. Com as mudanças supracitadas, a/o escravizada/o teria se tornado “um trabalhador cuja atividade se organiza segundo um padrão de racionalidade próprio do regime de produção mercantil” (IANNI, 1989, p. 46). O debate acerca do valor que se reconhecia na norma social para uma pessoa escravizada antes da abolição, e o valor socialmente reconhecido para a venda da força de trabalho de um/a trabalhador/a negro/a livre requer reflexões ulteriores a respeito de quanto valia essa liberdade e pode vir a ocultar as lutas da população negra.

Desse modo, as primeiras expressões da criação de uma nova ideia de sociedade ‘civilizada’ e ‘urbana’ trouxeram consigo novos valores e ideais sociais que negavam a

existência de escravos – pessoas que perdiam seu direito formal à liberdade. Mas mantiveram a subalternização da população negra como parte fundamental desta ‘civilização’.

Nas palavras de Ianni,

Trata-se de valor de troca. O valor de troca é o alvo fundamental da produção mercantil. É no processo de realização do produto do trabalho, enquanto valor de troca, que se dá a realização do lucro, que é o alvo do fazendeiro ou do empresário. Por isso ampliar a produção de mercadorias, com base no trabalhador livre, é ampliar a margem de lucro possível. (IANNI, 1989, p. 49)

Ianni frisa, portanto, que seria necessário entender que é preferível manter trabalhadores/as livres – assalariadas/os – para a produção de lucro, pois o assalariamento seria compatível com maior mercantilização e com mais lucro para a classe capitalista.

Hardman e Leonardi (1982), por sua vez, afirmam que:

Com as primeiras fábricas, surgiram na Europa, os primeiros proletários modernos. Isso, no Brasil, verificou-se apenas em parte. Nas primeiras fábricas brasileiras trabalhava, muitas vezes, ao lado dos operários, um bom número de escravos. O fato de o proletariado surgir no interior de uma sociedade escravista dificultou e travou, durante muitos anos, o processo de sua formação como classe. (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 109)

Desse modo, as ‘empresas’ realizavam uma divisão do trabalho também no interior da própria fábrica, distinguindo o trabalho intelectual do braçal, e utilizando pessoas negras escravizadas para realização do que se chamava de trabalho ‘sujo/bruto’, enquanto os trabalhadores livres (geralmente entendidos como brancos) ficavam destinados a realizar o trabalho ‘limpo’. Tal diferenciação se dava por puro estigma social, entendendo que as escravizadas/os de origem negra e africana estariam naturalmente submetidos à realização deste trabalho, caracterizando um exemplo do racismo estrutural.

É indispensável compreendermos que segundo Moura (1981 p. 248) “não se trata de uma glorificação romântica. Trata-se de captar, dentro de um método sociológico dinâmico e não acadêmico, o sentido global de um processo: a passagem da escravidão

para o trabalho livre”. É muito característico que haja uma exaltação deste momento transitório pós ‘abolição’, sendo assim, é imprescindível considerar o ponto indicado por Moura.

A constituição do proletariado e da luta por direitos sociais no Brasil não pode ser dissociada deste processo, fundamental para a compreensão dos desafios da Política Social - e particularmente da Assistência Social - no capitalismo dependente brasileiro.

### **3.3 Estado Social no capitalismo dependente, conquista de direitos e contradições da Política Social**

O debate acerca da criação e defesa dos direitos humanos – não só no âmbito do Brasil – espalha-se sobre o processo de ampliação de leis que defendem múltiplas parcelas da população. Os avanços de proteção geral e autoproteção dos cidadãos são pautados pela historicidade, sendo necessário entender as normativas criadas ao longo dos anos como parte de uma disputa.

Antes mesmo do século XX o debate sobre direitos cidadãos já era realizado, remontando ao liberalismo. De acordo com o que foi dito até o presente momento, é necessário compreender:

[...] que os direitos humanos, ao contrário do seu desenvolvimento histórico em décadas passadas, ingressaram num período de crise e/ou retrocesso, será preciso entender suas causas, as condições que permitiram essa crise se instalar, e desenvolver as sondagens possíveis quanto à sua reversão ou quanto aos seus desdobramentos.(TRINDADE, 2011, p. 05)

Em relação à historicidade da noção moderna de *direito*, é marcante a contraposição formal ao período feudal e posteriormente à escravidão colonial, na qual se constrói a ideia de um “direito natural” e a noção liberal de liberdade.

A existência da burguesia enquanto classe reforça os direitos humanos como sendo algo restrito, pensando no alcance de maneira centralizada e específica apenas ‘para alguns’. Isso reflete a forma de vida em sociedade. Devemos refletir sobre o fato de que manter determinados pensamentos podem causar efeitos diretos nas categorias



sociais mais exploradas. Como José Damião de Lima Trindade (2006) afirma em sua obra, o absolutismo monárquico europeu e os traços remanescentes do feudalismo mantinham-se como obstáculos à livre acumulação e circulação de capital, à livre contratação de força de trabalho e à livre transformação em mercadoria de todos os produtos do trabalho.

A transição do assim chamado direito natural ao assim chamado direito social trouxe consigo uma série de conquistas para a classe trabalhadora, maioria dominante da população. Esta conquista é marcada pelas declarações de direitos das revoluções burguesas:

[...] Bill of Rights da Revolução inglesa de 1688, as Declarações de Direitos da Revolução Americana, particularmente sua Declaração de Independência (1776), e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que a burguesia revolucionária francesa proclamou ao mundo em agosto de 1789. (TRINDADE, 2011, p. 06)

A essência real dos então formados direitos passou por muitas facetas antes de se *universalizar*, ao menos formalmente. “Os regimes liberais-oligárquicos nascidos daquelas revoluções burguesas preservariam esses limites conceituais e essas restrições durante mais de um século”, segundo afirma Trindade (2011, p. 07). É importante dizer que mesmo agora estes direitos formais não são universais. Sua conquista, todavia, deve-se à luta da população trabalhadora, das populações escravizadas e dos povos colonizados, reconhecendo os obstáculos ainda existentes pelo caminho.

A jornada regulamentada, o salário mínimo, o repouso semanal remunerado, as férias, a aposentadoria, o acesso à educação e a serviços públicos de saúde e assistência social foram marcantes exemplos que Trindade (2006) usou em sua obra para exemplificar o resultado de tal enfrentamento.

Aos poucos, o sufrágio masculino foi se universalizando (o das mulheres teria de esperar até o século XX) e, já ao terminar do século XIX, os trabalhadores alcançavam as primeiras vitórias nas lutas pelo que, mais tarde, seria conhecido como direitos econômico-sociais (jornada regulamentada, salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias, aposentadoria, acesso à educação e a serviços públicos de saúde e assistência social etc.) (TRINDADE, 2011, p. 08)

Em vista disso, a Declaração dos Direitos do Povo trabalhador e explorado junto da Declaração dos Direitos Humanos<sup>22</sup> (1948) trouxeram consigo novas perspectivas de direito àqueles que não se encaixavam enquanto cidadãos. Abrindo um rápido parêntese para o Serviço Social, sabe-se que a profissão defende em todo seu percurso a luta da classe trabalhadora como necessária em sua matriz de atuação, o que caracteriza diretamente a noção ‘auto-direito’ para o/a outro/a na dimensão do desenvolvimento pessoal e coletivo.

É com a própria acumulação capitalista e com as lutas por maiores direitos e supressão ou melhora das condições de exploração que se dá a necessidade da forte presença do Estado no reconhecimento e mediação do acesso a esses direitos agora existentes. Cabe aqui pontuar os direitos civis e políticos como:

[...] liberdade individual, igualdade de todos perante a lei, igualdade de direitos entre os cônjuges, igualdade entre os filhos legítimos e ilegítimos, direitos de reunião, de expressão e de associação, separação entre o Estado e a Igreja, liberdade religiosa, sufrágio universal masculino e feminino etc... (TRINDADE, 2011, p 07)

Esta é uma concepção limitada, mas que traz também novas concepções de inserção social das/os trabalhadoras/es, se reconhecendo como parte de uma sociedade de direitos, tornando-se cidadãos, o que pode favorecer a consciência de classe através da valorização da luta por direitos.

Foi incorporada uma ideia de garantia social que antes ainda não existia. Até os dias de hoje permanece a ideia de que o acesso a tudo que é considerado público seja realizado de maneira ‘plena’, o que não se confirma na esfera do real. A função social que o Estado assume muitas vezes condiciona reflexões de caráter político, e isso reverbera na noção de ‘quem manda’ e ‘quem obedece’ dentro da sociedade, sendo

---

<sup>22</sup> “Com esse mote e norte, iniciou-se a difícil negociação política entre a União Soviética e os países capitalistas que redundou na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembléia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948. [...] A Declaração de 1948 teve o status de uma “recomendação” aos Estados subscritores, não de uma lei de cumprimento exigível. Mas, além de ser o primeiro documento de direitos humanos de âmbito internacional – inaugurando, portanto o direito internacional dos direitos humanos – essa Declaração também fundou a concepção contemporânea dos direitos humanos, segundo a qual as suas várias dimensões (direitos civis e políticos, direitos econômicos, sociais e culturais etc.) configuram uma unidade universal, indivisível, interdependente e inter-relacionada.” (TRINDADE, p. 11).

necessário atentar, pois, ainda que os direitos existam, a luta de classe segue intacta – e a burguesia segue presente em forma de classe dominante.

Foi com o término da II Guerra Mundial que veio à tona o ideário especificamente de direitos humanos na sociedade. Isso se concretiza quando:

[...] os primeiros indícios de que os direitos econômico-sociais dos trabalhadores ingressavam num processo de estagnação/retrocesso já podiam ser rastreados desde, no mínimo, os anos oitenta do século XX. O formidável incremento da produtividade do trabalho humano a partir da década de 1970, emulada pela intensíssima injeção de ciência e de tecnologia na produção de mercadorias corpóreas e incorpóreas (bens físicos e prestação de serviços), tornou aguda a concorrência mundial inter-monopolista. (TRINDADE, 2011, p. 14).

É necessário que mesmo com o aumento dos direitos sociais a classe trabalhadora não deixe de ser explorada. A conjuntura precisa se manter firme para que o sistema capitalista continue desenrolando, então há necessidade de encontrar um jeito onde tudo isso se camufle e o trabalhador (agora com ‘privilégios’ garantidos) continue sendo explorado. A modernização da ciência e tecnologia somada a incansável mobilização da classe operária se promove como uma contradição apontada como um dos fatores facilitadores desse processo, tornando cada vez mais viável que o público x privado existam concomitantemente – cada um com seus interesses particulares.

A conquista de direitos, porém, não se dá da mesma maneira em países centrais e países dependentes. Compreendemos aqui a divisão do trabalho através da divisão dos países que compõem as grandes potências e dos países de economia dependente. A partir dessa afirmativa é possível notar um processo diferenciado dos assim chamados direitos humanos nas regiões dependentes, percebendo grandes diferenças no modo de apreensão da vida humana. Isto é, confirma-se uma “contínua e silenciosa conformação de um novo senso comum anti-humanista” – afirma Trindade (2011, p. 16) –, caracterizada por esta desigualdade social que marca o capitalismo mundial.

Portanto, não adianta existir variadas declarações e pautas internacionais que debatam e defendam os direitos humanos quando efetivamente nota-se que os direitos não são absolutos/universais. Demonstra-se através da própria vida em sociedade que fragmentos menores da mesma possuem acesso (a parte rica), diferente das “multidões de pobres ou de desempregados (a estes, no máximo, o assistencialismo público ou a

caridade privada), nem para as pessoas com biótipos não-caucasianos e idiomas não-europeus.” (TRINDADE, 2011, p. 16)

O contexto brasileiro “encontra-se em uma crise política profunda diretamente vinculada à crise econômica nacional e do capital no plano internacional” (ABRAMIDES, 2017, p. 384), o que caracteriza um momento de fragilidade para aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho. Afirma-se que o ganho da população foi grande e marcante com o conjunto de lutas trabalhistas no período de 1930<sup>23</sup>, porém, depois disso os marcos significativos passaram a ser considerados negativos.

A defesa dos direitos no sistema capitalista teve como marco a entrada do Estado como “mediador privilegiado dos conflitos trabalhistas” (PESSANHA; ARTUR, 2011) junto a isso, a conquista da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) trouxe regulações necessárias a respeito de quem era o trabalhador naquela época. Organizou as categorias por núcleos profissionais e gerou uma singularidade que tratava especificamente da organização das/dos trabalhadores em sindicatos e da tentativa de regulamentação das greves.

Assim como as conquistas ditas anteriormente, a criação da Seguridade Social e da universalização da mesma requer reflexões a partir de sua existência como direito social. Apenas a Previdência Social é individualmente contributiva, e como afirma Boschetti (2009),

[...] se destinam a quem está inserido em relações formais e estáveis de trabalho e possuem duas características centrais. Primeiro são condicionados a uma contribuição prévia, ou seja, só têm acesso aqueles que contribuem mensalmente. Segundo, o valor dos benefícios é proporcional à contribuição efetuada. Essa é a característica básica da previdência social no Brasil, que assegura aposentadorias, pensões, salário-família, auxílio doença e outros benefícios somente aos contribuintes e seus familiares. (BOSCHETTI, 2009, p. 4)

Assim, considera-se que a luta por direitos perpassou intensos processos de novidades e dificuldades ao mesmo tempo. Isso é vivido cotidianamente pela classe

---

<sup>23</sup>Ainda no início do governo de Getúlio Vargas, década de 30, as mudanças nas normas e regras existentes no mundo do trabalho tomaram forças e formas mais concretas. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi institucionalizada como lei no dia 1º de maio de 1943, dando início a garantia de direitos trabalhistas que beneficiaram a grande parcela dos trabalhadores. Dentre conquistas como o salário mínimo, a carteira de trabalho, as férias remuneradas, a jornada de trabalho de oito horas diárias foi uma das que mais teve relevância em questões das horas diárias do cotidiano dos trabalhadores.

trabalhadora nas mais diversas esferas existentes de trabalho, caracterizando a importância do entendimento sobre as conquistas enquanto classe. Como observado até o momento, dificuldades são encontradas e superadas a todo momento, e isso precisa ser compreendido como parte de um processo de lutas instaurado no sistema capitalista.

Quer dizer, é necessário atentar-se ao Estado Social como parte da própria historicidade capitalista e de suas contradições. O atendimento de demandas da classe trabalhadora sem impedimento à acumulação de capital faz-se como princípio essencial na constituição do que é considerado o ‘Estado de Bem-Estar’ encontrado na sociedade capitalista.

À vista disso,

Considera-se que expressões como Welfare State, Etat Providence e Estado de Bem-Estar Social, na maioria das vezes apontam limites e possibilidades das políticas sociais, indicam sua abrangência, descrevem suas dimensões, configurações, financiamento e impacto na redução das desigualdades, mas poucos desenvolvem explicações sobre a verdadeira essência ou natureza capitalista do Estado Social. (BOSCHETTI, 2018, p. 76).

O Estado Social no Brasil é, concomitantemente, reproduzidor de privilégios e desigualdades. Isso significa dizer que o mesmo poderia ter assegurado aos trabalhadores mais direitos que foram concebidos pelas lutas, mas não o fez. Em seu artigo, Boschetti (2018) afirma que a regulação das relações econômico-sociais capitalistas se faz por meio de políticas sociais que são ao mesmo tempo direitos, e que é necessário compreender o Estado capitalista em suas determinações objetivas, sem mistificações.

Não se pode negar que, diante desse cenário, significa para a classe trabalhadora acesso aos direitos sociais conquistados e isso é fundamental e deve ser defendido. Em contrapartida, segundo Boschetti (2018, p. 86), “[...] os direitos garantidos pelo Estado Social são mediações importantes para assegurar a emancipação política, mas não possuem nenhuma potencialidade de assegurar a emancipação humana no capitalismo”.

Portanto, compreende-se o Estado Social como uma manifestação da relação inquietante e controversa entre a luta da classe trabalhadora por direitos sociais e princípios socialdemocratas compreendidos na própria acumulação capitalista. Como visto anteriormente, entender esta contradição passa a ter mais sentido quando se

compreende a acumulação do capital e a reprodução da força de trabalho no modo de produção capitalista.

No neoliberalismo, a gestão estatal é um dos principais pontos para que o funcionamento do Estado Social ocorra. O movimento se torna mais complicado e uma série de direitos é perdida e deixa de ser garantida pelo Estado, que agora tem ‘missões’ focalizadas. Os direitos tem deixado muitas vezes de ser assumidos como universais. Como sempre, também na implementação das políticas sociais os interesses pessoais da classe dominante se contrapõem aos da classe trabalhadora.

A sensação é de que toda luta e conquista atingida não prossegue como uma certeza na sociedade capitalista, pois o controle segue na mão de quem detém os meios de produção. Ou seja,

Não se trata de conceber o Estado Social como mecanismo de superação da desigualdade, ou como possibilidade de redistribuição crescente da renda nacional, ou como estratégia de emancipação humana. (BOSCHETTI, 2018, p. 87).

Visto isso, é necessário novamente enfatizar que a forma como o capitalismo se constitui e se reproduz – do ponto de vista estrutural de sua origem e das determinações específicas de cada nação – resulta em reflexos causados na esfera social para quem é usuário das políticas sociais nos países dependentes.

Assim, afirma-se que o papel que o Estado assume no capitalismo pode ter um toque de autonomia relativa na execução dos direitos e das políticas sociais, mas que ainda assim se mantém enquanto um Estado focado na produção e reprodução desse enraizado e evidente capitalismo. Em contrapartida, necessita-se elucidar que a luta da classe dos trabalhadores segue sendo um forte fator determinante na compreensão de como a configuração das políticas sociais tem a ver com os interesses dessa classe.

Assim,

[...] ergue-se o Estado Social como o máximo de reforma social possível no mundo do capital, ou máxima combinação entre acumulação capitalista, democracia e igualdade de direitos, resgatando as ideias contratualistas, na contramão do liberalismo mais exacerbado e sob a condução hegemônica da social-democracia. (BEHRING, 2014, p. 04).

Vive-se uma crise do capital desde 2008<sup>24</sup> – tanto nos países centrais quanto nos periféricos dependentes – que traz consigo esse quadro de depressão social que atinge diretamente o mecanismo de avanço e acesso aos direitos e políticas sociais, em meio à luta de classes. Assim, houve uma ofensiva das classes dominantes contra o que assegurava a Constituição de 1988, notando-se que o desenvolvimento da democracia burguesa acarretou travas no que estava posto como Seguridade Social no Brasil.

A conquista das políticas sociais, e em particular da Assistência Social, veio como uma proteção àqueles que não têm condições de trabalho e rendimento.

Atualmente, com a falta de acesso às mesmas – a partir de 2016 no contexto de Golpe e de novas reformas – a desigualdade social tende a aumentar, criando barreiras de dificuldades ainda maiores, sem contar com os dados que afirmam as reduções de custos nos investimentos em políticas sociais e com os cortes especificamente na Assistência Social, que é o foco do presente debate.

A Constituição Federal de 1988 plasmou a conquista de direitos nunca garantidos em lei e representou o maior avanço para a construção da Política Social em nossa história. Desse modo, a contraposição entre o que está colocado como direitos aos/às cidadãos/ãs e o que é ofertado e/ou chega diretamente as/aos mesmos/as existe intensamente quando se analisa “a garantia efetiva desses direitos e a defesa da propriedade privada – contradição própria do liberalismo e fundante das constituições de todos os países capitalistas” (GOUVEA, 2020, p. 03).

Com a CF/1988, o Estado brasileiro reconhece muitas das demandas da população. É um novo marco para a defesa de direitos sociais, agora formalmente existentes com um sistema de proteção social de caráter universal.

---

<sup>24</sup> A respeito do contexto de desequilíbrios “[...] é possível dizer que, frente à crise do capital, à hipertrofia do capital financeiro e à ofensiva ultraconservadora e ultraneoliberal, as classes dominantes – nacional e internacionalmente – promoveram as condições materiais e subjetivas para a passivização das classes subalternas aos seus interesses materiais e políticos. E o fizeram (e fazem) na tentativa de exercitar sua dominação direta, malgrado a resistência de importantes setores da esquerda. Além de classe dominante, a burguesia investe em tornar-se de classe dirigente (sob o signo do seu projeto) e, para isso, precisa formar consensos ativos e passivos junto às classes subalternas, ao tempo em que arregimenta meios institucionais e materiais de coerção. Consoante com a histórica ofensiva antirreformista e autoritária da burguesia brasileira, as classes trabalhadoras devem assimilar como seus os costumes e as ideias propagandeadas pelos aparelhos privados de hegemonia da direita.” (MOTA; RODRIGUES, 2020)

Assim, entendendo o que foi posto anteriormente a respeito da vida de quem vende a força de trabalho nos países capitalistas dependentes, especificamente o Brasil, é importante ter noção do quão relevante foi a criação da Política de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios que a mesma passou a oferecer para esta população. A LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (1993), por sua vez, foi implementada na intenção de efetivar a Assistência Social como política social pós Constituição de 1988.

O modelo de Seguridade Social que passou a existir no Brasil, fez da Assistência Social uma política pública de “natureza compensatória, seguindo o modelo inglês Beveridgiano (1942) de caráter universal, independente de contribuição.” (FERNANDES; HELLMAN, 2016). Isso se faz importante no que diz respeito ao atendimento não só das/os trabalhadoras formais, mas justamente da parcela que não se encaixa neste molde, caracterizando a criação e importância da Assistência Social no Brasil como política pública. Contextualizando, brevemente, se pode afirmar que:

Em 1998, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social, regida pelos princípios: universalização dos direitos sociais; igualdade de direitos ao acesso e ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza; primazia da responsabilidade do Estado na condução da política com interação construtiva com a sociedade para o enfrentamento da miséria, pobreza e exclusão, com centralidade na família para implementação dos serviços; descentralização político-administrativa no âmbito da União, Estados, Distrito Federal, com ênfase na municipalização da gestão das ações e dos serviços; promoção da equidade no sentido da redução das desigualdades sociais e enfrentamento das disparidades regionais e locais no acesso aos recursos financeiros. (FERNANDES; HELLMAN, 2016, p. 23).

Portanto, fica clara a importância da Constituição de 1988 para a história da Assistência Social e, principalmente, o salto que a mesma significa no acesso dos cidadãos e cidadãs a diversos direitos por ela garantidos, apesar das contradições em sua implementação como política pública. É neste marco que se cria o SUAS, como mencionamos anteriormente. Trataremos de algumas das contradições de sua implantação com as quais tivemos contato em nossa própria experiência de estágio no próximo capítulo.



#### **4. DESAFIOS COTIDIANOS DA PRÁTICA PROFISSIONAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Neste terceiro e último capítulo buscaremos articular os debates traçados ao longo do trabalho. A perspectiva teórico-metodológica que expusemos até aqui requer olhar para a dimensão do cotidiano, buscando observar como as transformações no capitalismo respingam na forma de desafios que se destacam no cotidiano da Assistência Social. Tais reflexões serão desenvolvidas a partir de nossa experiência de Estágio Supervisionado no CRAS Morro do Céu, contextualizando brevemente vivências e contradições por nós percebidas em relação à prática profissional naquele território.

Em consequência disso, os itens deste capítulo serão diretos e expositivos, desenvolvendo análises individuais. O somatório das contradições expostas compõem a estrutura desafiadora da práxis no SUAS. Após uma breve indicação sobre a relação entre estas contradições e as transformações do capitalismo, indicaremos as seguintes questões: a territorialização e o orçamento do SUAS, a importância do estágio supervisionado, as conquistas até a atual jornada de trabalho, debates com/sobre a população LGBTQI+, a intensa necessidade da capacitação continuada e, principalmente, a racialização na perspectiva da Assistência Social – temática que estruturou a fundamentação da reflexão deste trabalho. Dessa forma, buscamos encerrar este Trabalho de Conclusão de Curso com questionamentos que perpassam tais temáticas, instigando sempre a luta da categoria enquanto classe trabalhadora.

##### **4.1 Transformações no capitalismo e particularidades na Política de Assistência Social e no trabalho das assistentes sociais**

Sabemos que as demandas postas pelos/as usuários/as da Assistência Social constroem parte das expressões da questão social. Certa parcela da sociedade compõe o exército industrial de reserva (massa da população composta por indivíduos sem emprego formal e/ou em busca de um emprego), sendo uma parte deste Exército Industrial de Reserva a principal usuária da Assistência Social - sem considerar a parte da população inserida no modelo de trabalho informal. Os/as trabalhadores/as que atuam nas políticas públicas, com toda dificuldade imposta, se responsabilizam pela mediação da efetivação dos direitos sociais dessa parte da população.

Para contextualização do debate sobre a práxis das/dos assistentes sociais, cabe a reflexão do momento da crise do capital contemporâneo. Crise essa que se desenrola

desde os anos 1970 - a partir da perspectiva hegemônica dentro do Serviço Social-, sendo marcada por ser um abalo estrutural, manifestando-se em diversas áreas, como a econômica, a ambiental, a urbana e a do emprego, além de muitas outras que mexeram com a reprodução da vida no país inteiro (e no mundo). Desse modo:

[...] Dizemos que as crises do capital atingem e se manifestam em diversas dimensões. No âmbito da economia, [...] as crises que já explodiram no capitalismo desde o século XIX, quando o capitalismo começa a se desenvolver com a Revolução Industrial, somam mais de 120, sendo as consideradas mais graves, a chamada Grande Crise de 1929 e a crise atual, que estamos vivendo desde o início da década de 1970, com pequenos períodos de recuperação. (BOSCHETTI, 2019, p. 43)

O capitalismo atual é marcado pelo desdobramento desta crise, que já vinha trazendo as tendências de privatização, de cortes nos gastos públicos, focalizando ao máximo o atendimento à pobreza de modo a precarizar/flexibilizar as condições de trabalho das trabalhadoras/es dos serviços públicos e o acesso aos usuários da política social. Em consequência disso:

Na condição de redução ao mínimo, o capitalismo mantém a forma de devastação com que relega a população. As políticas de mínimos sociais asseguram uma subsistência biológica, uma forma de reduzir o ser humano à devastação. Definimos devastação como o deixar sem nada ou deixar com quase nada uma parte da população em benefício de outra. O trabalho do assistente social e de outros profissionais que intermediam o acesso a benefícios parece, então, de “enxugar gelo”, ou seja, não reduz a desigualdade, embora possa contribuir para a diminuição da pobreza, a coesão dominante ou a legitimação do poder. [...] O neoliberalismo acentua o discurso do esforço, do trabalho, da viração. (FALEIROS, 2014, p. 710)

Este processo de focalização e precarização é ainda mais intenso na Assistência Social, com impacto específico sobre as/os trabalhadoras desta área.

Pensar no processo de precarização do trabalho dos/as assistentes sociais requer identificar a mesma como um problema recorrente na vida cotidiana dessa categoria profissional. Nesse momento, a constatação da problemática maior vem interligada com a transformação do mundo do trabalho, correlacionando à exploração e dominação por parte de quem emprega sobre quem é empregado.

A nova organização do capital é marcada pelas saídas no contexto de crise, que ainda mantém o foco na acumulação de riquezas. Ou seja, o mundo do trabalho passou a ser ao menos parcialmente reconhecido como a esfera da reprodução da vida, embora os discursos dominantes não reconheçam isso. Pois, é a partir da venda da força de trabalho que o capital acumula riqueza, logo, sem o trabalho nem a sociedade e nem o

capital irão se valorizar. Infelizmente, esta é a realidade de nossa época. Carvalho e Netto (2012) afirmam que:

[...] o trabalho deixa de ser uma atividade vital, criadora, prazerosa para se tornar um mero meio de subsistência. O trabalho perdeu seu valor. Resta apenas o emprego e esse é escasso no mundo tecnológico moderno, criando uma cisão alienante: os empregados passam a ser encarados como privilegiados, os não-empregados como marginais. Mas mantém-se a afirmação básica de Marx: o homem percebe o emprego como algo externo e alheio a ele. O trabalho alienado não só produz mercadorias como produz o próprio homem como mercadoria. (p. 41)

Expressa-se na sociedade do trabalho, em específico a categoria do Serviço Social, uma insegurança e um medo do desemprego como principal ponto de um cotidiano profissional perturbador. O que fundamenta esses sentimentos é justamente o fortalecimento do capital e o enfraquecimento da classe trabalhadora, que tem como uma de suas dimensões o desmonte público. Posto isso, fica mais fácil enxergar que o objetivo principal do sistema capitalista é assegurar as condições de extração da mais-valia.

Tais modificações decorrentes desse novo momento da acumulação de capital perpassam distintos momentos da vida social, interferindo diretamente nas relações e gestão do trabalho, resultando em:

[...] novas racionalidades às formas de organização do Estado, das políticas públicas e dos sistemas de proteção social, alterando os critérios de distribuição do fundo público e, em consequência, modelando as formas de organização e prestação dos serviços sociais públicos. (RAICHELIS, 2013, p. 611).

O comprometimento com o Projeto Ético Político do Serviço Social<sup>25</sup> é o parâmetro que deve guiar o curso e resultar na ação profissional dos/as assistentes sociais. Dessa maneira, a relação de competição entre profissionais posta pelo mercado também tem sido um fator preocupante quando se discute a subjetividade daquele sujeito individual (existente ao mesmo tempo como ser genérico) em seu meio de trabalho.

Embora limitada, a ética se faz cotidianamente através de atos morais singulares, mais ou menos conscientes e livres; pode se objetivar através de ações motivadas por valores e teleologias dirigidas à realização de direitos e conquistas coletivas; pode ser capaz de efetuar a crítica radical da moral do

---

<sup>25</sup> O Projeto Ético Político do Serviço Social foi implementado na nova ordem social, sem exploração ou dominação de classe, etnia e gênero, ou seja, com o propósito de transformação da sociedade brasileira. Foi constituído entre os anos 1970 e 1980, num processo de redemocratização da sociedade brasileira, consolidando-se, por fim, na década de 90.

seu tempo, oferecendo elementos para a compreensão das possibilidades éticas e morais do futuro. Embora momentânea, pode se estabelecer como mediação entre a singularidade de indivíduo moral e a sua dimensão humano-genérica, objetivando-se como parte da práxis social. (BARROCO, 2009, p. 3)

A partir do que foi posto até agora, sabe-se que a relação de desigualdade sempre foi um marco do trabalho na sociedade capitalista, o que acarreta até hoje problemas estruturais para a classe trabalhadora. Os/as assistentes sociais, não só aqueles/as vinculados à Política da Assistência Social sofrem cotidianamente com esse processo, seja pelas formas de contratação temporárias e precarizadas a qual são submetidos seja pelas dificuldades encontradas na vida cotidiana em campo.

Estas dificuldades não se restringem somente aos vínculos empregatícios. Como outros exemplos marcantes, pode-se mencionar os baixos salários, a falta de condições materiais e instalações físicas adequadas para a prestação de serviços às/aos usuárias/os, a alta rotatividade dos profissionais, a quantidade insuficiente de profissionais de todas as áreas e sua baixa qualificação, a ausência de capacitação continuada, a insegurança no ambiente de atuação, a exigência de produtividade, além do processo de informatização do trabalho, que apesar de tornar as tarefas menos árduas, intensificam o seu desenvolvimento e aumentam a produtividade, tornando-as cada vez mais mecânicas e burocráticas, através de um intenso processo de preenchimento de formulários (PAZ, 2015).

O capitalismo é a origem desta desigualdade e sofrimento entre as/os trabalhadoras/es do Serviço Social (assim como é em seu curso histórico que se origina a própria profissão). Encontramos como saída à possibilidade de formação do movimento de resistência e oposição contra a lógica do capital, isto é, a possibilidade de transformar essa tragédia em superação.

O agir consciente supõe a capacidade de transformar respostas em novas perguntas e as necessidades em novas formas de satisfação. Só o homem é capaz de agir teleologicamente, projetando a sua ação com base em escolhas de valor, de modo que o produto de sua ação possa materializar sua autoconsciência como sujeito da práxis. (BARROCO, 2009, p. 5)

A inevitabilidade de enfrentar desafios no trabalho requer da/o assistente social uma autonomia teórica, política, ética, moral e técnica. Assim, percebe-se que a dificuldade de identificar determinadas contradições específicas é bastante recorrente na

prática profissional. É imprescindível que os interesses da classe trabalhadora/população usuária sejam colocados em primeiro lugar.

Na defesa de sua relativa autonomia, no âmbito dos espaços ocupacionais, o assistente social conta com sua qualificação acadêmico-profissional especializada, com a regulamentação de funções privativas e competências e com a articulação com outros agentes institucionais que participam do mesmo trabalho cooperativo, além das forças políticas das organizações dos trabalhadores que aí incidem (IAMAMOTO, 2008, p. 422).

Além da autonomia, deve ser levado em consideração o conjunto de divergências entre as demandas institucionais e as atribuições e competências do Serviço Social. Na Política de Assistência Social, essa contradição fica bastante nítida quando analisamos o cotidiano de uma profissional de um equipamento onde a equipe é defasada, as condições físicas e materiais não são as necessárias para o atendimento, a gestão/coordenação organizacional não colabora como deveria, e, ainda assim, a/o mesma/o precisa pensar em estratégias para o seu fazer profissional.

O somatório das dificuldades causa no/a trabalhador/a, de imediato, fragilidade e ansiedade intensas e diretas. No longo prazo, dão-se adoecimentos diversos, por conta das várias problemáticas encontradas nos campos de atuação. A intervenção nas expressões da ‘questão social’ exige que a viabilização do acesso a serviços e benefícios seja de fato concretizada, e assim a resposta às demandas da população possa se dar de acordo com os atendimentos realizados, o que nem sempre é materialmente possível.

A condição para o enfrentamento da precarização do trabalho passa pela compreensão, por parte dos próprios assistentes sociais, de que são parte da classe trabalhadora, em um movimento oposto à individualização, como propõe o projeto do capital. Para além dos desafios profissionais em si, é central a compreensão de que a profissão de assistente social está mergulhada nas contradições da sociedade capitalista e de que o cenário atual só reforça que as contradições inerentes a esse sistema estão se adensando e aprofundando. (SANTOS; MANFROI, 2015, p.193)

Complementando este pensamento, Faleiros (2014) diz:

A prática profissional é um enfrentamento enquanto relação complexa e contraditória de poder, recursos, valores, linguagem, dispositivos, estratégias, operações, visões de mundo, situações sociais de desigualdade, sofrimento, exclusão. Enfrentamento relacional de determinações econômicas, políticas, sociais, culturais, entre outras, com dinâmica histórica e política da contestação e da expressão de si e da própria sociedade. (p. 717)

As determinações postas pelo neoliberalismo na esfera do trabalho desmotivam diariamente a classe trabalhadora, o que não é diferente para as/os assistentes sociais, mesmo considerando a consciência que estas/es profissionais possam ter sobre a concretude da ‘questão social’. Pude observar em meus anos de estágio que as assistentes sociais carregam consigo uma auto responsabilidade por manter sua vaga de trabalho e que nem sempre se veem inseridas, numa conjuntura fragilizada, precarizada e empobrecida. Tal desmotivação, por vezes associada à falta de consciência sobre o pertencimento de classe, resulta em um enfraquecimento da luta por seus direitos e pelos da população usuária.

As transformações ocorridas na sociedade contemporânea têm impacto tanto no papel do Estado quanto na exequibilidade das políticas sociais. O Serviço Social no Brasil é um campo que abriga profissionais que, além de lidar com as expressões da questão social, também as sofrem. Dessa maneira, é indispensável saber que:

O capitalismo está se tornando mais opressor com as normas burocráticas e tecnocráticas utilizando meios de controle do trabalho, inclusive por celular e relatórios detalhados do tempo de trabalho e do tempo pessoal. O sujeito não tem mais o exercício da conquista da divisão do tempo em três partes de oito horas — trabalho, sono, descanso —, mas se encontra na tortura cotidiana de viver em condições precárias, ter trabalho precário, usar transporte estressante, não ter acesso ao consumo publicizado. As condições de trabalho dos profissionais vão também se tornando precárias, trazendo novos sofrimentos aos mesmos, o que precisa ser cada vez mais discutido no âmbito das organizações profissionais. (FALEIROS, 2014, p. 719/20)

A/o profissional por vezes se limita apenas à executor/a de tarefas, à rotinização da atuação, à ênfase nos relatórios quantitativos em prol da produtividade. Diminui-se o tempo para se planejar as ações, para estudar, organizar e refletir sobre os projetos existentes e a elaboração de novos. Em contraposição ao ritmo de trabalho agora existente, notam-se diversas dificuldades que compõem esse novo cotidiano das/os assistentes sociais.

No contexto social brasileiro, sob o discurso da crise econômica e da escassez de recursos, tendem a ser estruturadas ações que ferem a condição de direito das políticas sociais de caráter universalista. As orientações da política social em geral e da assistência social em particular fundamentam-se, para a força de trabalho que as executam, com fortes traços e tendências de precarização, focalização e descentralização, e, nesse quadro, as atividades filantrópicas e voluntárias e os novos “entes” do estado brasileiro tornam-se parceiros importantes e, supostamente, ajudam a tecer a “gestão da pobreza”. (ALENCAR; GRANEMANN, 2009, p. 166)

Quando falamos especificamente de assistentes sociais da Política de Assistência Social, pensamos em profissionais constituídas, majoritariamente, por mulheres que muitas vezes são usuárias da própria política na qual estão inseridas profissionalmente.

Desse modo, pensar no contexto de crise do capitalismo que marcou o período de aprovação da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993 –, da PNAS – Política Nacional de Assistência Social, em 2004 – e do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, em 2005 – nos faz refletir sobre as contradições destes avanços, que se configuram em uma política com diversos problemas de acesso e de precarização do trabalho.

Afirmar a Assistência Social como parte da Seguridade Social confirma a noção de direito à proteção social diante do contexto público, democrático, ‘equitativo’ das políticas sociais no Brasil. Tendo como premissa a integralidade com a Saúde e a Previdência Social, a não universalização da Assistência Social é marcada a partir do cenário de acesso à política a quem dela necessitar, tendo como um de seus principais objetivos o enfrentamento da desigualdade social através dos serviços, programas, projetos e benefícios existentes e ofertados conforme o nível de proteção social em que o usuário se enquadra.

Pensar as especificidades do fazer profissional da/o assistente social na Assistência Social é preciso pensar a existência de um trabalho específico, que por sua vez também responde a uma divisão interna do trabalho. A Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE) se dividem em equipamentos especializados para o atendimento das determinadas demandas trazidas. É dessa maneira que se pode afirmar que tais demandas não representam apenas o que os usuários trazem, mas sim as necessidades causadas pelo modo de produção capitalista. O causador das problemáticas já foi posto, e o/a profissional que atua diretamente na mediação dos possíveis enfrentamentos sociais, agora atua diretamente na política social existente para mediar estes conflitos.

Vale ressaltar que as atribuições e competências do Serviço Social podem ser resumidas como:

Orientar, informar e esclarecer a população quanto às atividades do assistente social, suas competências e atribuições profissionais, bem como os direitos dos usuários em relação ao Serviço Social, utilizando-se dos instrumentos de publicização da profissão, produzidos pelo conjunto CFESS/CRESS. (CFESS, 2007, p. 36).

A/o assistente social é mais um trabalhador/a assalariado/a no mercado, mas os seus diferenciais estão postos nas imposições e condições de trabalho que lhes são dadas. Entender isso faz toda diferença na hora de pensar o funcionamento da Assistência Social, pois em sua organização existem funções específicas para cada um/a, ou seja, é através da divisão técnica do trabalho dentro da assistência social que o desempenho em equipe acontece.

O que acontece nesse momento é encontrar gestores e técnicos do SUAS ocupando tais cargos e funções sem a devida qualificação. Isso reflete diretamente na ação profissional das equipes existentes, gerando possíveis problemáticas no desenvolvimento dos atendimentos. Encontra-se aqui uma das contradições mais marcantes da Política de Assistência Social, a utilização dos cargos comissionados<sup>26</sup> para construir alianças políticas em detrimento da organização do trabalho, ilustrando que muitas das vezes a estruturação da política não é a prioridade dos gestores.

Dessa maneira, estas pessoas com pouca experiência na área ocupam cargos de chefia dos diversos equipamentos, resultando em dificuldades na exequibilidade e atendimento às demandas levantadas pelos usuários. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) e com a NOB-RH/SUAS (2011) confirma-se a necessidade da composição profissional das equipes como um facilitador na hora de pensar o cotidiano dentro das instituições vinculadas à Assistência Social.

Outra questão importante a ser levantada neste momento, são as formas de contratação trabalhista existentes no âmbito do SUAS. Considerando que todas/os as/os assistentes sociais são concursadas/os públicos ou possuem um vínculo por contratação (geralmente contratos de dois anos, a depender da prefeitura), estas diferenças de vínculos trazem particularidades para a vida cotidiana das/os mesmas/os. Destaca-se nos vínculos por contrato, a dificuldade de manter um atendimento que perdure por muitos

---

<sup>26</sup> Como exemplo a ser utilizado na justificativa do argumento: “O DECRETO Nº 44386 DE 05 DE ABRIL DE 2018 dispõe sobre a prática dos atos de exoneração de Cargos Comissionados, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, na forma que menciona. O Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, DECRETA: **Art. 1º** Ficam exonerados todos os servidores ocupantes de Cargos em Comissão, de símbolos DAS-10.A, DAS-10.B, DAS-9, DAS-8, DAS-7, DAS-6, de Direção ou de Assessoramento, integrantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, que sejam estranhos ao Quadro Permanente do Município do Rio de Janeiro. **Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 05 de abril de 2018 - 454º da Fundação da Cidade.”

\*Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2018/4439/44386/decreto-n-44386-2018-dispoe-sobre-a-pratica-dos-atos-de-exoneracao-de-cargos-comissionados-no-ambito-da-secretaria-municipal-de-assistencia-social-e-direitos-humanos-na-forma-que-menciona>>



anos, pois a rotatividade de profissionais vai contra uma das ideias postas na NOB-RH/SUAS, onde afirma que:

A continuidade dos serviços supõe a estabilidade dos vínculos dos seus trabalhadores. Nesse sentido, a lógica do concurso público se presta à consolidação de equipes profissionais, que garantam a continuidade e a qualidade dos serviços públicos, rompendo com a alta rotatividade na assistência social. (FERREIRA, 2011, p. 47)

Muitas/os assistentes sociais possuem vínculos em mais de uma localidade, pois além da disponibilidade de tempo durante a semana, o baixo salário faz a/o mesma/o ter dificuldades em reproduzir sua própria existência – e de sua família, caso tenha. Por outro lado, pensar no cotidiano de uma mulher profissional que tenha mais de um emprego (geralmente em lugares que não são próximos a sua residência) nos faz refletir os visíveis desgastes da vida cotidiana da mesma e interferência em sua práxis.

Em síntese, toda prática social é determinada: por um jogo de forças (interesses, motivações, intencionalidade); pelo grau de consciência de seus atores; pela visão de mundo que os orienta; pelo contexto onde esta prática se dá; pelas necessidades e possibilidades a seus atores e próprias à realidade em que se situam. (CARVALHO; NETTO, 2012, p. 59)

Prosseguindo com o mesmo eixo de pensamento, na obra de Vicente (2015) foi realizada uma pesquisa/entrevista na qual avalia que os intensos desgastes e adoecimentos marcados pelo capitalismo contemporâneo devem ser levados em consideração quando pensamos a cotidianidade das/os assistentes sociais. Posto isto, a autora apresenta exemplos de constrangimentos ético-políticos e violações de direito através das respostas à sua entrevista. Sendo elas: o assédio moral; intensificação do trabalho; precariedade das condições, dos meios e dos instrumentos de trabalho; exposições ao sol, poeira e esgotos a céu aberto; ameaça iminente à vida; tráfico de drogas ilícitas; acidentes de trabalho; exposição a riscos à integridade; a penosidade no trabalho com as expressões da questão social. E como consequência disso, “as manifestações de desgaste mental de assistentes sociais” (VICENTE, 2015, p. 576) sendo elas: distúrbios de sono, medo, crises de choro, sentimento de impotência, depressão, angústia/ansiedade, fadiga, alterações metabólicas.

Visto isso, a autora conclui em sua obra:

[...] que a origem do sofrimento e do adoecimento localiza-se principalmente nas condições objetivas (organização, instrumentos e meios) promovidas pelas instituições públicas e privadas que demandam o trabalho profissional, utilizando novas e antigas formas de precarização e intensificação do trabalho assalariado, no atual contexto das transformações do mundo do trabalho e das políticas sociais. Esse contexto nos demonstra a dinâmica das relações sociais de classes em disputa, asseverando a distância entre os objetivos institucionais e as necessidades e demandas da população, terreno no qual se move a profissão. (VICENTE, 2015, p. 578)

Dessa maneira, nota-se no cotidiano das/os trabalhadoras/as do SUAS que cada vez mais as/os profissionais se empenham na realização de tarefas que não lhes permitem *reflexão* – mesmo sendo tão imposta pelas diretrizes da categoria da profissão. Em vista da necessidade de lidar com prazos e afazeres burocráticos (impostos pelas Secretarias de Assistência Social), as atividades de relação direta com a população usuária acabam sendo postas em segundo plano, e a necessidade de capacitações para estas/es assistentes sociais cresce.

O medo e a insegurança gerados pela precarização dos contratos, somado ao ritmo de trabalho cada vez mais intenso e burocrático, ofuscam a perspectiva reflexiva, e levam a uma angústia diante do que precisa ser feito diariamente no equipamento. Esta afirmativa se relaciona com o ideário de práxis profissional que acaba tomando um sentido diferente, estimulando que todo caráter burocrático e racional seja colocado no lugar da criticidade e reflexão necessárias.

Portanto, quando o indivíduo, determinado por condições sociais que convergem na direção de sua intervenção na realidade, e motivado por valores emancipatórios, pode ter possibilidade de estabelecer mediações com a sua particularidade, ascendendo à condição de sujeito ético, revela-se toda a importância da reflexão ética, capaz de realizar a crítica da vida cotidiana, em sua dimensão moral, ampliando as possibilidades de realização de escolhas conscientes, voltadas ao gênero humano, às suas conquistas emancipatórias, à desmistificação do preconceito, do individualismo e do egoísmo, propiciando a valorização e o exercício da liberdade e do compromisso com projetos coletivos. (BARROCO, 2009, p.11)

Foi analisado até agora que as/os assistentes sociais estão trabalhando cada vez mais, e esse esgotamento é o resultado contemporâneo do crescimento do trabalho na Assistência Social. Os desafios da categoria profissional são crescentes quando é analisada a pauta burocratização e a ameaça ao projeto ético-político. Isso se concentra nos equipamentos do SUAS, pois os/as profissionais envolvidos/as se encontram na

seguinte situação: a sua práxis profissional não depende apenas de si, mas envolve fatores externos aos seus conhecimentos pessoais.

Através das ideias expostas, Iamamoto (2014) relembra que o exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. A autora afirma que:

Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo, tendências e possibilidades aí presentes passíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2014, p. 03)

Tais desafios se colocam no fazer profissional em cada uma das Proteções Sociais existentes – Básica ou Especial, de média ou alta complexidade. Existem especificidades em cada proteção e equipamentos, onde as/os assistentes sociais precisam estar capacitados para exercer suas funções. Por exemplo, o trabalho realizado em um CRAS (PSB) é bastante diferente do que ocorre em um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (PSE). Mas, com todos os dilemas de contratação e superexploração do trabalho, o profissional acaba por se sentir fragilizado em ambos os campos, confirmando assim a exaustão da/o trabalhador/a.

Iamamoto (2014) pontua em sua produção diversos *desafios* postos ao Serviço Social. Entre eles:

Cultivar uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho do assistente social e da qualidade dos atendimentos, potenciando a nossa autonomia profissional segundo os preceitos éticos que regem o exercício profissional.

Enriquecer a pesquisa sobre os sujeitos sociais que são o alvo privilegiado das ações profissionais — os segmentos da classe trabalhadora em seus recortes de gênero, etnia, geração, território —, enfrentando as abordagens focalizadas e individuais que obscurecem a sua dimensão coletiva. (p. 634)

O potencial transformador que a profissão tanto construiu ao longo de anos de lutas da categoria pode ser perdido com o passar do tempo. É necessário pensar em saídas para que isso não ocorra, e mobilizar as/os assistentes sociais em busca de novas maneiras para que o conhecimento não se trave, tentando superar todo esgotamento a que estão submetidas/os. Caso isto não aconteça, o que estará por vir é um cenário ainda mais preocupante, tendo em vista o momento político-social que estamos inseridos.

As intensas transformações societárias implicam, também, em uma enorme transformação no fazer profissional dos assistentes sociais do SUAS como vimos até o momento. Isso nos faz pensar que, nos dias de hoje, os profissionais não necessariamente estão desprovidos de qualificações e ensinamentos continuados, mas o que vem acontecendo em massa é a dificuldade de se manter calmo/sossegado em seu campo de trabalho para exercer bem suas funções.

A implantação do Suas exige novas formas de regulação, organização e gestão do trabalho e, certamente, a ampliação do número de trabalhadores com estabilidade funcional é condição essencial, ao lado de processos continuados de formação e qualificação, a partir do ingresso via concurso público, definição de cargos e carreiras e de processos de avaliação e progressão, caracterização de perfis das equipes e dos serviços, além de remuneração compatível e segurança no trabalho. (RAICHELIS, 2010, p. 761)

A maior dificuldade a ser enfrentada no momento tem sido essa, o que resulta em profundos estudos a respeito de como as particularidades dos assistentes sociais da Política de Assistência Social estão se colocando numa posição submissa ao capital, e o que fazer para superar esse momento. Dessa maneira, o acúmulo de forças teóricas é de extrema importância para a possível ultrapassagem desse momento caótico.

#### **4.2 Desafios estruturantes e cotidianos**

O cotidiano é carregado de diversos fatores que implicam em diferentes impactos na vida das pessoas que constituem a estrutura dos espaços sociais. Quando afunilamos e refletimos sobre como é constituído o cotidiano no Brasil, no Rio de Janeiro, em Niterói e no Morro do Céu, nos faz pensar em muitos coeficientes responsáveis pelas especificidades existentes. Isso quer dizer: os desafios cotidianos são marcados por características particulares do local.

É importante explicitar neste momento de análises, que a dificuldade de compreender o que de fato é o cotidiano impulsiona as contrariedades existentes no trabalho profissional dos assistentes sociais - que serão debatidas a seguir. Tentar realizar o exercício de compreensão do trabalho cotidiano como parte do processo de apreensão da realidade faz com que facilite o movimento de busca por reflexões para os questionamentos que surgem cotidianamente.

As práticas societárias recaem sobre o cenário de reflexão estrutural, e quando pensamos em um cenário de trabalho refletimos diretamente sobre as condições de vida desta/deste trabalhador. O auto reconhecimento das/os assistentes sociais enquanto

sujeito, precisa existir do começo ao fim de atuação profissional, pois é a partir desse entendimento que a/o mesma/o deve atuar na mediação dos direitos sociais das/os usuáries. A intervenção profissional vem carregada de conhecimentos, práticas e saberes que foram desenvolvidos ao longo de suas vivências, e também do uso dos instrumentos de trabalho, que visam alcançar os resultados esperados.

Os desafios cotidianos estruturantes postos neste item do trabalho vêm de uma análise particular que será apresentada a partir dos estudos realizados em campo de estágio por dois anos no CRAS do Morro do Céu. Foi extremamente importante esse momento de imersão em observações, enquanto estagiária, para que pudéssemos somar indagações que surgiram ao longo desse processo.

#### **4.2.1 Observações cotidianas no CRAS - Morro do Céu**

Para entender as condições de trabalho das assistentes sociais no Cras – Morro do Céu é necessário refletir sobre a origem deste equipamento e resgatar brevemente a história do bairro. O CRAS Morro do Céu, localizado no bairro do Caramujo, zona norte de Niterói, esteve diretamente ligado ao *Projeto Chico Mendes*, que era realizado no espaço físico do atual equipamento, e existiu ao longo de diversos anos através do Projeto “Criança no Lixo Nunca Mais”. O Projeto foi criado para atuar diretamente com as crianças que trabalhavam no Aterro Sanitário (lixão) do Morro do Céu, retirando-as de funções laborais através do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, e as incluindo em atividades esportivas, culturais, artísticas, educativas, entre outras que compuseram o projeto.

Com o passar do tempo, o projeto foi tomando maior dimensão e abrangendo ainda mais a população local e adjacente. Por mais de um ano o Projeto Chico Mendes ficou fechado e em 2011 foi inaugurado como CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) Chico Mendes – Morro do Céu com intuito de dar continuidade aos trabalhos já realizados pelo projeto comunitário. Porém, agora sob a direção da SASDH – Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Niterói, oferta ações e serviços como: trabalho de acompanhamento familiar para famílias de maior vulnerabilidade, além de projetos integrados das Secretarias de Assistência Social e Direitos Humanos, Esporte e Lazer, Saúde e Educação, Ciência e Tecnologia com oficinas de artesanato, aulas de dança, informática dentre outras ações pontuais.

Tendo em vista que o CRAS, anteriormente, era um projeto voltado para ações comunitárias e sociais, a população atualmente atendida tem esse lugar como uma dupla referência para si. Ou seja, a Instituição tem como filosofia o contato direto com a população, tendo como objetivo do equipamento e da equipe ali constituída a aproximação da comunidade local com o CRAS. Sempre prezando pela participação comunitária e o controle social, tornando um espaço de garantia de direitos, empoderamento dos usuários e famílias como cidadãos conscientes.

Desse modo, fica claro que enquanto estagiária, reflexões (tanto pessoais, quanto coletivas em supervisões de campo) apareceram ao longo dos dois anos em que ocupei esta função. Diversos fatores chamaram minha atenção para o que era proposto pelas regulamentações da Assistência Social, e o que de fato ocorria na prática cotidiana. Além disso, minha experiência no projeto de extensão da UFRJ “Assistência Social e Serviço Social: parcerias no aprimoramento do SUAS” aguçou ainda mais o meu olhar crítico para a práxis das/os trabalhadoras da Assistência Social.

Cabe pontuar que ao falarmos da conjuntura atual neoliberal, pode-se afirmar que as camadas mais baixas da sociedade são aquelas que mais sofrem com todo esse contexto. Faleiros (2014) afirma em sua obra que:

Os sujeitos demandantes de serviços sociais são confrontados com um cotidiano de relações de exclusão e ao mesmo tempo de aceitação ou rejeição das suas exclusões e os profissionais têm o desafio de contribuir para mudanças de trajetórias no processo de empoderamento dos sujeitos em relações de direito, de acesso ao estado de direito e a condições concretas de sobrevivência. (p. 710)

É neste cenário que a atuação profissional do Serviço Social é colocada em análise, tendo em vista a reflexão sobre exequibilidade da práxis no contexto das mais variadas realidades sociais. Desse modo, foi possível constatar que as/os assistentes sociais devem estar prontos para enfrentar as contradições que são postas no seu dia a dia de trabalho, levando em consideração que sua intervenção terá reflexos das relações oriundas do sistema capitalista.

Nos seguintes pontos deste capítulo serão debatidas algumas contradições formantes da Política de Assistência Social, que contribuem para desencadear as

dificuldades no trabalho da/o assistente social nessa política. Entendendo que é no próprio cotidiano profissional que determinados questionamentos se mostram visíveis, é necessário que haja compreensão a respeito das tensões existentes na vida das/os trabalhadoras/es do SUAS.

Dessa maneira, serão discutidas pautas como a territorialização, a importância do estágio supervisionado, a jornada de trabalho atual, o debate sobre/com a população LGBTQIA+, e a necessidade das capacitações para os trabalhadores da política em questão. Assim, é importante enxergar que estes pontos não são os únicos existentes (pelo contrário, existem inúmeros outros), mas foram escolhidos a partir de toda experiência vivida ao longo da graduação, projetos de extensão e, principalmente, vivências enquanto estagiária no CRAS.

#### 4.2.2 Dimensão territorial e a Assistência Social

Debruçar-se sobre a importância do que é *território* para a Política de Assistência Social traz diversas reflexões a partir do que determinada localidade carrega das expressões da questão social ali existentes. O SUAS é entendido como um sistema fundamental que consegue mediar o acesso direto da população aos serviços, programas, benefícios sociais do governo, juntamente com os princípios expressos na Lei Orgânica da Assistência Social (1993), que debate acerca “de acessibilidade, da garantia de universalidade, da supremacia do atendimento às necessidades sobre exigências de rentabilidade econômica e de democratização” (LOAS, 1993, artigo 4).

A *territorialização* percorre diversos debates que atravessam as políticas sociais do Brasil, designando um dos maiores eixos de estudos e planejamentos possíveis do Serviço Social. Seguindo este pensamento, é possível afirmar que o reflexo disso está baseado na divisão de classes do país, demonstrando que as necessidades específicas de determinados territórios são condizentes com a classe social que a população habitante ocupa.

O território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (BRASIL, 2008, p. 54).

Como já debatemos ao longo desse trabalho, a historicidade da Assistência Social é ilustrada através de um cenário baseado na filantropia e na perspectiva religiosa, o que mostra como característica marcante a não ação direta do Estado. Posteriormente, a admissão do Estado como responsável pelas demandas trazidas, na perspectiva liberal, foi estabelecendo as práticas assistenciais como método de intervenção territorial em determinados espaços, enfrentando assim as reivindicações do meio urbano das localidades pobres no Brasil.

Com a profissionalização do Serviço Social, as/os assistentes sociais passaram a estudar e se aprofundar no campo da sistematização do conhecimento sobre as expressões da ‘questão social’ e se tornou notável a maior importância que é dada aos estudos e compreensões sobre o *território* na Assistência Social.

[...] Essa instrumentalidade, refletindo o então projeto profissional hegemônico, relaciona-se com processos contraditórios de readequação dos espaços. Expressos através dos conflitos na reprodução da vida material, impelem, também, a formatação da dinâmica social e produzem, conseqüentemente, interações permanentes, influenciando na significação dos espaços e produção de territórios (PEREIRA, 2010, p. 194).

A constituição do território é colocada, por exemplo, como um importante fator na definição do público alvo de algum serviço ofertado pela política de Assistência Social. Neste caso, não pode-se deixar de afirmar que o contrário também ocorre: quando determinado território é conhecido por uma demanda local específica.

Enxergando as políticas sociais através do contexto neoliberal, a lógica de “combate à pobreza” toma um grande espaço nas discussões existentes, especificamente, na política da Assistência Social. Junto a isso, a universalização dos direitos veio como um dos princípios básicos das políticas no mesmo contexto, enxergando que o acesso em massa pode ser visto como uma forte melhoria para o país.

A PNAS (2004) quando foi aprovada, enfrentou grandes obstáculos em sua implementação tendo dificuldades pontuais na elaboração de um sistema territorializado - o SUAS. O processo participativo da sociedade e envolvimento dos usuários na construção do mesmo foi algo que faz falta até hoje, pois sem a participação dos mesmos, a política adquiriu um caráter mais particular e menos popular, sendo contraditório quando se pensa a quem é destinada.

Junto a isso, é necessário compreender que questões *estruturais* não serão resolvidas diretamente pelas/os profissionais do Serviço Social. Há dificuldades de se pensar criticamente a realidade, e o resultado disso é se revoltar com a mesma. Porém, o



desafio maior é compreender essa realidade e refletir que a mudança dele não depende só de si. Mudar tudo sozinha e impor uma receita para determinadas mudanças não é a saída, mas sim compreender a realidade enquanto fruto de contradições, e se posicionar enquanto parte dela.

Desse modo, é um desafio cotidiano quebrar com a ideia de que as coisas não vão mudar apenas pela vontade particular das/os assistentes sociais. Desse modo, a autora segue em sua argumentação dizendo que:

É longo e enigmático o caminho para a afirmação de uma política pública territorializada, universalista e democrática, capaz de impulsionar a promoção da cidadania ativa na esfera local, com impacto nas dinâmicas mais estruturais. (PEREIRA, 2010, p. 197)

Dessa maneira, é necessário que haja reuniões com o público alvo do território para lhes informar como é implementado o sistema único no município onde moram, assim como o funcionamento dos atendimentos que serão realizados nos espaços destinados a isso. Tudo isto é caracterizado como parte do processo de integralidade da Assistência Social, onde a/o profissional assume dois papéis: um de amenizador(a) de conflitos e outro de assegurador(a) de direitos, como afirmam as diretrizes da política em questão.

Como visto até então, cabe – não somente – aos próprios profissionais tentar romper com o caráter funcionalista da categoria a qual estão imersos em seus cotidianos. O foco deve ser na promoção da Assistência Social como uma política de direito a quem dela necessitar, fazendo com que a representação da população em determinada localidade aconteça com a contribuição das/os assistentes sociais.

Sendo assim, a importância do reconhecimento das especificidades locais de cada espaço territorial requer compreensão:

[...] acerca da heterogeneidade de cada município, independente do tamanho populacional, e do reconhecimento de forma sistemática do(s) território(s) de atuação da Política de Assistência dentro de cada município para, assim, qualificar as ações dos agentes de forma que produzam processos e resultados mais condizentes com as expectativas e necessidades da população em geral e para que o Centro de Referência de Assistência Social possa ser esse espaço de reflexão e ação. (VIUDES, 2016, p. 44)

É imprescindível notar que os CRAS são a porta de entrada na política de Assistência Social (Proteção Social Básica), pois é nele que as mais variadas demandas são identificadas, e dependendo do grau da situação podem ser encaminhadas para outros serviços de atendimento (Proteção Social Especial).

### 4.2.3 Estágio supervisionado e vínculos com universidades

Ao longo da formação acadêmica em Serviço Social é importante que haja sempre discussões sobre o estágio supervisionado e a abertura de vagas para alunas/os na área da Assistência Social. Sabe-se que esta política tem suas problemáticas particulares, assim como outras áreas de atuação da profissão, o que reflete na intensa necessidade de entendimento por parte dos profissionais sobre a Política Nacional de Estágio (PNE) criada pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) em 2010.

O estágio supervisionado possui um caráter de ‘treinamento’ para o exercício profissional, compreendendo que na dimensão prática vai além disso, salientando a necessidade de interação da tríade: supervisão acadêmica, supervisão de campo e a/o própria/o aluna/o. As três esferas envolvidas necessitam caminhar juntas, notabilizando que a realização de uma práxis de qualidade inclui um período de estágio aproveitado pelo discente, e os envolvidos nessa jornada precisam estar cientes de suas funções dentro do processo para gozar de aprendizados da mesma maneira.

A instituição campo de estágio deve assegurar espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos. Deve-se ressaltar que a supervisão de campo e acadêmica é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no conselho de sua área de ação. (PEREIRA, 2016, p. 365)

Junto ao que Pereira afirmou acima, há de se pensar na necessidade de que a/o aluna/o entenda toda a grade curricular acadêmica da Instituição de Ensino Superior (IES) que estuda como base para sua formação. O estágio supervisionado é mais uma disciplina que necessita dessa compreensão, concebendo que a dimensão prática será atrelada a este processo, e, portanto, é imprescindível que se compreenda esta fase da graduação como um marco significativo.

Debruçar-se sobre a importância e obrigatoriedade do estágio supervisionado exige entendimento acerca da metodologia utilizada nos momentos de supervisão. O estagiário e o profissional se colocam juntos para debater questões existentes no campo de trabalho/estágio, garantindo uma maior apreensão do que está sendo vivido no cotidiano, e instigando o pensamento crítico, que é posto como base dos princípios do Serviço Social. Visto isso,

Destacam-se como entraves: a falta de estrutura nas salas de aula, o acúmulo de disciplinas que sobrecarregam o professor, a falta de um transporte para levar o supervisor acadêmico até a instituição campo de estágio. Outra questão problemática é a falta de institucionalização de instrumentos de acompanhamento dos estágios não obrigatórios, deixando os discentes vulneráveis ao exercício de funções incompatíveis com sua condição discente. (PEREIRA, 2016, p. 367)

Afirmar que a profissão encontra-se absorvida por um contexto de precarização do trabalho e do campo da educação, gera reflexões que recaem sobre a práxis profissional. Contudo, independente das contradições resultantes do sistema capitalista, a supervisão de estágio deve ser vista por outro viés; ou seja, através da perspectiva que contempla a relação teórico-prática (que é considerada um aspecto muito importante da categoria). Além disso, a combinação das competências e dimensões existentes, o resultado esperado é um estagiário com maior compreensão da necessidade de uma perspectiva crítica e do intenso envolvimento com as lutas sociais.

Os ditos alunos trabalhadores acabam sofrendo consequências negativas nesse processo, pois por já estarem inseridos no mercado de trabalho acabam tendo uma menor disponibilidade de horários para realização do estágio.

Cabe aqui uma maior reflexão sobre o que é o estágio no capitalismo dependente. A luta por estágio remunerado para todas/os requer pensamentos sobre os resultados da intensa luta por políticas sociais e por direitos sociais. Os campos de estágio são instituições públicas, e os recursos existentes não dão conta de fazer com que isso seja viável. Sgarb (2018) intensifica o que foi falado anteriormente quando afirma em sua obra:

Ademais, é notório que na sociedade capitalista, por vezes, os indivíduos ficam subordinados aos interesses do capital e, no que se refere ao processo de supervisão de estágio, percebe-se que a necessidade de subsistência dos estagiários e de sua família, a escassez de campos de estágio e, finalmente, a precarização do trabalho do assistente social, nos diversos campos de trabalho, influenciam diretamente na contratação de estagiários como mão de obra barata. (p.75)

Debater em cima disso é de suma importância, pois não é todo aluno trabalhador que consegue se inserir num estágio, o que muita das vezes acaba atrasando a sua formação e dificultando seu aprendizado; a grade curricular, a partir de um momento do curso, é feita concomitantemente com base na carga horária de estágio.

Uma das soluções, encontrada pelos/as estudantes diante deste contexto, é a adoção dos estágios em finais de semana – quando existe a possibilidade – sendo vista

como única saída para este dilema. As consequências disso podem ser radicais, como por exemplo, um aluno trabalhador que estudou (e trabalhou) durante a semana ainda ter que usar de seu tempo de descanso para apreender mais conteúdos em seu campo de estágio. Em contrapartida, é o jeito considerado mais acessível para que muitos alunos consigam concluir a graduação de Serviço Social.

Devido ao seu caráter interventivo na realidade social, o estágio pode propiciar ao discente a construção de sua identidade profissional, esse pode identificar-se com a profissão, pois no desenvolvimento da referida atividade poderá compreender as mediações, as demandas, a intervenção profissional do assistente social, as possibilidades e os desafios presentes no cotidiano, destarte, o discente também poderá não identificar-se os princípios, com o projeto ético-político, com os campos de atuação e com as intervenções do Serviço Social na realidade. (SGARGB, 2018, p. 79)

Contudo, entende-se que estudantes universitárias/os, sejam eles público ou privado, presencial ou à distância, precisam passar pelo campo de estágio para viver tal experiência antes da formação profissional, por isso existem as disciplinas acadêmicas que acompanham este processo. À vista disso, compreende-se a escassez das vagas de estágio e o contexto da vida dos alunos trabalhadores como dois fatores a serem levados em consideração quando é debatida a perspectiva da/o aluna/o nestas condições.

Isto posto, relacionando essa reflexão com o cotidiano profissional das/os assistentes sociais da SUAS, consegue-se pensar em possíveis pontos de articulação naturalmente existentes. Uma delas é atrelar a perspectiva do orçamento disponível e destinado a esta política com a noção da importância do estágio supervisionado. Assim, afirma-se que:

[...] por vezes dentro da instituição para desenvolver seu trabalho, o profissional não possui espaço físico adequado, ou seja, não possui uma sala para organizar seus documentos/relatórios, estudar, realizar atendimentos e a supervisão de estágio; essa ausência de infraestrutura adequada precariza o trabalho do assistente social e conseqüentemente precariza o processo de estágio, pois se o profissional atua em uma situação precária, o estagiário vivenciará essa realidade que poderá ocasionar uma experiência empobrecida e até frustrante para sua formação profissional. (SGARB, 2018, p. 83)

Compreendendo a precarização dos respectivos equipamentos do SUAS, muitas vezes o profissional prefere negar o recebimento de estagiários por sentir-se saturado de sua rotina, e enxergar que as condições são mínimas para a recepção de um aluno. Isso é preocupante diante o cenário da Assistência Social, pois a necessidade de campos de estágio sempre existirá, essencialmente na perspectiva do Brasil, um país dependente

com grande parte da população em situação de pobreza e extrema pobreza, necessitando dos programas, projetos e benefícios ofertados pelo SUAS.

#### 4.2.4 Jornada atual de trabalho

O debate que percorre a jornada de trabalho das/os assistentes sociais envolve um contexto de lutas sociais que construíram o atual cenário do Serviço Social. Entender o trabalho que exerce o profissional, nas diversas áreas de atuação, requer lembrar que as buscas por melhorias e igualdades foram sendo alcançadas a partir dos movimentos sociais e do conjunto CFESS/CRESS<sup>27</sup>.

Ainda que a luta por direitos no âmbito do trabalho seja considerada um marco para a profissão, é importante enxergar que as conquistas vieram com o impulso das lutas, sendo assim,

[...] um dos desafios enfrentados cotidianamente é a luta contra a precarização das relações de trabalho. Para seu enfrentamento, o Conjunto CFESS/Cress lançou a Campanha em Defesa do Concurso Público, com diversos tipos de ações junto a órgãos públicos e privados, entendendo o concurso público como uma das formas para assegurar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados aos usuários, conforme estabelece nosso Código de Ética Profissional. (BOSCHETTI, 2011, p. 564)

Posto isso, cabe aqui relembrar a breve reflexão feita sobre a relação e as consequências dos vínculos empregatícios por contrato e por concurso público – já debatidos neste trabalho.

Após essa compreensão, podemos afirmar a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais sem redução salarial como uma das maiores vitórias para a categoria profissional durante mais de vinte anos de luta. Entendia-se que a diminuição do excesso de trabalho traria pontos positivos no que dizia respeito à saúde das/os assistentes sociais, e colocaria travas em relação a superexploração do trabalho pelo capital.

A necessidade de entender a importância da busca por redução na jornada de trabalho requereu bastante experiência das/os trabalhadoras/es, levando até grandes envolvimento com movimentos sociais relacionados às políticas e instâncias organizativas. De fato, mudanças importantes ocorreram até hoje, e por isso se faz

---

<sup>27</sup> O conjunto de conselhos CFESS/CRESS foi de extrema importância na categoria profissional do Serviço Social, sendo considerado o maior instrumento de fiscalização desde 1950. Mantém-se em posição de entidades que possuem o controle político do Estado sobre os profissionais, compreendendo que este posicionamento burocrático e legal permanece até os dias de hoje.

necessário entender como a jornada de trabalho influencia diretamente na cotidianidade e na prática profissional das/os mesmas/os.

Uma vida no trabalho em que os horários não sejam excessivos e desgastantes remetem a uma práxis profissional onde a/o profissional obteve tempo de reflexão sobre as demandas trazidas, e também sobre os possíveis encaminhamentos à elas. Quando o contrário acontece, é identificada uma reflexão sobre a luta e conquista obtida ao longo dos anos pela categoria. Para além do debate da redução da jornada é preciso pensar nas estratégias utilizadas para aumentar a *intensidade* do trabalho, que por sua vez também reflete diretamente no cotidiano das/os profissionais. Ou seja, os ganhos através das lutas acabam entrando em choque quando refletimos o intenso desgaste cotidiano na vida das/os assistentes sociais. Donato e Raichelis (2015) explicitam isto em sua obra quando dizem que:

O aspecto da violência no mundo do trabalho apresenta-se como estratégia de dominação do capital sobre o conjunto de trabalhadores(as), desorganizando-os(as) enquanto classe social e despolitizando-os(as) na medida em que ocorre o esvaziamento do potencial reivindicatório dessa classe, ocorrendo a individualização da violência assimilada como culpa do(a) trabalhador(a), e não como forma de violar os direitos humanos dos(as) trabalhadores(as). Nesse sentido, a solidariedade de classe desaparece para dar lugar à culpabilização individual em relação a questões que afetam o coletivo. (p. 590)

É necessário que exista uma reflexão sobre a ação profissional e a jornada de trabalho, pois tal correlação acontece de forma direta na vida da/o assistente social. É compreendido que as demandas que chegam até a/o mesma/o precisam ser enfrentadas como um somatório de questões que compõem as possibilidades de resposta às expressões da questão social, ou seja, a forma como a/o profissional organiza sua vida cotidiana tem total influência em como serão efetivadas as respostas aos usuários. Além disso, Monteiro (2013) diz em sua obra que é importante recuperar que a profissão exige muito da/o assistente social porque é uma atividade que requisita grande densidade física, emocional e intelectual. Entretanto,

A redução da jornada de trabalho para trinta horas semanais sem redução salarial, ainda que não altere estruturalmente a organização do trabalho, possibilita diminuir a sobrecarga do trabalho, o que pode melhorar a saúde do(a) trabalhador(a) e, ainda impor limites à exploração do trabalho pelo capital. Não por acaso, a implementação desse importante direito vem sendo contestado judicialmente pela Federação Nacional da Saúde junto ao STF, e muitas instituições públicas resistem à sua implementação. (BOSCHETTI, 2011, p. 566-567)

O que ocorre, especificamente com trabalhadores do SUAS, não se difere do contexto que está sendo debatido, mas é necessário entender que há particularidades que influenciam diretamente na jornada de trabalho desta parcela da categoria. As especificidades supracitadas são vividas cotidianamente e marcam a vida destas/es assistentes sociais, sendo assim, as dificuldades e precariedades refletem no que o profissional trará como resposta às demandas exigidas mediante uma exaustão da intensa jornada que ainda enfrentam.

Considerando que essa perspectiva leva em conta a complexidade e tensão do campo profissional, aliados aos argumentos de defesa da redução da jornada de trabalho para o conjunto da classe trabalhadora, os assistentes sociais empreenderam uma luta histórica, objetivando uma jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução de salários. (MONTEIRO, 2013, p. 53)

É indispensável pensar que a/o trabalhador/a, mesmo com toda luta e conquista, ainda sofre consequências deste processo. Confirma-se isto através de um artigo publicado pelo Cfess (2020) que debate os enfrentamentos e empecilhos para sua implementação, inclusive o não reconhecimento de parte dos órgãos públicos sobre a aplicabilidade da Lei das 30 horas (como ficou conhecida).

O movimento de intensas lutas para a conquista das 30 horas foi retratado por Boschetti (2011, p. 576) como um “ato público emocionante e inesquecível”. A autora segue descrevendo o momento destacando que a Esplanada dos Ministérios esteve tomada por mais de três mil assistentes sociais, estudantes e representantes de movimentos sociais que caminharam mais de duas horas sob o céu azul e o sol forte, com ânimo e disposição, cantando palavras de ordem.

Portanto, os interesses da categoria são postos concomitantemente às necessidades da luta pela saúde do trabalhador, que é gerada a partir da atuação desses profissionais em determinadas áreas. Assim, para finalizar as questões que permeiam tal debate, pode-se refletir a partir da fala de Boschetti (2011):

Esta luta só acabará quando todos(as) os(as) assistentes sociais do Brasil tiverem assegurada a jornada semanal de trinta horas com salários compatíveis com suas atribuições. Esse direito fundamental para as condições de vida deve ser compreendido e contextualizado nas lutas mais gerais por uma sociedade que não transforme o trabalho e a vida em mercadoria a serviço da acumulação. (p. 583)

Contudo, a importância do debate sobre as lutas e conquistas relacionadas à jornada de trabalho não pode ser desvinculada de outras temáticas provenientes da

existência de uma reflexão social contemporânea. Como visto, a consequência da diminuição das horas de trabalho resultou na intensificação da jornada atual, e isso pode ser enxergado como um dos principais fatores representantes da não abertura de novos diálogos e debates, muita das vezes importantes para determinadas áreas territoriais. Não cabe a nós depositar a responsabilidade desta problemática em cima das/os assistentes sociais, pois é notório que o contexto desgastante e massivo de seu cotidiano o faz responder às demandas através do limite imposto por sua práxis profissional. As contradições vão continuar sendo encontradas e permanecerão existindo mediante o contexto (caótico) público do SUAS no Brasil dependente.

#### **4.2.5 A importância do debate sobre LGBTfobia nos equipamentos da Assistência Social**

O debate sobre identidade de gênero e sexualidade é muito importante dentro de qualquer ambiente – seja de trabalho ou não –, entendendo que essa discussão é necessária para o entendimento e respeito à diversidade. Historicamente em suas normativas, o Serviço Social traz consigo a defesa da igualdade e a promoção dos direitos dos indivíduos, dessa maneira, se torna inaceitável qualquer forma de preconceito dentro dos equipamentos da Assistência Social.

Como está posto no Código de Ética da profissão, a apreensão sobre o fazer profissional da/o assistente social junto ao envolvimento nas lutas sociais a favor da classe trabalhadora respondem imediatamente como é errado toda incitação de discriminação por parte da equipe envolvida. Logo, cabe pensar nas variadas formas de preconceito tanto entre os próprios funcionários, ou na relação profissional-usuário, tornando-se assim ainda mais preocupante.

Abordar a importância do Movimento LGBT na sociedade é algo extremamente pertinente ao Serviço Social que é uma profissão pioneira na luta pelos Direitos dos cidadãos, independentemente da classe social, etnia ou orientação sexual, desta forma esclarecer a respeito das lutas enfrentadas no histórico do preconceito imposto para com os homossexuais até os dias de hoje é algo que vai além da simples informação, é reconhecer que estes usuários lutaram e lutam até os dias de hoje para a inclusão social dos mesmos. (LIMA, 2013, p. 03)



Vítimas da crescente lgbtfobia<sup>28</sup> no Brasil, muitas vezes são também usuárias/os do sistema público, o que as/os torna um possível público alvo da política de Assistência Social. É por isso que as capacitações e a preparação para o acolhimento dessa parcela deve ser algo comum aos trabalhadores do SUAS, sendo necessário, na maioria dos casos, o atendimento de forma multidisciplinar, existindo uma prática mais efetiva, bem elaborada e, por fim, obter resultados mais completos.

Monteiro (2017) afirma isto quando menciona em sua obra que:

A Política de Assistência Social vai fazer referência direta ao público LGBT ao enfatizar os serviços que devem ser ofertados em seus níveis de proteção: a proteção social básica e a proteção social especial (...), cujos usuários são famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de: violência física, psicológica e negligência; (...) e, enfim, discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; além de outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminação/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar. Neste momento (...) fica claro que a política de assistência social deve atuar no sentido de garantir direitos à população LGBT que vivencia situação de violação de direitos. (p. 81)

A Assistência Social atuará como mediadora do acesso à garantia de direitos e autonomia da população LGBTQIA+<sup>29</sup> dentro dos equipamentos da política e, também, através dos projetos e programas existentes. É significativo destacar a importância do processo de conscientização dessa parcela no que se diz respeito a colocar essa/e cidadã/ão em posição de pessoa de direitos dentro da sociedade, caracterizando um trabalho delicado para a/o assistente social, visto que a mesma esteve marginalizada e vulnerável sua vida toda.

Para ilustrar o que foi debatido até o presente momento, é necessário entender que:

Além do atendimento qualificado para o público em todas as unidades da assistência social, como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o uso do nome social, por exemplo, é uma realidade desde o fim de 2015. No formulário d encontra o campo 'nome social/apelido'. A medida segue os

---

<sup>28</sup> Historicamente, o termo “homofobia” foi utilizado para representar a discriminação com a população classificada apenas como ‘homossexual’. O que ocorreu foi uma adaptação para o termo “lgbtfobia”, compreendendo que a população trans não estava sendo contemplada, o que era uma contradição, visto que a mesma tem os maiores índices de violência e morte no Brasil, assim também como houve também a invisibilidade da população bissexual.

<sup>29</sup> Diante da existência da sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), estudos e movimentos político-sociais voltados para a população com diferentes identidades de gênero e orientações sexuais trouxeram alterações para agregar pessoas não-heterossexuais e não-cisgênero. Além da mudança, a incorporação de mais letras na nova sigla LGBTQIA+ fez com que outras identidades e sexualidades se agrupassem a esse conceito, compreendendo o “+” como a possibilidade de abrigar novas sexualidades e identidades de gênero, que são majoritariamente desconhecidas por parte da sociedade.

princípios do SUAS da universalização do atendimento sem discriminação de ninguém Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, o entrevistador social". (BRASIL, 2018, p. 01)

Portanto, a promoção da visibilidade através das atividades desenvolvidas para esse público somada a um atendimento que faça o usuário se enxergar como um cidadão de direitos, exige da equipe do SUAS uma qualificação para tal abordagem e desenvolvimento dos debates em campo. Menezes (2017) afirma que:

[...] diversas situações de atendimentos de assistentes sociais demonstram claramente que a ausência de um atendimento humanizado, que viabilize direitos humanos e sexuais, alimenta e sustenta o que compreendemos por subnotificação, revitimização e impunidade nos casos de violência homofóbicas, demandando sérias e urgentes situações de intervenções tanto no processo de formação acadêmica e profissional dos assistentes sociais, quanto perante a sua prática laboral em seu cotidiano de trabalho. (p. 214)

Ou seja, há a necessidade de que o/a profissional, em seu cotidiano de trabalho, possua tempo de participar de cursos, capacitações e oficinas para saber como devem ser realizados determinados encaminhamentos, ou até mesmo efetivar uma recepção e escuta qualificada deste público no equipamento. Isto demonstra que diante das inúmeras pressões existentes no mundo do trabalho ainda há a necessidade de que o interesse e sabedoria por parte das/os assistentes sociais do SUAS exista para lidarem com esta parcela.

Cabe aqui pontuar brevemente minha participação em uma capacitação ofertada aos assistentes sociais, educadores sociais e estagiários pela SASDH em parceria com o GESDI (Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos), em maio de 2019. Além de aprender bastante conteúdo sobre essa pauta e absorver ainda mais conhecimentos para minha vida profissional/pessoal, pude ter contato com outros profissionais (além das paredes do CRAS onde estagiei). Debruzei-me sobre intensas reflexões a respeito da importância daquele momento de trocas e estudos para as/os profissionais presentes, e enxerguei como a carência de conhecimento faz com que a práxis cotidiana seja deficiente em diversos aspectos.

Em vista disso, é importante enfatizar que a é responsabilidade da gestão da política de Assistência Social nos municípios promover habitualmente determinadas qualificações. Enxergar que existem variadas demandas da população LGBTQIA+, e estar apto/a para lidar com elas de forma profissional é impreterível no trabalho das equipes do SUAS . Portanto, é possível confirmar que:

A profissão possui um arsenal de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas capaz de oferecer um atendimento e acompanhamento a esse público, de forma a atuar não apenas com estes sujeitos, mas com sua família, comunidade e sociedade em geral, uma vez que a homofobia é uma das expressões da questão social que perpassa por todos esses órgãos, demandando uma atuação profissional capaz de alcançá-la. (MENEZES, 2017, p. 217)

#### 4.2.6 A ampla necessidade de capacitações para técnicos do SUAS

Observando através do cenário que estava sendo debatido no ponto anterior, refletir a atuação dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social requer um olhar cauteloso para os enfrentamentos encontrados na caminhada profissional cotidiana. Isso significa dizer que a estrutura do SUAS, desde sua gênese, foi analisada como complexa e, ainda que considerada recente, resulta numa maior necessidade de reconfigurações ao longo dos anos e dos governos que lideram o país.

Diante disso, é necessário fazer das/os assistentes sociais profissionais qualificados e capacitados para atuar diretamente na garantia e consolidação dos direitos sociais da população, integrando e atendendo as demandas solicitadas pelos usuários (e pelo Estado). Confirma-se isso na obra de Souza Filho (2017) quando ele diz que a formação de trabalhadores integra uma agenda institucional de capacitação para a gestão dos benefícios, implantação e execução de programas, projetos ou serviços, com foco na centralidade da Política de Assistência Social e na Educação Permanente.

Enfrentar barreiras faz parte da trajetória profissional das/os assistentes sociais, e isso exige treinamentos para os confrontos que aparecerão, as/os tornando aptos para atendimentos e questões cotidianas. Desse modo, como já visto anteriormente no ponto sobre territorialização,

[...] Cabe aos Municípios elaborar diagnósticos da necessidade de formação e capacitação do SUAS, com base em seu histórico de atenções e ofertas de Assistência Social, estrutura da rede, quantificação e caracterização dos profissionais. (SOUZA FILHO, 2017 p. 02)

As capacitações são essenciais para a disseminação do aprendizado da/o assistente social, as/os tornando mais hábeis e qualificadas/os para exercer suas funções e práxis dentro das instituições que trabalham. Assim,

O debate acerca do processo de implantação da Política Nacional de

Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS) tem evidenciado que essa implantação deve ser tratada como estratégia para o fortalecimento e ampliação da política de assistência social, pois tem como meta central a formação e capacitação permanente dos trabalhadores da Assistência Social, traçando como proposta pedagógica a valorização da aprendizagem no trabalho, a partir das experiências e da construção dos saberes por meio do conhecimento das necessidades e demandas dos usuários. (BARBOSA, 2018, p. 58)

É importante notar que para o processo de capacitação acontecer é preciso compreender que uma das responsabilidades comuns aos entes federados é a liberação dos seus trabalhadores para participar de processos formativos, bem como a integração das capacitações à rotina de trabalho de todas as equipes, afirma Souza Filho (2017). Com essa afirmativa, enxerga-se na esfera do real cotidiano que isto não ocorre de forma íntegra, pois os cargos de coordenação dos equipamentos da Assistência Social, muitas das vezes não avaliam os processos de capacitação como necessários, mas sim como uma ‘perda’ de um/a profissional na realização dos massivos atendimentos diários.

Relacionar a importância da capacitação continuada com o cotidiano da prática profissional das/os assistentes sociais requer identificar a sobrecarga, a exaustão e a falta de tempo como pilares estruturantes dessa problemática. Em determinadas situações os profissionais encontram-se afogados em tantas tarefas cotidianas que esquecem – ou não tem tempo – de se especializar, e isso se torna cíclico, comprometendo o atendimento de qualidade à população.

A Política Nacional de Educação Permanente do SUAS visa atender as exigências apresentadas ao longo do próprio processo histórico de consolidação da política de assistência social, sendo resposta às demandas expressas no processo de afirmação da assistência social como política pública, a partir das propostas apresentadas nas Conferências de Assistência Social. (BARBOSA, 2018, p. 61)

A afirmativa da autora acima explicita a enorme necessidade da educação continuada como dimensão formativa do Serviço Social, principalmente no âmbito do SUAS. Como elementar processo de capacitação existente nesta área, o CapacitaSUAS<sup>30</sup> conquistou grande importância quando se trata de mostrar aos técnicos

---

<sup>30</sup> Em formato de cursos, o CapacitaSUAS, em parcerias com as universidades UFRJ e UERJ – no Rio de Janeiro, mobilizou trabalhadores da política de Assistência Social a se especializarem na mesma. Os cursos ofertados são: Atualização sobre Especificidades e Interfaces da Proteção Social Básica do SUAS; Atualização para Elaboração de Planos de Assistência Social; Atualização sobre a Organização e Oferta dos Serviços da Proteção Especial; e Introdução ao Exercício do Controle Social. Estes cursos são

e gestores da política de Assistência Social o funcionamento da mesma. Freitas (2017) explicita que o programa CapacitaSUAS visa o aprimoramento das funções exercidas, capacidades e competências gerenciais, de prestação de serviços, programas e projetos, benefícios, transferência de renda no âmbito do SUAS. Em resumo, é necessário compreender que o Capacita tem a função de qualificar os profissionais do SUAS a fim de torná-los ainda mais aptos para exercer suas funções dentro da rede socioassistencial municipal a qual trabalham.

Citando experiências pessoais, tanto a inserção no Projeto de Extensão ‘Serviço Social e Assistência Social: parcerias em aprimoramento do SUAS’ quanto o contato direto com o próprio CapacitaSUAS trouxe um arsenal de vivências que me levaram a concluir como que o próprio Sistema Único de Assistência Social e suas/seus trabalhadoras/es possuem infinitas particularidades. Afirmo que a necessidade de capacitações, de acordo com as exigências e especificidades dos municípios, não é pequena, portanto há de se pensar na qualificação profissional como algo premente e imprescindível para o desenvolvimento da Política.

Por fim, devemos reforçar que o CapacitaSUAS é apenas uma estratégia que busca apoiar a efetividade das ações propostas pela PNEP/SUAS, em consonância com seus princípios e diretrizes e que no atual contexto de precarização das condições de trabalho e de exploração a proposta de educação permanente se coloca como desafio crucial para a qualificação dos serviços de prestação socioassistenciais. (FREITAS, 2017, p. 79)

### **4.3 O debate da racialização e a Política de Assistência Social**

Para iniciar as seguintes reflexões, é necessário afirmar que o Serviço Social enquanto profissão atua sobre as expressões da questão social, o que posteriormente deu margem para os debates sobre a *questão racial*. Isso nos permite refletir que os rebatimentos da ‘questão social’ estiveram sempre ao lado dos debates acerca da defesa intransigente dos direitos humanos e do compromisso ético-político da profissão. Eurico (2013) confirma isso quando diz que:

Várias modificações e determinações sócio-históricas consolidam um Serviço Social maduro, na década de 1980, entre elas a incorporação de uma análise crítica orientada pela herança marxista que permite uma apreensão do movimento de transformação da realidade social. (p. 292)

---

ofertados com o intuito de impactar na formação e carreira das/os trabalhadoras, ajudando no entendimento das variadas adversidades no campo profissional.

Diante desse cenário, torna-se preocupante a ausência de informações para aprofundamentos nos debates étnico-raciais dentro da categoria do Serviço Social, pois:

Na história contada sobre o país há uma lacuna importante quanto ao destino da população negra após a abolição, fruto do silêncio que insiste em ratificar que a injustiça cometida contra essa parcela da população cessou com o fim da escravidão. Por outro lado, a busca pela transformação da nação em um país desenvolvido e industrializado logrou justificar essa exclusão, e os estereótipos se disseminaram pelo país, atribuindo ao negro a culpa por sua condição social. (EURICO, 2013, p. 292)

A partir disso, Oliveira, Rodrigues, Battistelli e Cruz (2019) afirmam:

É assim que nos inventamos como um país onde a mestiçagem teria possibilitado forjar, desde muito cedo, uma sociedade pautada na igualdade racial – igualdade suposta que, hoje, sabemos não ir além da constituição de um mito.

Mas se é fato que no contemporâneo conseguimos exercitar nosso pensamento no sentido de desconstruir o mito da democracia racial, apenas reconhecer o racismo nosso de cada dia não é elemento suficiente para que ele deixe de ter um efeito constante em meio às relações que estabelecemos. (p. 145)

Ou seja, é necessário compreender a dimensão institucional, estrutural e cultural do racismo na sociedade brasileira para considerar a problemática da questão racial dentro da Política de Assistência Social.

Até o presente capítulo deste trabalho abordamos a política supramencionada a partir das características inclusivas e vantajosas que a mesma trouxe para o país a partir de sua implementação. Porém, uma política produzida prioritariamente por pessoas brancas, a partir de referenciais brancos e pesquisada por pessoas brancas, precisa ser situada a partir do paradigma da branquitude que a constitui, para assim, pensarmos as implicações raciais envolvidas em uma política que visa a garantia de direitos, afirma Oliveira, Rodrigues, Battistelli e Cruz (2019). Ou seja, complementando tudo o que foi dito até então, a práxis profissional da/o assistente social necessariamente precisa se contrapor a toda e qualquer teoria da utópica democracia racial.

É preciso enxergar que há uma fração da população brasileira que sofre intensamente com as expressões do racismo na vida cotidiana, e é por isso que o mito da democracia tem a ver com:

[...] A aceitação tácita da regulação dos comportamentos, o governo das condutas, a prevenção da desordem e da violência. Não há, dessa forma, uma “democracia universal” que a todas(os) contemple. O que existem são políticas de Estados que distinguem, claramente, quem é cidadã(ão) e quem não é, distribuindo politicamente e de forma planejada a precariedade para alguns grupos. (OLIVEIRA; RODRIGUES; BATTISTELLI; CRUZ, 2019, p. 147)

Levando em consideração o debate sobre o racismo estrutural, a intolerância a ações profissionais de caráter discriminatório raciais necessitam levar em consideração que o “Código de Ética da profissão reconhece a liberdade como valor ético central, propõe a defesa intransigente dos direitos humanos, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a não discriminação como princípios éticos fundamentais”. (Eurico 2013, p. 293). Cabe aqui pontuar que diante da estrutura social racista a qual vivemos, deparamos em diversos momentos do cotidiano - isso inclui atendimentos enquanto profissionais do Serviço Social - com situações às quais o racismo sobrepassa a práxis.

É necessário compreender que ainda que existam normas e regulamentos antirracistas nos dias de hoje, a presença do racismo estrutural segue firme existindo. Diante disso, notam-se tensões no desenvolvimento do trabalho cotidiano, trazendo à tona as contradições da autonomia do trabalho profissional. Isso é colocado em prática quando pensamos nas instituições e a necessidade de dar seguimento às regras permanentes, que muitas das vezes atrapalham o funcionamento de uma práxis não racista.

É essa presença de forças sociais e políticas reais — e não mera ilusão — que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais. (IAMAMOTO, 2014, p. 611)

Como proposto no objetivo deste trabalho, é plausível trazer para debate situações vivenciadas no campo de estágio no CRAS Morro do Céu, junto de análises a partir do perfil das/os usuárias/os que frequentam o equipamento. Nota-se que este perfil é,

majoritariamente, composto por mulheres negras<sup>31</sup> (muitas vezes mães e avós), e que os reflexos do capitalismo contemporâneo na vida das mesmas é intenso.

Sabendo que é no cotidiano profissional que a/o assistente social se depara com as consequências ético-políticas que recaem sobre sua práxis, afirma-se a importância da não reprodução de enraizadas práticas discriminatórias. Por conseguinte, é necessário compreender que:

As mulheres que frequentam os serviços de Assistência Social são sobreviventes de uma prática genocida: acostumadas a chorar a morte dos filhos e parentes pela violência policial; cansadas de enfrentar o sistema carcerário para manter os laços com os filhos e familiares que se encontram encarcerados. São sobreviventes expostas à impossibilidade de terem suas histórias contadas para além de estereótipos como: negligentes, masoquistas, pobres, barraqueiras... (Oliveira, Rodrigues, Battistelli e Cruz, 2019, p. 149)

Isto posto, a necessidade de recebê-las nos equipamentos do SUAS de maneira acolhedora torna-se o mínimo que um/a profissional pode fazer quando diz respeito a essa parcela, compreendendo a injustiça que as mesmas vivem cotidianamente.

Debruçando brevemente sobre o campo da *representatividade* e da *violência contra a mulher*, as moradoras dos territórios de abrangência dos CRAS (de forma geral) costumam usar este local como referência para si. O Morro do Céu possui grupos de convivências<sup>32</sup> específicos com o objetivo de reunir e passar para essa parcela da população usuária informações sobre as diversas temáticas que perpassam a sua independência.

---

<sup>31</sup> “Se pensarmos que equipamentos como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por meio do atendimento territorializado, realizam ações que tentam prevenir situações compreendidas como sendo de risco e vulnerabilidade, cabe-nos pensar como a distribuição planejada e política das vulnerabilidades é pensada pelas equipes que compõem esses serviços, os efeitos disso no cotidiano de mulheres negras pauperizadas e as formas como o Estado as convoca como coparticipantes no enfrentamento de sua própria pobreza. Podemos afirmar, então, que essas mulheres são duplamente foco das políticas de Assistência Social: responsabilizadas pela situação que vivem e por sair da mesma.” A maneira como é exemplificado e justificado este argumento das mulheres negras a partir da obra de Oliveira, Rodrigues, Battistelli e Cruz (2019) nos faz realmente debruçar sobre um cenário de mito da democracia, e enxergar a realidade da Política de Assistência Social de uma maneira muito mais complexa e preocupante.

<sup>32</sup> Em análises realizadas para as disciplinas de Estágio da UFRJ, absorvi dados qualitativos que me foram úteis para determinadas reflexões acerca da população negra e feminina do Morro do Céu. Visto isso, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que o CRAS oferecia aos usuários continha dois grupos: “Mulheres Empoderadas” é um deles, que registra mulheres de 18 a 59 anos, em sua maioria, em oficinas de artesanato e rodas de conversa sobre o empoderamento feminino, composto por, em média, 20 mulheres. E o “Grupo de Gestantes”, que registra mulheres grávidas, também de 18 a 59 anos, em sua maioria, expondo suas vivências e situações durante o período de gestação, sendo acompanhadas pelo CRAS. Analisando mais a fundo, é possível afirmar que as famílias consideradas *contemporâneas* têm marcos importantes em relação a isso. Em sua maioria possuem núcleos familiares chefiados por mulheres, o que demonstra um aumento da taxa das mulheres em busca de inserção no mercado de trabalho, logo, as mesmas frequentam o CRAS em busca disso.



Com a população negra sendo marginalizada e naturalmente vista como mais desqualificada e perigosa, a consequência disso é a dificuldade da mesma acessar os direitos e sair da situação de vulnerabilidade (como de “vontade” do Estado).

Portanto, a categoria profissional deve debater e combater o racismo estrutural seja pela população trabalhadora, pelos usuários ou pelo projeto de luta que a mesma defende. Isto posto, é necessário enxergar que o Serviço Social não pode ser colocado como a categoria que vai resolver todas essas dificuldades e sair isenta de qualquer problemática pessoal.

A visão heróica da profissão não pode existir. A partir de tais indagações postas ao longo deste trabalho, constata-se a enorme necessidade da quebra com o *messianismo* da profissão, pois é no cotidiano da realidade social que encontram-se as inúmeras contradições - como as que foram escolhidas e debatidas -, sempre sendo enxergadas de maneira reflexiva pelas/os assistentes sociais.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir de todo conteúdo refletido ao longo do presente trabalho, foi possível captar que as contradições encontradas no CRAS Morro do Céu serviram de exemplos característicos do que encontra-se na vida cotidiana de trabalho das/os assistentes sociais do Sistema Único de Assistência Social. As dificuldades encontradas tendem a dificultar a práxis destes profissionais, porém existe a necessidade de remar contra essa maré respeitando os limites pessoais existentes em meio a vida social.

Dentro do processo de vivência do cotidiano, parte constitutiva do ser social, é importante estar com a atenção redobrada sobre os limites postos pelas condições materiais e objetivas da realidade para compreender a construção da vida em sociedade. É preciso pensar o ser social inserido no capitalismo dependente e conceber o trabalho como categoria fundante da expressão de si enquanto classe.

Através de todos os debates realizados neste trabalho foi possível analisar que as/os assistentes sociais do Brasil, ao longo dos anos, passaram por muitas adaptações em sua vida cotidiana. Entender a política de Assistência Social dentro da perspectiva dos desafios cotidianos requer analisar como as conquistas e perdas integraram a categoria no contexto histórico da contemporaneidade. Como vimos, a/o profissional

que se dedicou à formação acadêmica em Serviço Social e teve contato com os movimentos sociais, noção de direitos sociais, normativas específicas das políticas sociais, etc. é a/o mesma/o assistente social que se depara com uma delicada conjuntura repleta de imperfeições que prejudicam a execução da sua práxis profissional.

São visíveis os impactos refletidos na economia, na esfera do trabalho, nas práticas ideológicas, políticas, culturais e profissionais. É nesse momento que notamos as implicações éticas e técnicas das/os assistentes sociais, pois seu comportamento diante das dificuldades e desafios demonstrará, mesmo que de forma limitada, a sua práxis. Em contrapartida, existe a possibilidade dessa/e profissional enxergar esses efeitos e contradições de maneira alienada, não estabelecendo nenhum vínculo crítico-reflexivo com possíveis estratégias de superação.

O debate que perpassa as análises marxistas sobre o cotidiano e práxis se desdobra diretamente no cenário do trabalhador/a assalariado/a no contexto atual de crise e de reestruturação da acumulação capitalista no Brasil. Em outras palavras, no que se refere às disputas da contradição *capital x trabalho*, o Serviço Social ainda é uma profissão que atua no processo de reprodução social; vivenciando em seu cotidiano importantes mudanças que complexificam as condições objetivas de trabalho e as demandas trazidas pela população.

Todavia, não há como ignorar os limites impostos pela ordem estrutural. Contrariamente a isso, o objetivo principal da reflexão ao longo deste trabalho foi conseguir utilizá-los como válvula de impulso para analisar as contradições pré estabelecidas do desgastante cotidiano profissional. Outro fator importante a ser exposto neste momento de conclusão, é compreender que os impactos supracitados na vida da/o assistente social possuem ligação direta com os impactos na vida das/os usuárias/os do SUAS. Não culpabilizando as/os profissionais por isso, mas sim reafirmando que não há como desvencilhar uma experiência da outra. Todas e todos estão no mesmo barco.

A partir das noções histórico-teóricas da Assistência Social e experiências práticas no CRAS Morro do Céu, foi possível compreender que apenas o rompimento com as ideias de clientelismo e filantropia foi incapaz de causar a mudança necessária. É primordial que debates de teor crítico sejam inseridos na gestão do SUAS, para que movimentações ocorram em todos os níveis de trabalho dessa política social, compreendendo a necessidade de um/a profissional mais capacitado, atualizado e qualificado para trabalhar em determinado território.

Do ponto de vista investigativo, a escolha das contradições postas para análises mais intensas trouxe o caráter necessário de conexão entre as mesmas. Debater cada uma individualmente serviu para adentrarmos de maneira mais específica nas mesmas, mas, na verdade, todas se relacionam de forma direta e profunda.

Intensifica-se o debate acerca da dimensão territorial na Política de Assistência Social a partir do momento que a noção de território é compreendida através das demandas levantadas, refletidas e desenvolvidas; assim como, pensar a jornada de trabalho das/os assistentes sociais no CRAS nos faz refletir a intensidade e quantidade de trabalho que lhes é imposta. O debate sobre estágio supervisionado e a ampla necessidade de capacitações continuadas estão diretamente atrelados quando pensamos em bagagens teórico-práticas que estes profissionais absorvem ao longo dos anos.

O debate da racialização somado ao debate da população LGBTQI+ na Política de Assistência Social nos levou a uma reflexão importante relacionada ao entendimento, a identificação e o respeito pela diversidade da massa que ocupa o país dependente que moramos. Pensar o racismo estrutural e a lgbtfobia enraizada trouxe consigo possíveis análises que, mais uma vez, permeiam cotidianamente a práxis dessas/desses trabalhadores que protagonizaram a temática deste trabalho.

Portanto, conclui-se que, a importância desse estudo se dá diante da vontade de indagar outros questionamentos referentes à vida cotidiana das/os assistentes sociais do SUAS. Porém, não só, mas sim deixando a reflexão de que o mesmo é suscetível de ocorrer em qualquer contexto e profissão, defendendo a valorização e a luta da categoria enquanto classe trabalhadora.

## 6. REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 129, p. 366-386, 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000200366&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000200366&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 16 set. 2019.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 161-169, 2009. Jul./dez.. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v12n2/05.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

ARAÚJO, Leiriane. **O desmonte da Seguridade Social**. 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/arquivo/o-desmonte-da-seguridade-social-1.2099180>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BARBOSA, Danielle da Silva. **Educação Permanente e Gestão do Trabalho no âmbito da Assistência Social: estudo das demandas de capacitação profissional em Manaus - AM**. 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

BARROCO, MARIA LUCIA S.. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. In: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. 1ed. Brasília: Cfess/Abepss, 2009, v. 1, p. 165-184.

BICCA, Carolina Scherer. A ASSISTÊNCIA SOCIAL APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. UMA NOVA FASE. **Caderno Virtual**, Brasília, v. 1, n. 24, p. 1-21, 2011. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/588/420>. Acesso em: 08 out. 2019.

BEHRING, E. R.. Capitalismo no Brasil 'Neodesenvolvimentista'. In: XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2014, Natal. Brasília: ABEPSS, 2014. v. 1. p. 1-12

BOSCHETTI, Ivanete. A Assistência no Capitalismo Contemporâneo e tensões no trabalho de assistentes sociais. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015, São Luis - MA: PPGPP/UFMA, 2015. v. 1. p. 1-11.

BOSCHETTI, Ivanete. Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Serviço Social & Sociedade**: Ed. Cortez, São Paulo, n. 107, p. 557-584, ju/-set, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/10.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. Crise do Capital e Agravamento da desigualdade Social no Brasil. Psicologia Sócio-histórica e desigualdade social: do pensamento à práxis. 1ed. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019, v. 1, p. 42-60.

BOSCHETTI, Ivanete. Crítica Marxista do Estado Social e dos Direitos no Capitalismo Contemporâneo. **Marxismo, Política Social e direitos**, São Paulo, v. 1, p. 73-88, 2018. Ed. Cortez

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRASIL, MDS, Políticas públicas da assistência social garantem direitos à população LGBT, Brasília. 2018. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/maio/politicas-publicas-da-assistencia-social-garantem-direitos-a-populacao-lgbt>. Acesso em: 15 de out. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CapacitaSuas SUAS: configurando os eixos de mudança. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v. 1.

CARVALHO, M. C B. ; PAULO NETTO, J. . **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CONCEIÇÃO, Débora Guimarães da. O Serviço Social e prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 51-67, 2010. Jan./jun.. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7542>. Acesso em: 08 set. 2019.

COSTA, Renata Gomes da; MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. **Trabalho, práxis e Serviço Social**. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802013000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000100011). Acesso em: 05 out. 2019.

COSTA, Renata Gomes da. A práxis do/a Assistente Social e a materialização do Projeto Ético-Político na sociedade capitalista. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 2, n. 13, p. 366-378, jun./dez. 2014. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Z12cU6c0TYLAGqT92Z0m.pdf>. Acesso em: 05 set. 2019.

CFESS. Instrumentos para a fiscalização do exercício profissional do assistente social. Brasília: CFESS, 2007. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 14 de dez. 2019

CFESS. Direito se conquista: 10 anos da Lei das 30 horas: relembre como foi a luta da categoria para aprovação da redução da jornada de trabalho sem redução salarial e por que ela deve ser celebrada. 26 ago. 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1747>. Acesso em: 29 de set. 2020.

DONATO, Ociana; RAICHELIS, Raquel. O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 123, p. 582-608, jul./set., 2015.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 114, p. 290-310 abr./jun. 2013

ENGELS, F. Letters on Historical Materialism. To Joseph Bloch. [1890]. pp. 760-765. in TUCKER, Robert C. (org.) *The Marx-Engels reader*. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978. Tradução disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em: 20 de jan. 2020

FALEIROS, V. P.. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Serviço Social & Sociedade**, v. Especial, p. 706-722, 2014.

FERNANDES, Rosa M. C.; HELLMANN Aline. Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil – Porto Alegre : Ed. UFRGS, 2016.

FERREIRA, Stela da Silva. NOB-RH Anotada e Comentada – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p. 23.

FREITAS, Willam Gerson de; RIBEIRO, Larissa Monteiro. O Trabalho do Assistente Social como Práxis Transformadora da Realidade. **Socializando**, Acarati, v. 1, n. 1, p. 41-47, 2014. Disponível em: [https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2014/11/4s\\_v1n12014.pdf](https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2014/11/4s_v1n12014.pdf). Acesso em: 16 set. 2020.

FREITAS, Renata Maria da Conceição de. **A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA TRABALHADORES DO SUAS**: limites, possibilidades e perspectivas. 2017. 88 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social - Ser, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GOUVEA, Marina Machado de Magalhães. **Imperialismo e método: apontamentos críticos visando a problemas de tática e estratégia** - Rio de Janeiro, 2016. 279 f.

GOUVEA, Marina. **MATERIALISMO! O que é isso?** Lendo “O Capital” na quarentena, 2020. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=DA4\\_uWBZ3MA](http://www.youtube.com/watch?v=DA4_uWBZ3MA). Acesso em: 20. jul. 2020

GOUVEA, Marina. Lado B do Rio - Teoria Marxista da Dependência. Entrevistada: Central3, 03 de abr. 2020, **Podcast**. Disponível em: <https://www.central3.com.br/lado-b-do-rio-142-teoria-marxista-da-dependencia>. Acesso em: 20 de jul. 2020

GUERRA, Y. A. D.; FORTI, V. L. . NA PRÁTICA A TEORIA É OUTRA?. In: Yolanda Guerra e Valéria Forti. (Org.). Serviço Social: temas, textos e contextos. 1ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010, v. , p. 3-23.

HARDMAN, Francisco F.; LEONARDI Victor. *História da indústria e do trabalho no*

*Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global Ed., 1982, caps. 6 e 13, pp. 109-127 e 241-261.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Paz e Terra: São Paulo, 2014.

IANNI, Octavio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 356 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 120, p. 609-639, 2014. Out./dez.. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/02.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LONARDONI, Eliana; GIMENES, Junia Garcia; SANTOS, Maria Lucia dos; NOZABIELLI, Sônia Regina. O processo de afirmação da Assistência Social como política social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 1-20, 2006. Jan./jun.. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2\\_sonia.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm). Acesso em: 05 nov. 2020.

LIMA, Ramile Andrade de. *A Prática Profissional do Serviço Social: as categorias ontológicas teórico-reflexivas práxis e instrumentalidade e o projeto Ético-Político da Profissão na Política de Assistência Social*. 2012. 75f. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/servicosocial/tccs/category/4-tcc2012-1?start=20>. Acesso em: 08 out. 2019.

LIMA, Paulo César Ferreira de. **A importância do movimento LGBT**: portal educação. 2013. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/estetica/a-importancia-do-movimento-lgbt>. Acesso em: 08 out. 2020.

LUKÁCS, G., **Para uma ontologia do ser social, 2**; tradução Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. - 1. ed. - São Paulo, Boitempo, 2013



MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução. 4. ed. Florianópolis : Insular, [1968] 2013.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional. Emancipação, Ponta Grossa, 2006.

Marx, Karl. O Capital: crítica da economia política: livro I. [1857] Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012

MARX, Karl. Teses sobre Feurbach. 1845. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 20 de out. 2019

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de; FROTA, Maria Helena de Paula. **A Ascensão da Mulher frente à esfera pública e a intervenção no social: primeiro-damismo e Assistência Social** 2011. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21127/1/2011\\_eve\\_mssmedeirosmhpfrota.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21127/1/2011_eve_mssmedeirosmhpfrota.pdf). Acesso em: 05 de out. 2019.

MENEZES, Moisés Santos de. **A violência homofóbica em sergipe e o serviço social: entre o processo de revitimização e viabilização de direitos humanos e sexuais para com a população LGBT**. 2017. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Social, Ufjs, São Cristóvão - Se, 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/197146316.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2020.

MONTEIRO, Claudia Lima. **Redução da Jornada de Trabalho de Assistentes Sociais para 30 horas semanais: análise da experiência na Prefeitura do Município de Diadema - São Paulo**. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Puc - Sp, São Paulo, 2013.

MONTEIRO, Verônica Furtado. **Violência De Gênero: Acesso Da População LGBT à Política De Assistência Social em Maracanaú**. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado) -

Curso de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

MOURA, Clóvis. História do negro brasileiro. São Paulo: Ática, [1959], 1989.

MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, 2020. Maio/ago. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v23n2/1982-0259-rk-23-02-199.pdf>. Acesso em: 08 out. 2020

OLIVEIRA, Erika Cecília Soares; RODRIGUES, Luciana; BATTISTELLI, Bruna Moraes; CRUZ, Lilian Rodrigues da. Raça e Política de Assistência Social: Produção de Conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, p. 141-152, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v39nspe2/1982-3703-pcp-39-spe2-e225556.pdf>. Acesso em: 08 out. 2019

PAZ, F. A. R.. A Precarização No Trabalho Do Assistente Social Na Política De Assistência Social. In: VII Jornada Internacional De Políticas Públicas: para além da crise global, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo2/a-precarizacao-no-trabalho-do-assistente-social-na-politica-de-assistencia-social.pdf>. Acesso em: 08 out 2019.

PEREIRA, Maria Erica Ribeiro. O estágio supervisionado frente à conjuntura atual de formação em Serviço Social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 361-369, out./dez. 2016.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. Política Nacional de Assistência Social e território: enigmas do caminho. **Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 191-200, jul/dez, 2010.

PEREZ, Davi Machado. CAPITALISMO DEPENDENTE, QUESTÃO SOCIAL E IDEOLOGIA NEODESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL, Florianópolis, p. 1-10, 2013.

PESSANHA, E.G.F; ARTUR, K.; **Direitos trabalhistas e organização dos trabalhadores num contexto de mudanças no mundo do trabalho: efeitos sobre os trabalhadores da saúde**: Programa de PósGraduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, p. 1569-1580, 02 out. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v18n6/09.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 104, p. 750-772, 2010. out./dez.. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/10.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 116, p. 609-635, 2013. out./dez. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n116/03.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

ROSSLER, João Henrique. **O desenvolvimento do psiquismo na vida cotidiana: aproximações entre a Psicologia de Alexis n. Leontiev e a Teoria da Vida Cotidiana de Agnes Heller**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 100-116, abril 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n62/20094.pdf>. Acesso em: 12 de nov. de 2020.

SANTOS, Edina Maria de Souza. **O trabalho profissional do assistente social na área da assistência social no município de Santo Antônio de Jesus:: reflexões sobre os limites e possibilidades**. 2012. 94 f. - Cachoeira, Ba, 2012. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/servicosocial/tccs/category/4-tcc2012-1>. Acesso em: 08 out. 2019.

SANTOS, Maria Teresa dos; MANFROI, Vania Maria. Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 178-196, jul. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/21057/15716>. Acesso em: 08 out. 2019.

SILVA, Jackeline Araujo. **O Código de Ética do/a Assistente Social e o Projeto Ético Político: uma trajetória histórica de mudanças**. 2015. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181339/Eixo\\_2\\_97\\_3%20correto.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181339/Eixo_2_97_3%20correto.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 05 ago. 2019

SILVA, Jeane Andreia Ferraz. Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões sobre o trabalho profissional. **Ser Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 155-189, 2012. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12826/11199](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12826/11199). Acesso em: 08 out. 2019.

SILVA, Christiane Pimentel e. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serviço Social e Sociedade**, Belém - Pa, v. 134, p. 34-51, abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n134/0101-6628-sssoc-134-0034.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019

SOUZA FILHO, Paulo de. **6 passos para a capacitação dos trabalhadores do SUAS**. 2017. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/capacitacao-suas/>. Acesso em: 16 out. 2019.

SGARBI, Gabrielle Stéphanhy Nascimento. **Supervisão De Estágio Em Serviço Social Frente as Condições De Trabalho Do(a) Assistente Social Supervisor(a) De Campo e os Seus Rebatimentos Na Formação Profissional Do(a) Estagiário(a)**. 112 f., Franca, SP, 2018. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/157497/Sgarbi\\_GSN\\_me\\_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/157497/Sgarbi_GSN_me_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 03 de março de 2020.

TCU Portal, do. **Uma nova história da assistência social no brasil**. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp%3Finline%3D1%26fileId%3D8A8182A24D7BC0B4014D7E22F84A1E1D+%&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 08 out. 2020.

TRINDADE, José Damião de Lima, **Direitos humanos: para além do capital**, 2011. Disponível em: <https://uniaocampocidadeefloresta.wordpress.com/2011/01/17/direitos-humanos-para-alem-do-capital/>

TRINDADE, José Damião de Lima. **História Social dos Direitos Humanos**. 2ª edição – São Paulo: Peirópolis, 2006.

VASCONCELOS, A. M.. **O assistente social na luta de classes**. Projeto profissional e

mediações teórico-práticas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015. v. 2000. 620p.

VIUDES, Paula Fonseca do Nascimento. **A Incorporação do Conceito de Território Pela Política Pública De Assistência Social como Estratégia de Gestão nas Áreas de Abrangência dos CRAS**. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Unesp, Presidente Prudente, 2016.

VICENTE, Damares. Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 123, p. 562-581, 2015. Jul./set.. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0562.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

VAZQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. [1967]. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.